

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
FACULDADE DE LETRAS

RENATA FARIA AMARO DA SILVA DA ROSA

**MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE PRESOS NO RS:
UMA LEITURA BAKHTINIANA DO DISCURSO DO GÊNERO
REPORTAGEM NA ESFERA JORNALÍSTICA**

Porto Alegre

2015

RENATA FARIA AMARO DA SILVA DA ROSA

**MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE PRESOS NO RS:
UMA LEITURA BAKHTINIANA DO DISCURSO DO GÊNERO
REPORTAGEM NA ESFERA JORNALÍSTICA**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Professor Dr. Cláudio Primo Delanoy
Orientador

Porto Alegre
2015

RENATA FARIA AMARO DA SILVA DA ROSA

**MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE PRESOS NO RS:
UMA LEITURA BAKHTINIANA DO DISCURSO DO GÊNERO
REPORTAGEM NA ESFERA JORNALÍSTICA**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Porto Alegre
2015

Dedico este trabalho à minha amada mãe Ana Maria (*in memoriam*), modelo de mulher, de educadora e de alfabetizadora, cujo exemplo incentiva-me a buscar novos conhecimentos e a perseverar na conquista de meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pela realização deste mestrado, que é uma graça alcançada;

À CAPES, que possibilitou esta realização, financiando meus estudos nesta universidade;

Ao Programa de Pós-graduação de Letras da PUCRS a minha gratidão pela acolhida e pela formação acadêmica;

Aos meus professores, que contribuíram na realização deste trabalho, com um agradecimento especial à Professora Maria da Glória Di Fanti, pelo incentivo;

Ao Professor Cláudio Primo Delanoy, pela orientação eficiente e pela referência como pessoa, educador e pesquisador, pelas valiosas contribuições e pela atenção e paciência a mim dispensados.

Agradeço também aos colegas, pela amizade, carinho, cooperação e estímulo, que foram fundamentais para que fosse possível percorrer esta trajetória acadêmica;

Às colegas de trabalho do Instituto Psiquiátrico Forense Dr. Maurício Cardoso, pela compreensão nos momentos de ausência nas atividades, em razão dos compromissos acadêmicos.

Por fim, agradeço especialmente ao meu marido Aldimar da Rosa, pelo amor, amizade e constante apoio em todos os meus projetos de vida, na certeza de que, sem seu incentivo, não teria realizado este sonho.

[...] cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais.

(Mikhail Bakhtin/ V. N. Volochínov)

RESUMO

Este trabalho propõe uma análise de construção dos sentidos do discurso em reportagens sobre o monitoramento eletrônico de presos no Rio Grande do Sul (RS), a partir da análise de discursos impressos no Jornal Zero Hora (ZH) entre os meses de janeiro e maio do ano de 2013, na perspectiva da Teoria da Enunciação de Bakhtin e seu Círculo. A pesquisa, fundamentada na teoria dialógica bakhtiniana, de forma mais específica, busca identificar vozes discursivas que compõem o discurso, reconhecer elementos composicionais do gênero reportagem da esfera jornalística e verificar marcas do locutor da enunciação através dos acentos de valoração que circulam nos enunciados, compreendendo como todos esses aspectos se entrecruzam para constituírem sentidos. Sob o enfoque da teoria abordada neste trabalho, a linguagem é entendida como um fenômeno social de interação verbal. Nessa concepção, a relação entre os sujeitos se constitui por meio de relações intersubjetivas, pois o discurso representa sempre uma resposta a outro discurso, estabelecendo uma inter-relação entre diálogos que constroem relações de sentido. O corpus selecionado constitui-se de reportagens publicadas no ZH que tratam sobre o monitoramento eletrônico de presos no Rio Grande do Sul, cujo tema representa uma polêmica no que se refere à segurança pública no Estado. A análise configura-se no levantamento e na relação entre os elementos linguísticos que marcam os ditos e os não-ditos e os elementos extraverbais, buscando identificar o entrecruzamento de vozes presentes no discurso, na perspectiva dialógica. Por meio deste trabalho, é possível reconhecer que o gênero reportagem, refutando a tese do senso comum, representa um embate de vozes socioideológicas, marcado pelo acento valorativo do locutor, sendo, de forma alguma, um discurso neutro.

Palavras-chave: Teoria Enunciativa de Bakhtin. Dialogismo. Gênero reportagem. Monitoramento Eletrônico de Presos no RS.

ABSTRACT

This paper proposes an analysis of construction of meanings of speech in reportages on electronic monitoring of prisoners in Rio Grande do Sul (RS), from the analysis of speeches printed in the newspaper Zero Hora (ZH) between the months of January and May of 2013, in the perspective of Enunciation Theory by Bakhtin and his Circle. The research, based on bakhtinian dialogic theory, more specifically, seeks to identify the discursive voices that make up the speech, to recognize compositional elements of the genre reportage of the journalistic sphere, and to verify marks of the speaker of the enunciation through the evaluating accents circulating in the utterances, understanding how all these aspects interweave to form meaning. Under the focus of the theory discussed in this work, language is understood as a social phenomenon of verbal interaction. In this conception, the relationship between the subjects is constituted through interpersonal relations, because the speech is always a response to another speech, establishing an inter-relationship between dialogues that build relationships of meaning. The selected *corpus* consists of reportages published in ZH that address electronic monitoring of prisoners in Rio Grande do Sul, whose theme is a controversy regarding public security in the state. The analysis consists of the survey and the relationship between the linguistic elements that mark what has been said and what has been left unsaid as well as extraverbal elements, in order to identify the interweaving of voices present in the speech, in the dialogical perspective. Through this work, it is possible to recognize that the genre reportage, refuting the thesis of common sense, is a clash of socioideological voices, marked by evaluative accent of the speaker, being, by no means, a neutral speech.

Keywords: Enunciative Theory by Bakhtin. Dialogism. Genre reportage. Electronic Monitoring of Prisoners in RS.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Capa do ZH do dia 09 de janeiro de 2013: Presos do semiaberto vão usar tornozeleira eletrônica.....	54
Figura 2. Reportagem do ZH dia 09 de janeiro de 2013: Liberdade vigiada.....	55
Figura 3. Reportagem do ZH do dia 30 de abril de 2013: Sob contestação.....	62
Figura 4. Capa do ZH do dia 08 de maio de 2013: Presos preferem facilidades do semiaberto a tornozeleira.....	70
Figura 5. Reportagem do ZH dia 08 de maio de 2013: Cadeia, doce cadeia.....	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CP - Código Penal

DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional

DPJ - Departamento de Pesquisas Judiciárias

GPS - Global Positioning System

LEP - Lei de Execução Penal

MP - Ministério Público

PCPA - Presídio Central de Porto Alegre

PEJ - Penitenciária Estadual do Jacuí

RS - Rio Grande do Sul

STF - Supremo Tribunal Federal

SUSEPE - Superintendência dos Serviços Penitenciários

ZH - Zero Hora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A LINGUAGEM NA PERSPECTIVA DIALÓGICA	16
1.1 BAKHTIN E O CÍRCULO.....	16
1.2 TEORIA ENUNCIATIVA BAKHTINIANA.....	17
1.3 DIALOGISMO: UM EMARANHADO DE VOZES SOCIAIS.....	22
1.4 SUJEITO DIALÓGICO.....	26
1.5 OS GÊNEROS DISCURSIVOS.....	29
2 CONTEXTUALIZAÇÃO E METODOLOGIA	33
2.1 O SISTEMA PENITENCIÁRIO GAÚCHO.....	33
2.1.1 O monitoramento eletrônico de presos no RS.....	41
2.2 METODOLOGIA.....	45
2.2.1 O gênero jornalístico: reportagem.....	45
2.2.2 Proposta de seleção e de análise.....	48
3 ANÁLISE DE REPORTAGENS DO JORNAL ZERO HORA SOBRE O MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE PRESOS NO RS	52
3.1 REPORTAGEM 1: Liberdade vigiada.....	52
3.2 REPORTAGEM 2: Sob contestação.....	60
3.3 REPORTAGEM 3: Cadeira, doce cadeia.....	68
3.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	89
ANEXOS	93

INTRODUÇÃO

A criminalidade representa um dos temas mais polêmicos que circula na sociedade contemporânea brasileira. Homicídios, assaltos, agressões representam o tema de muitas das notícias veiculadas cotidianamente, fazendo com que a imagem da segurança pública pareça fragilizada por meio da mídia. O resultado disso: pessoas amedrontadas e prisões lotadas. Segundo dados oficiais do Conselho Nacional de Justiça¹, o Brasil é considerado o terceiro país com a maior população carcerária do mundo, contando com 451.219 presos em 2008, 473.626 em 2009 e, atualmente, com quase 500 mil presos. Nesse contexto, há uma estimativa de que, em uma década, a população carcerária brasileira alcance o dobro da quantidade estimada hoje.

Provavelmente, esse crescente aumento da população carcerária deve-se, em parte, ao elevado índice de reincidência de apenados, fazendo com que o indivíduo em liberdade, após cumprir a pena, retorne à prisão devido a novas práticas criminosas. De acordo com o Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ)², a reincidência é o resultado do próprio sistema de cumprimento de pena, que contribui com a inserção de presos em “carreiras criminosas” através da superlotação dos estabelecimentos prisionais. Existem quase 500 mil pessoas em estabelecimentos prisionais, cuja capacidade é para menos de 300 mil. Diante do exposto, o Estado vê-se sem condições de prover meios para uma execução digna da pena, conforme são estabelecidas pela Lei de Execução Penal. Em face do elevado número de encarcerados no Estado, há um desgaste dos cofres públicos, uma vez que cada apenado gera, em média, 1mil reais de despesa por mês.

Não diferente do cenário brasileiro, o Estado do Rio Grande do Sul (RS) também enfrenta problemas com o aumento da criminalidade e da superlotação dos presídios. Consoante relatório feito pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)³, o Rio Grande do Sul, em 2008, contava com 18.033 vagas no sistema penitenciário para 27.636 presos. Em 2009, a situação tornou-se mais agravante,

¹ Citado por PRUDENTE, Moretti Neemias. *Sistema prisional brasileiro: desafios e soluções*. Disponível em: <http://atualidadesdodireito.com.br/neemiasprudente/2013/03/06/sistema-prisional-brasileiro-desafios-e-solucoes/> Acesso em: 05.04.2014.

² Citado pelo CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *CNJ pesquisará reincidência criminal*. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/18527-ipea-pesquisara-reincidencia-criminal-no-brasil> Acesso em 05.04.2014.

³ Citado pelo MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Sistema Penitenciário no Brasil: dados consolidados*. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMID364AC56ADE924046B46C6B9CC447B586PTBRNN.htm> Acesso em: 05.04.2014.

contando com 18.010 vagas para 28.750 presos. Em face disso, em 2013, foi implantado o monitoramento eletrônico no Rio Grande do Sul, cuja tecnologia é vista pelo Estado como um avanço entre as medidas privativas de liberdade. Embora não constitua um regime de prisão, o uso da tornozeleira eletrônica parece representar uma forma de aprisionamento, pois permite que indivíduos continuem cumprindo a medida privativa de liberdade fora dos estabelecimentos penais, porém sob a vigilância do Estado. O sistema de monitoramento eletrônico no RS, até então, foi implantado com o intuito de controlar presos dos regimes aberto⁴ e semiaberto⁵ que desempenham atividades laborais extramuros, o que, conseqüentemente, acaba por promover a abertura de vagas nas prisões, amenizando a superlotação.

Em contrapartida, a implantação do monitoramento não é entendida de maneira unânime como algo positivo entre os segmentos sociais. O novo sistema de vigilância movimenta a opinião pública, gerando muitos questionamentos: o sistema de monitoramento eletrônico é capaz de coibir a ação criminosa dos indivíduos? Estará o Estado utilizando essa tecnologia como forma de eximir-se de sua responsabilidade quanto à criação de vagas no sistema prisional? O uso de tornozeleiras eletrônicas representa uma medida de pena privativa capaz de ressocializar o indivíduo delinquente? Logo, percebe-se a complexidade envolvida na questão, na medida em que, de um lado, configura a responsabilidade do Estado com o cumprimento de pena em condições dignas e com a ressocialização do preso, e, de outro, implica o seu comprometimento com a segurança dos cidadãos.

Ao evidenciar o emaranhado de vozes que ecoam a respeito do tema, foi determinada a escolha do objeto de investigação desta pesquisa: discursos da esfera jornalística constituídos por reportagens do Jornal Zero Hora que tratam sobre o monitoramento eletrônico de presos no RS. Essas reportagens impressas no ZH referem-se à seleção das primeiras publicações sobre o referido tema, resultando na compilação de reportagens publicadas nos meses de janeiro, abril e maio de 2013. De modo mais específico, as publicações constituem-se de três reportagens situadas na seção policial do ZH e de duas chamadas apresentadas na capa. De acordo com Melo e Assis (2010), a reportagem abrange relatos de fatos que produzem certo impacto social, veiculados pela mídia.

⁴ Regime de prisão estabelecido pela Lei de Execução Penal, cuja definição será abordada de modo mais específico no decorrer deste trabalho.

⁵ Idem 4.

A escolha de reportagens sobre o monitoramento eletrônico de presos no RS também foi influenciada pela aproximação da pesquisadora com o tema. Isso porque atua na Superintendência dos Serviços Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul como agente penitenciária, tendo participado da execução do projeto-piloto de monitoramento eletrônico de presos nos anos de 2010 e 2011.

Por conseguinte, com base na Teoria da Enunciação de Bakhtin e seu Círculo, o trabalho propõe uma possibilidade de análise de construção dos sentidos do discurso em reportagens sobre monitoramento eletrônico de presos no Rio Grande do Sul, através da análise de discursos impressos no Jornal Zero Hora entre os meses de janeiro e maio do ano de 2013. De forma mais precisa, pretende-se identificar vozes discursivas que compõem o discurso, reconhecer elementos composicionais da reportagem e verificar marcas do locutor da enunciação, buscando compreender como todos esses aspectos se entrecruzam para a produção de sentidos.

As discussões que emergem nas reportagens sobre a implantação do monitoramento eletrônico no RS, constituídas por um embate de vozes sociais, parecem exemplificar a concepção de linguagem proposta por Mikhail M. Bakhtin, desenvolvida em seus estudos enunciativos. Para o pensador, a linguagem é um fenômeno social constituído na interação verbal, marcada pela relação dialógica entre sujeitos. Na proposta da concepção dialógica, a linguagem constrói sentido na intersubjetividade, ou seja, na interação entre sujeitos em situações concretas de uso da língua. A subjetividade compõe-se de elementos psíquicos, sociais e históricos que definem o sujeito como agente que participa do discurso por meio de uma resposta ativa.

À luz da teoria bakhtiniana, a expressão *diálogo* vai além do sentido de “acordo”, que é dado pelo senso comum. A relação dialógica envolve perguntas e respostas, debate de ideias, conflito de valores sociais, confronto de diferenças que nem sempre resulta na concordância entre os participantes da enunciação. Consoante Bakhtin (2010), os sujeitos, assumindo o papel de interlocutores, têm a mesma importância no discurso, em um processo de colaboração na construção do sentido, desencadeando uma corrente entre réplicas a enunciações passadas e possíveis enunciações futuras. Por conseguinte, entende-se que dialogismo engloba a natureza dos atos humanos, já que toda voz ou ato humano está relacionado a outras vozes ou atos humanos. Acerca disso, Dahlet (apud BRAIT, 2005) explica que, para Bakhtin, a expressão *voz* está relacionada a uma ordem metafórica, pois se encontra associada à memória semântico-social

instaurada na palavra. Isso significa dizer que as vozes representam os valores socioideológicos marcados na memória discursiva do sujeito.

A fim de compreender a ligação entre dialogismo e atos humanos, cabe destacar o que Bakhtin designou como *ato*. Em *Para uma filosofia do ato*, Bakhtin propõe uma concepção de ato, a qual serviu de base à concepção dialógica de linguagem. O ato é a ação do sujeito situado no mundo real, constituindo-se de atos concretos éticos, responsáveis e responsivos. De forma mais precisa, os atos concretos referem-se à ação do sujeito que, de modo participativo e responsivo, age em um determinado momento e lugar, destacando seu aspecto particular. De acordo com Sobral (2013), o termo “responsivo” remete a *responsabilidade*, cujo sentido une a responsabilidade do sujeito em responder pelos seus atos, e a *responsividade*, que se refere à atitude ativa do sujeito ao responder algo a alguém.

Sob esse viés, o sujeito é dotado de um pensamento não indiferente, expressando uma valoração em seus atos, ou seja, na enunciação. Nas situações de interação, o sujeito carrega consigo valores em seus atos, que não é um valor absoluto imposto a ele, mas construído pelo próprio sujeito através das interações com o mundo concreto. Desse modo, Bakhtin considera que o sujeito é constituído pelos atos, já que sua vida é uma realização ininterrupta de atos e de experiências. Com isso, é possível identificar que tanto a concepção de ato quanto a concepção dialógica abordam a visão constitutiva do sujeito através da relação eu/outro, de modo que os atos concretos de uso da língua, em uma situação real, é que formam os sujeitos.

Diante do exposto, entende-se que sujeito se marca no discurso por meio do acento valorativo, sendo-lhe atribuída uma responsabilidade pelo que enuncia. Nesse viés, a escolha das reportagens como objeto de investigação desta pesquisa ratifica a concepção dialógica da linguagem desenvolvida por Bakhtin, na medida em que traz uma réplica aos discursos anteriores que apontam para a inexistência de um discurso neutro. Isso porque, além da proposta de análise de construção de sentidos do discurso, a pesquisa também propõe demonstrar que as reportagens que constituem o discurso do gênero jornalístico são repletas de marcas de valores socioideológicos, mesmo tendo como característica principal o distanciamento do locutor. Através da seleção dos elementos linguísticos e dos recursos visuais, da diagramação textual e do enfoque dado, o locutor acaba indicando o seu ponto de vista sobre o tema que, neste caso, trata-se do monitoramento eletrônico de presos no RS.

Fundamentado em referenciais teóricos, o trabalho decorre de procedimentos metodológicos que consistem em estudos sobre a teoria dialógica, leitura e seleção de reportagens impressas do Jornal Zero Hora e análise das construções de sentido do discurso. A análise é feita através do levantamento dos elementos linguísticos e das características do gênero jornalístico, bem como da sua relação para a produção de sentido. Por fim, é feita a discussão dos resultados da análise.

O trabalho desenvolvido nas páginas seguintes apresenta-se estruturado em três partes. A primeira trata sobre os tópicos mais relevantes dos estudos enunciativos de Bakhtin que estão envolvidos nesta pesquisa, que são vozes discursivas, sujeito dialógico e gêneros discursivos.

A segunda parte do trabalho trata da contextualização e metodologia da pesquisa. Para fins de contextualização, serão discutidos os aspectos referentes à história do sistema penitenciário gaúcho, pondo em evidência as alternativas governamentais já postas em prática para solucionar o problema da superlotação dos estabelecimentos penais, bem como de garantir o cumprimento de pena em situação digna, conforme determinam as leis de execução. Também, será discutido o sistema de monitoramento eletrônico de presos no Estado, destacando as condições nas quais deu o seu início, os critérios e as determinações referentes ao uso e os resultados até então apresentados pela SUSEPE.

Para fins metodológicos, serão tratados os aspectos constitutivos do gênero jornalístico, mais precisamente da reportagem, abrangendo as características do discurso que será analisado na pesquisa. Isso se faz necessário porque os elementos composicionais do discurso contribuem na produção de sentido. Ainda, acerca da metodologia, serão abordados os procedimentos de escolha do objeto, o modo de seleção das reportagens e o método de análise aplicado.

Por fim, a terceira parte do trabalho apresenta a análise das reportagens impressas na seção policial do ZH. Após tais considerações, espera-se que o recorte apresentado nesta pesquisa, através da proposta de análise discursiva, contribua para a compreensão de linguagem inscrita na teoria bakhtiniana, reconhecendo que o sentido da linguagem é construído pelos sujeitos no uso da língua na interação social.

1 A LINGUAGEM NA PERSPECTIVA DIALÓGICA

Neste capítulo, serão destacados os principais aspectos da teoria enunciativa de Bakhtin que envolvem a proposta de análise da pesquisa. Inicialmente, parece importante situar o início dos estudos de Bakhtin entre os estudos da linguagem para uma melhor compreensão da teoria, apresentando um breve histórico sobre o pensador e seu Círculo.

1.1 BAKHTIN E O CÍRCULO

Mikhail Mikhailovich Bakhtin nasceu no dia 17 de novembro de 1895, na cidade russa de Orel. Segundo Brait (2009), nesse período, a Rússia passava por um momento de instabilidade, pobreza e falta de liberdade, subjugada pelo poder czarista⁶. Como consequência, cresceram os movimentos populares. Diante das turbulências dos movimentos políticos e, principalmente, das transformações do pensamento científico, surgiram os grupos de estudos, chamados de *Círculo*, os quais eram formados por intelectuais e artistas das mais diversas áreas do conhecimento.

Consoante Di Fanti (In. FLORES et al., 2009, p. 239), Bakhtin cursou estudos clássicos da Faculdade Filológico-Histórica na Universidade de São Petersburgo. Tendo em vista sua heterogeneidade cultural, Bakhtin desenvolveu sua tese de doutorado sobre carnavalização (por volta da década de 40), por meio da análise da obra de François Rabelais, “destacando a voz do povo, o riso popular e o triunfo da alteridade” (DI FANTI, In. FLORES et al., 2009, p. 240). Era um leitor fervoroso da literatura, profundo conhecedor da filosofia do século XIX e estudioso das transformações do pensamento científico do início do século XX, de forma que, para Schnaiderman (apud BRAIT, 2005), considerá-lo um “pensador” parece uma definição perfeita.

Na cidade de Nevel, Bakhtin funda o primeiro grupo de estudos chamado de *Seminário Kantiano* ou *Círculo de Nevel*, em 1918. Segundo Faraco (2009), tratava-se de um grupo multidisciplinar, constituído por estudiosos das áreas da filosofia, biologia, música, literatura, entre outros. Entre os participantes, integra-se Valentin N. Volochínov, professor interessado em história da música e, mais tarde, em estudos linguísticos.

⁶ Conforme Gaio (2013), o regime czarista imperou como sistema político na Rússia entre os anos de 1547 e 1917, tendo como governante um monarca autocrata e ilimitado. Nesse contexto, os partidos políticos de oposição organizaram-se a fim de lutar pela liberdade de expressão, atuando na clandestinidade até 1905, com o amparo de ideologias importadas do Ocidente.

Por volta de 1920, o Círculo desloca-se para a cidade de Vitebsk, momento em Pavel N. Medvedev, educador formado em Direito, une-se ao grupo. Conforme Brait (2009), nessa época, foram lançadas as primeiras publicações da fase fenomenológica de Bakhtin sobre *A arquitetônica da responsabilidade*, restando os fragmentos *O autor e o herói* e *Por uma Filosofia do Ato*, que abordam as relações entre a vida cotidiana e a vida da arte com a pessoa responsável pelos próprios atos.

Em 1924, o Círculo muda-se para Leningrado. No Círculo de Leningrado, a discussão sobre filosofia da linguagem na psicologia, filosofia e poética ganham força, marcando o período em que Bakhtin, Volochínov e Medvedev publicaram a maioria dos ensaios. Essa fase, compreendida entre os anos de 1924 e 1929, representou o surgimento das bases da concepção dialógica que nortearam os estudos enunciativos de Bakhtin a partir das discussões com as ideias formalistas, marxistas, ideológicas e psicológicas. Consoante Di Fanti (In. FLORES et al., 2009, p. 239), desde os primeiros textos, escritos antes de 1924, Bakhtin já abordava aspectos sobre ética, estética e responsabilidade, enfatizando a relação eu/outro na perspectiva de salientar a alteridade constitutiva da linguagem e do ser humano.

Após a morte de Volochínov, em 1936, vítima de tuberculose, e de Medvedev, executado em 1938, Bakhtin dá seguimento aos estudos da linguagem, deixando vários escritos, dos quais muitos foram publicados após 1975, ano de seu falecimento. Segundo Faraco (2009), o que aproximou esses pensadores, além da paixão pela filosofia e pelo debate de ideias, foi a paixão pela linguagem, cujo legado que o então conhecido *Círculo de Bakhtin* deixou orienta até hoje estudos linguísticos voltados para as questões do discurso.

1.2 TEORIA ENUNCIATIVA BAKHTINIANA

Os estudos do Círculo de Bakhtin sobre linguagem apontam para uma linguística que traz a enunciação como referência na construção do sentido dos fenômenos linguísticos. A teoria desenvolvida a partir desses estudos apresenta uma proposta de análise da dinamicidade da linguagem e da natureza social da enunciação, de modo que a língua é considerada com vistas às situações concretas de uso entre interlocutores situados socialmente.

Nessa perspectiva, enunciação representa a “materialização da interação verbal de sujeitos históricos” (FLORES et al., 2009, p. 99), que se constitui por enunciados. Os enunciados constituem a “*real unidade* da comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2011,

p. 274, grifo do autor), de forma que “é a unidade mínima da comunicação discursiva e um elo entre vários enunciados” (FLORES et al., 2009, p. 99). Isso porque o enunciado é visto como um elo na cadeia discursiva, pois sempre pressupõe outros tantos enunciados que o antecedem e outros que o sucedem, servindo desse modo de passagem à palavra do outro (BAKHTIN, 2011, p.371).

O enunciado apresenta peculiaridades, que são: alternância dos sujeitos do discurso, conclusibilidade e formas estáveis de gênero. De acordo com Bakhtin (2011, p. 279-280), a alternância dos sujeitos “emoldura o enunciado e cria para ele a massa firme, rigorosamente delimitada dos outros enunciados a ele vinculados”, distinguindo unidade discursiva de unidade da língua. A conclusibilidade compreende uma forma de alternância entre os sujeitos do discurso, na medida em que um falante enunciou tudo o que desejava em um determinado momento, possibilitando que outro sujeito assumira posição responsiva.

Os estudos bakhtinianos centrados na enunciação são desenvolvidos a partir da crítica a duas concepções do pensamento filosófico-linguístico: *Subjetivismo Idealista* e *Objetivismo Abstrato*. O Subjetivismo idealista apresenta uma visão semântica a partir da criação individual do sujeito, de forma que seu objeto de estudo enfatiza o ato da fala como fundamento da língua. O surgimento do pensamento filosófico-linguístico da corrente do Subjetivismo Idealista está relacionado ao *Romantismo*⁷. Segundo Bakhtin/Volochínov (2009, p. 114), o Romantismo representou “uma reação contra a palavra estrangeira e o domínio que ela exerceu sobre as categorias do pensamento”.

Na perspectiva do Subjetivismo Idealista, a enunciação monológica é vista como ponto central de reflexão sobre a língua, apresentando a enunciação como um ato puramente individual, como uma expressão da própria consciência do sujeito. Contrapondo a isso, Bakhtin afirma que “não é a atividade mental que organiza a expressão, mas, ao contrário, é a *expressão que organiza a atividade mental*, que a modela e determina sua orientação” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p.116, grifo dos autores). Isso porque, no instante em que o sujeito se expressa, o conteúdo interior é obrigado a apropriar-se do material exterior, cujo processo resulta na mudança da natureza da expressão.

⁷ Consoante Faraco e Moura (1998) o Romantismo foi um movimento artístico, político e filosófico que surgiu na Europa em meados do século XIX, tendo como característica a subjetividade, nacionalismo e religiosidade em suas obras.

Para Bakhtin, a língua não é uma atividade individual, porém um produto histórico-cultural da humanidade, pois é somente em condições reais de enunciação que a linguagem produz sentido. Ratificando isso, o pensador entende que a “*situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação*” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 117, grifo dos autores). Tal afirmação corrobora com a visão de que é por meio da influência do meio social que o locutor apropria-se do sistema linguístico e das estruturas socialmente instituídas, bem como do emaranhado de vozes sociais que o constituem como sujeito dialógico. Nesse sentido, Bakhtin/Volochínov explicam que o Subjetivismo Idealista

[...] tem razão em sustentar que as enunciações isoladas constituem a substância da língua e que a elas está reservada a função criativa na língua. Mas está errado quando ignora e é incapaz de compreender a natureza social da enunciação e quando tenta deduzir esta última do mundo interior do locutor, enquanto expressão desse mundo interior (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 126).

Sob esse viés, percebe-se que, para os estudos bakhtinianos, a atividade individual é entendida como parte constitutiva do processo de construção do sentido da linguagem, porém em relação com o meio social, diferentemente da visão do Subjetivismo Idealista, na qual somente ao indivíduo é atribuída à significância da linguagem como uma atividade criativa individual.

Outra concepção criticada por Bakhtin refere-se à corrente do Objetivismo Abstrato, que atribui à língua a significância nos estudos da linguagem, pois entende que “o que faz dela o objeto de uma ciência bem-definida, situa-se, ao contrário, no sistema linguístico, a saber o sistema das formas fonéticas, gramaticais e lexicais da língua” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 79, grifo dos autores).

Para o Objetivismo Abstrato, a língua é uma repetição de formas regidas por normas imutáveis, longe de ser considerada sua evolução histórica. A língua não está ligada a valores ideológicos, de modo que os atos individuais são apenas “refrações ou variações fortuitas ou mesmo deformações das formas normativas” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 85). Nesse viés, o sistema da língua não se renova constantemente através das enunciações únicas e não reiteráveis que ocorrem

nas interações sociais. Portanto, para concepção filosófica do Objetivismo Abstrato, diferentes contextos em que aparece uma palavra qualquer estão em um mesmo e único plano, dando origem a várias enunciações fechadas, com significado próprio, indicando uma mesma direção.

Sob o enfoque dos estudos enunciativos de Bakhtin, tanto o Subjetivismo Idealista quanto o Objetivismo Abstrato representam concepções equivocadas, pois, para o pensador, a língua constitui-se como sistema de formas rígidas e imutáveis somente para a consciência individual e sob o ponto de vista desta. O sistema de normas sociais só existe em relação à “consciência subjetiva do locutor de uma dada comunidade linguística num dado momento da história” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 94), uma vez que as normas que regem sua relação com a coletividade podem variar, influenciando, assim, a realidade da língua.

Acerca disso, Barbisan e Di Fanti (2010, p. 07) explicam que, na perspectiva bakhtiniana, “nem a linguagem com sua composição heterogênea, nem a fala com sua individualidade possibilitariam a descrição dos fatos da língua”. Isso porque

[...] o que importa não é o aspecto da forma linguística que, em qualquer caso em que esta é utilizada, permanece sempre idêntico. [...], o que importa é aquilo que permite que a forma linguística figure num dado contexto, aquilo que a torna um signo adequado às condições de uma situação concreta dada (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 96).

Portanto, entende-se que é por meio de enunciações concretas entre interlocutores situados socialmente que as formas linguísticas ganham sentido.

Tendo em vista que as enunciações concretas ocorrem através da interação de sujeitos socioideológicos, cujos enunciados proferidos são impregnados de acento valorativo, entende-se que as enunciações representam uma resposta a alguma coisa, assim como se constroem a partir destas. Por conseguinte, “toda enunciação é produzida para ser compreendida” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 101). Sob esse ponto de vista, “toda compreensão plena real é ativamente responsiva e não é senão uma fase inicial preparatória da resposta (seja qual a forma em que ela se dê)” (BAKHTIN, 2011, p.272). O falante espera uma compreensão ativa, não apenas igual pensamento em voz

alheia, “mas uma resposta, uma concordância, uma participação, uma objeção etc.” (BAKHTIN, 2011, p.272).

Considerando a importância da distinção entre *significação* e *tema* para entendimento acerca da compreensão ativa, cabe discorrer sobre tais conceitos. Entende-se por *significação* os elementos reiteráveis e estáveis da língua, os quais são observados fora do uso, sem acentos de valoração. O *tema*, embora se apoie na estabilidade, individual e não reiterável, é de natureza semântica, representando o acento valorativo marcado na relação do enunciado com o objeto de sentido.

Desse modo, o *tema* é um “*sistema de signos dinâmico e complexo, que procura adaptar-se adequadamente às condições de um dado momento da evolução*”; enquanto que a *significação* é um “*aparato técnico para a realização do tema*” (BAKHITN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 134, grifo dos autores). Dessa forma, ambos são interdependentes.

Considerando a definição de *tema* como um sistema de signos, parece relevante explicitar qual o seu sentido na perspectiva bakhtiniana. Para Bakhtin, o signo é sempre ideológico, pois “não requer uma mera identificação, já que estabelece uma relação dialógica que comporta uma tomada de posição, uma atitude responsiva; o signo requer (...) ‘*compreensão responsiva*’” (PONZIO, 2011, p. 90, grifo do autor), uma relação de sentido. O sinal estável, diferentemente do signo ideológico, pode ser associado à *significação* linguística. De acordo com Ponzio (2011), o sinal assume uma função pré-fixada, unidirecional de um determinado significado, caracterizando um processo de identificação; e o signo, uma função pluridirecional, devido a sua indeterminação semântica.

Sendo assim, percebe-se que os enunciados assumem diferentes sentidos, levando em conta o processo responsivo ativo, no qual é fundamental o reconhecimento do *tema* na relação com a *significação*. Portanto, deve-se considerar o aspecto valorativo no desenvolvimento do enunciado, da palavra e da produção de sentidos, uma vez que

[...] toda palavra usada na fala real possui não apenas *tema* e *significação* no sentido objetivo, de conteúdo, desses termos, mas também um acento de valor ou *apreciativo*, isto é, quando um conteúdo objetivo é expresso (dito ou escrito) pela fala viva, ele é sempre acompanhado por um acento apreciativo determinado. Sem acento apreciativo, não há palavra (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 137, grifo dos autores).

Retomando ideias apresentadas pelos estudos de Bakhtin, compreende-se que sua teoria enunciativa traz uma proposta de análise semântica a partir da enunciação concreta que se dá por meio da interação verbal entre os falantes. A respeito disso, destaca-se que

[...] na vida, o discurso verbal é claramente não auto-suficiente. Ele nasce de uma situação pragmática extraverbal e mantém a conexão mais próxima possível com esta situação. Além disso, tal discurso é diretamente vinculado à vida em si e não pode ser divorciado dela sem perder sua significação (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1926, p. 04).

A partir disso, compreende-se que as formas estáveis de gênero representam a vontade discursiva do falante que se realiza primeiramente na escolha de um tipo de discurso.

Após as considerações apresentadas, pode-se perceber que as reflexões de Bakhtin e seu Círculo sobre a definição do objeto dos estudos linguísticos geraram uma nova concepção de estudo da linguagem, centrada na enunciação. Entende-se que essa nova concepção, conhecida como teoria dialógica, põe em jogo a construção do sentido a partir da relação de interação verbal entre interlocutores situados socialmente, agregando à semântica contemporânea elementos como o sujeito e a história, que ficaram isolados nos estudos linguísticos desenvolvidos até então.

1.3 DIALOGISMO: UM EMARANHADO DE VOZES SOCIAIS

A teoria enunciativa conhecida como “metalinguística em Bakhtin, ou translinguística, como prefere Todorov” (BARROS, In. FARACO, 2007, p. 23) aponta o discurso como objeto central nos estudos da linguagem. Tal objeto é regido pelo *dialogismo*, cujo princípio norteia os demais conceitos imbricados na teoria dialógica.

Sobral (2009) comenta que essa concepção de linguagem é chamada de dialógica porque “propõe que a linguagem (e os discursos) tem sentidos produzidos pela presença constitutiva da intersubjetividade (a interação entre subjetividades) no intercâmbio verbal” (SOBRAL, 2009, p. 32), o que remete à ideia de *alteridade*. Em face disso, Bakhtin afirma que

[...] o homem tem uma necessidade estética absoluta do outro, do seu ativismo que vê, lembra-se, reúne e unifica, que é único capaz de criar para ele uma personalidade externamente acabada; tal personalidade não existe se o outro não a cria; a memória estética é produtiva, cria pela primeira vez o homem exterior em um novo plano da existência (BAKHTIN, 2011, p. 33).

Nesse sentido, entende-se que a alteridade está relacionada à visão de que o ser humano se constitui pelo outro, de modo que este não existe fora de suas relações que o ligam ao outro. Por conseguinte, o sujeito se constitui através da linguagem, e somente por meio de sua interação verbal que a linguagem produz sentido.

Apesar de a palavra *dialogismo* emergir de *diálogo*, ela nomeia conceitos que não devem ser confundidos, visto que “o diálogo é um fenômeno textual e um procedimento discursivo englobado pelo dialogismo, sendo apenas um de seus níveis mais evidentes no nível da materialidade discursiva”, enquanto que “o dialogismo é portanto conceito amplo, de cunho filosófico, discursivo e textual” (SOBRAL, 2009, p. 34-35). No enfoque da teoria bakhtiniana, o conceito de diálogo não está associado às significações sociais de uso comum (interação face a face, com troca de turnos entre os participantes), mas “às relações entre réplicas do diálogo concreto” (FARACO, 2009, p. 40), cujo espaço se apresenta como um complexo de forças que atua no diálogo e condiciona a forma e as significações das vozes sociais.

Em vista disso, é possível reconhecer que o discurso é constituído pelo diálogo, de modo que, quando o sujeito enuncia, não está iniciando um discurso como se fosse o primeiro a tomar a palavra no mundo, mas dando continuidade a um discurso antes existente, ou seja, ele responde a já-ditos e antecipa dizeres, caracterizando, assim, a natureza dialógica da existência humana. Como exemplo, Sobral (2009) explica que, quando um sujeito fala uma única palavra diante de outro sujeito, mesmo que este não o tenha dito nada, aquele já está respondendo ou antecipando as objeções possíveis que virão do outro, estabelecendo uma interação dialógica. Este autor também afirma que “o simples fato de alguém enunciar algo como ‘verdade’ já pressupõe a existência de alguma outra ‘verdade’ possível” (SOBRAL, 2009, p. 36, grifo do autor), assim como toda a negação pressupõe uma afirmação.

Na relação dialógica, o discurso pode apresentar-se por meio de tendências dialógicas ou monológicas. De acordo com Sobral (2009), o discurso dialógico é o que se propõe a marcar a presença das vozes que o constituem, sejam elas de negação ou de

incorporação; ou seja, é o discurso que estabelece uma relação explícita ou implícita entre as vozes, possibilitando sua distinção. E o discurso monológico marca explicitamente a presença de uma voz somente, cuja organização indica um monólogo, tendendo à neutralização da presença de outras vozes. Contudo, não deixa de ser dialógico. Isso porque um discurso é sempre relacionado a discursos passados, mesmo que estes sejam imaginários.

Ao encontro disso, cabe salientar que a

[...] orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio do discurso. [...] Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa. Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão podia realmente evitar por completo esta mútua-orientação dialógica do discurso alheio para o objeto. Para o discurso humano, concreto e histórico, isso não é possível: só em certa medida e convencionalmente é que pode dela se afastar (BAKHTIN, 2010, p. 88).

Através da explicação de Bakhtin sobre a natureza dialógica do discurso, constata-se que a noção de diálogo proposta pela teoria representa uma relação tensa entre valores socioideológicos, de maneira que a realidade linguística se apresenta para o sujeito como um universo de vozes sociais. Essas vozes referem-se a “índices sociais de valor oriundos da diversificada experiência sócio-histórica dos grupos sociais” (FARACO, 2009, p. 57). Em outras palavras, significa dizer que as vozes representam valores socioideológicos que se entrecruzam como verdades sociais na relação entre os sujeitos, produzindo sentidos à linguagem quando são postos em relação. O encontro das múltiplas vozes sociais constitui o processo de formação de novas vozes sociais.

Em face disso, entende-se que as diversas vozes que falam no discurso “mostram a compreensão que cada classe ou segmento de classe tem do mundo, em um dado momento histórico os discursos são, por definição, ideológicos, marcados por coerções sociais” (BARROS, In. FARACO, 2007, p. 32). Sendo assim, as relações dialógicas são relações entre índices de valor inerentes de todo o enunciado, de maneira que um enunciado não representa uma unidade da língua, porém uma unidade de interação social.

Em vista da natureza dialógica do sujeito, o pensador russo demonstra que o ato de comunicar está longe da ideia proposta pela Teoria da Informação na década de 50. De acordo com Barros (In. FARACO, 2007), para tal teoria, a ideia de comunicação estava atrelada à transmissão passiva de uma mensagem do emissor ao receptor por meio de sinais organizados em forma de código, o que simplificava excessivamente a comunicação. Na visão bakhtiniana, o receptor não recebe a mensagem de maneira passiva, mas participa ativamente da construção da enunciação. O emissor/falante orienta o seu discurso motivado pela compreensão ativa do receptor/ouvinte.

O falante tende a orientar o seu discurso, com o seu círculo determinante, para o círculo alheio de quem compreende, entrando em relação dialógica com os aspectos deste âmbito. O locutor penetra no horizonte alheio de seu ouvinte, constrói a sua enunciação no território de outrem, sobre o fundo apreciativo do seu ouvinte (BAKHTIN, 2010, p. 91).

Posto isso, compreende-se que o ouvinte representa o auditório social projetado pelo falante, cuja resposta constitui o discurso. A relação estabelecida entre falante/ouvinte, isto é, interlocutores, no discurso é que constrói o sentido da linguagem.

Segundo Sobral (2009), o processo dialógico é constituído por quatro elementos: (1) avaliação do falante/locutor, (2) avaliação do ouvinte/interlocutor, (3) resposta do falante/locutor e (4) resposta do ouvinte/interlocutor. Para que o locutor componha sua (1) avaliação e sua (3) resposta, ele deve considerar a (2) avaliação e a (4) resposta do interlocutor presumidas por ele. De uma forma ou de outra, o interlocutor produz uma resposta. Acerca disso, Bakhtin comenta que

[...] a compreensão ativa do que foi ouvido [...] pode realizar-se diretamente como um ato (a execução de uma ordem compreendida e acatada), pode permanecer, por certo lapso de tempo, compreensão responsiva muda (certos gêneros do discurso fundamentalmente apenas nesse tipo de compreensão, como, por exemplo, os gêneros líricos), (...) uma compreensão responsiva de ação retardada: cedo ou tarde, o que foi ouvido e compreendido de modo ativo encontrará um eco no discurso ou no comportamento subsequente do ouvinte (BAKHTIN, 1992, p.291).

Por sua vez, a avaliação e a resposta do interlocutor presumida somente são possíveis a partir da avaliação e da resposta do próprio locutor, criando um “jogo de imagens individuais e sociais dos protagonistas” (SOBRAL, 2009, p.88). Isso porque “as avaliações e as respostas/reações dependem da posição, do papel social, dos protagonistas do discurso, das relações sociais que há ou passa a haver entre eles” (SOBRAL, 2009, p.88), envolvendo valores ideológicos. Portanto, após as considerações apresentadas, é indubitável o caráter dialógico da linguagem, cuja relação eu/outro constitui o fundamento da teoria enunciativa de Bakhtin, de modo que se pensar na construção do sentido fora do discurso parece uma impossibilidade.

Reiterando que o dialogismo é o fundamento basilar da concepção bakhtiniana de linguagem, nota-se que os elementos que constituem as relações dialógicas estão interligados aos demais aspectos que serão apresentados no decorrer deste trabalho, fazendo com que a construção teórica desta pesquisa pareça movimentar-se em círculo. Barros (In. FARACO, 2007) também constata esse movimento na teoria de Bakhtin, dizendo que o “traço de retomada sem fim caracteriza seus escritos pela repetição e pela concentração” (BARROS, In. FARACO, 2007, p. 22). Nesse sentido, faz-se necessário antecipar que alguns elementos serão retomados nos itens a seguir, uma vez que a relação dialógica que se estabelece dentro da própria teoria não deixa outra opção.

Haja vista a importância dos sujeitos na construção do sentido da linguagem, na seção seguinte, será discutida a constituição do sujeito dialógico. Esse sujeito assume o papel de locutor no discurso, dirigindo-se a outro, cuja atitude é sempre valorativa.

1.4 SUJEITO DIALÓGICO

A constituição do sujeito dá-se por meio das relações dialógicas, fazendo com que ele perceba a língua com um emaranhado de vozes sociais nas diferentes interações verbais. Nesse ínterim, o sujeito vai construindo suas inter-relações dialógicas e a si mesmo no plano do discurso. Ratificando isso, Faraco (2009) comenta que, várias vezes, figurativamente, Bakhtin diz que “não tomamos palavras do dicionário, mas dos lábios dos outros” (FARACO, 2009, p. 84). Nesse viés, o pensador entende que “a língua, enquanto meio vivo e concreto onde vive a consciência do artista da palavra, nunca é única”, de modo que “a vida social viva e a evolução histórica criam, nos limites de uma língua nacional abstratamente única, uma pluralidade de mundos concretos, de perspectivas [...] ideológicas” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2009, p. 96).

Em razão disso, “os elementos abstratos da língua, idênticos entre si, carregam-se de diferentes conteúdos semânticos e axiológicos” (BAKHTIN, 2009, p. 96).

Em vista de seu processo de formação, o sujeito é social e individual. Ele é social porque sua consciência se configura por meio dos signos ideológicos, em um processo de construção socioideológica nas relações dialógicas. Porém, o sujeito também é individual, pois ocupa um lugar único já que “os modos como cada consciência responde às suas condições objetivas são sempre singulares, porque cada um é um evento único do Ser” (FARACO, 2009, p. 86-87). Assim, os enunciados produzidos pelo sujeito são resultados do encontro de vozes sociais, que revelam atitudes responsivas ativas, constituindo-o como sujeito dialógico. A esse respeito, observa-se que

[...] as palavras são tecidas partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o *indicador* mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, [...] que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem-formados (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009, p. 42, grifo do autor).

A partir disso, pode-se entender que o sujeito, na relação com o outro, de qualquer forma, sempre acaba demonstrando sua posição diante da realidade, sendo impossibilitado de imparcialidade. Seus enunciados são sempre ideológicos. Quanto ao termo *ideológico*, Faraco (2009) explica que tal expressão aparece, às vezes, substituída por *axiológico* nos estudos bakhtinianos, o que representa dizer que os enunciados carregam uma dimensão avaliativa.

O sujeito dialógico possui uma memória discursiva marcada pela bivocalidade, a qual está associada à relação entre a voz do sujeito e as vozes de outros sujeitos evocadas na construção discursiva. Nessa visão, nas relações dialógicas, segundo Faraco, os signos “**refletem e refratam** o mundo”, na medida em que “**refratar** significa, aqui, que com nossos signos nós não somente descrevemos o mundo, mas construímos [...] diversas interpretações (**refrações**) desse mundo” (FARACO, 2009, p. 54, grifos do autor). Isso significa dizer que o sujeito, ao enunciar, expressa um

posicionamento, que é uma visão refratada dos valores socialmente compartilhados que refletem a realidade.

A visão refratada do sujeito acerca da realidade está relacionada ao acento valorativo que constitui o seu discurso. Nesse viés, em *Questões de Literatura e Estética*, Bakhtin afirma que, no instante em que o falante toma a palavra, este “a povoa com sua intenção, com seu acento, quando a domina através do discurso, torna-a familiar com a sua orientação semântica e expressiva” (BAKHTIN, 2010 p. 100). Nessa perspectiva, entende-se que os falantes não só constroem a si mesmos na interação verbal, mas também produzem sentidos assumidos pelos signos. Conforme Bakhtin/Volochinov (2009), os signos não estão presos ao sistema semântico abstrato, porém são constituídos na história e nas experiências dos grupos humanos, completos de contradições e confrontos de valorações e interesses sociais. A apropriação da palavra pelo falante é que define sua particularidade, delineando o carácter autoral do sujeito.

A respeito da questão autoral do sujeito, Faraco (2013) explica que se trata de uma discussão que aparece na maioria dos escritos de Bakhtin, cujo tema implica uma vasta elaboração de natureza filosófica. Sob a visão bakhtiniana, há uma distinção entre *autor-pessoa* e *autor-criador*. O autor-criador representa a materialização da posição avaliativa do sujeito dialógico, refletindo e refratando a realidade. No ato artístico, o mundo real passa por uma transposição de planos de valores, de modo os eventos da realidade são isolados e reorganizados. “O autor-criador é, assim, quem dá forma ao conteúdo: ele não apenas registra passivamente os eventos da vida [...], mas, a partir de uma certa posição axiológica, recorta-os e reorganiza-os esteticamente” (FARACO, 2009, p. 90). Logo, o objeto estético é um produto do ato criativo do autor-criador, e não do autor-pessoa, sendo aquele, conforme Faraco (2013), uma refração deste, uma vez que o autor-criador é uma posição axiológica recortada pelo autor-pessoa.

Sob esse viés, o escritor (pessoa real) entrega a construção do ato artístico a *uma voz segunda*, que é o autor-criador, sendo este um ato de apropriação refratada de certa voz social capaz de modelar o ato estético. Sobral (2009) comenta que o autor-criador não pode ser confundido com o autor-pessoa, pois, para Bakhtin, aquele é um autor de linguagem, e este é um indivíduo, um sujeito concreto. Em outras palavras, o autor-criador representa uma posição autoral, que Faraco chama de “**máscara autoral**”, haja vista que “**autorar** é assumir uma máscara (determinada posição axiológica, determinada voz social)” (FARACO, 2009, p. 91, grifo do autor).

Da mesma forma, não se pode confundir o ouvinte com o ouvinte-pessoa. Sobral explica que o ouvinte (interlocutor) não equivale ao público empírico, todavia ao identificável, que representa “a *imagem* típica do interlocutor a que cada autor específico se dirige” (SOBRAL, 2009, p. 67, grifo do autor), sendo criado pelo discurso e se manifesta por meio dele. Assim sendo, tanto o autor (criador) quanto o interlocutor devem ser distinguidos do tópico que Bakhtin chama de *herói*.

Consoante Sobral (2009), herói representa o objeto do enunciado, isto é, o tema sobre o qual se enuncia. Reiterando, Bakhtin compara o herói a “uma personagem *possível*, ou seja, [...] ainda não enformada artisticamente significativa, isto é, do dado do homem-outro” (BAKHTIN, 2011, P. 184, grifo do autor). O herói constitui a interação entre autor e interlocutor, que é o ponto central das avaliações inerentes de qualquer enunciado. Neste trabalho, o tópico (ou herói) são as reportagens sobre monitoramento eletrônico de presos no RS. Por conseguinte, autor, interlocutor e tópico são os elementos que constituem toda a enunciação, cuja interação resulta na produção de sentido da linguagem.

Após as considerações feitas, torna-se visível que o sujeito, constituído por relações dialógicas, põe sempre em seu discurso acentos de valoração, na medida em que orienta a palavra com sua entonação e forma estética. Não obstante, Bakhtin entende que “a linguagem não é um meio neutro que se torne fácil e livremente a propriedade intencional do falante, ela está povoada ou superpovoada de intenções de outrem”, de maneira que “dominá-la, submetê-la às próprias intenções e acentos é um processo difícil e complexo” (BAKHTIN, 2010, p. 100). Com isso, compreende-se que o sujeito, embora se marque no discurso através do recorte refratado que faz da realidade, não está livre das regras socioculturalmente instituídas, sob as quais sua estrutura enunciativo-discursiva mantém-se subordinada. Portanto, configurando “uma fronteira nítida” (BAKHTIN, 2010, p. 101) entre o particular e o social da linguagem na construção do sentido, surgem os gêneros discursivos, cujo tema será abordado na próxima seção.

1.5 OS GÊNEROS DISCURSIVOS

O estudo dos gêneros do discurso é muito antigo, marcando seu início com Platão e, depois, firmando-se com Aristóteles, com foco nos gêneros literários. De acordo com Marcuschi (2008), Aristóteles foi o primeiro a criar uma teoria sobre gêneros e sobre a natureza do discurso. Em *Retórica*, Aristóteles trata da composição do

discurso a partir de três elementos: aquele que fala, o objeto sobre o que se fala e aquele a quem se fala.

Para o filósofo, havia três gêneros: judiciário, deliberativo e epidítico. O gênero judiciário tinha como o objetivo a acusação e a defesa, projetando um auditório de juízes, marcado no tempo passado. O deliberativo propunha-se a aconselhar e desaconselhar, projetando um auditório de assembleia, marcado no tempo futuro. O gênero epidítico servia para censura ou elogio, projetando um auditório de espectador, marcado no tempo presente. Consoante Marcuschi, a visão de Aristóteles sobre gêneros “tornou-se inclusive a ênfase pela qual a retórica se desenvolveu e propiciou a tradição estrutural” (MARCUSCHI, 2008, p. 148).

Atualmente, os estudos sobre gêneros apresentam uma perspectiva diferente da aristotélica, focalizando a análise do texto e do discurso através da descrição da língua e da visão social, a fim de compreender a natureza sociocultural no uso da língua de modo geral. Para Bakhtin, os gêneros estão relacionados à enunciação. A enunciação entendida por Bakhtin e seu Círculo constitui-se por enunciados, através do emprego da língua pelos falantes. Consoante Brait e Melo (2007), nessa perspectiva, os enunciados representam unidades de sentido, necessariamente contextualizados. Esses enunciados exprimem condições e finalidades específicas de cada campo da esfera comunicativa, refletindo as estruturas sociais recorrentes e típicas de cada cultura. A esses tipos “*relativamente estáveis de enunciados*”, Bakhtin deu o nome de “*gênero do discurso*” (BAKHTIN, 2011, p. 262, grifo do autor). Outra definição é a de que os gêneros discursivos são “*formas e tipos da comunicação discursiva*” (BAKHTIN, 1992, p. 45). Isso se dá em virtude de que é na interação verbal que a significação assume sentido, o que pode fazer com que as formas e os tipos de comunicação sofram alterações.

Em razão disso, os gêneros discursivos podem ser considerados, ao mesmo tempo, relativamente estáveis e mutáveis. São relativamente estáveis porque acompanham a evolução do tempo, constituindo-se historicamente, tendo em vista a necessidade de certa estabilidade que assegure a comunicação entre os sujeitos. No entanto, os gêneros discursivos também são relativamente mutáveis porque podem sofrer alterações conforme as mudanças no discurso das pessoas e na sua relação com a esfera social em uso. Dessa forma, Sobral (2009), define os gêneros como

[...] certas formas ou tipos relativamente estáveis de enunciados/discursos que têm uma lógica própria, de caráter concreto, e recorrem a certos tipos estáveis de textualização (tipos de frases e de organizações frasais mobilizadas costumeiramente pelos enunciados e discursos de certos gêneros), mas não necessariamente a textualizações estáveis (frases e organizações frasais que sempre se repitam), pois são tipos ou formas de enunciados (SOBRAL, 2009, p. 119).

Nesse ínterim, cabe destacar que *esfera* refere-se à atividade humana, não como princípio de classificação de textos, mas como indicação de instâncias discursivas, como discurso jurídico, discurso religioso, etc. Em outras palavras, essas esferas são consideradas “‘regiões’ de recorte socioistórico-ideológico do mundo, lugar de relações entre sujeitos, e não só em termos de linguagem” (SOBRAL, 2009, p. 121, grifo do autor). Logo, nas práticas discursivas, pode ser identificado um conjunto de gêneros discursivos que, às vezes, são próprios ou específicos como práticas ou rotinas comunicativas institucionalizadas e instauradoras de relações de poder. No entanto, de acordo com Marcuschi (2003), os gêneros não são instrumentos estanques e limitadores da ação criativa, de modo que podem adaptar-se através das possibilidades de uso social.

A identificação de um gênero se dá, principalmente, através do uso e da finalidade, porém existe certo padrão de organização interna que torna a classificação mais prática. A organização interna caracteriza-se por elementos que atribuem índices de valor que dão sentido aos enunciados, que são: conteúdo temático, estrutura composicional e estilo. O conteúdo temático ou tema compreende o domínio de sentido do qual trata o gênero. É um modo particular de orientação na realidade, um primeiro nível de refração da realidade: a avaliação social (os modos de ver) e a relação com o interlocutor são fatores essenciais ao tema do gênero (GRILLO, In. BRAIT, 2006). A estrutura composicional compreende os elementos das estruturas comunicativas e semióticas compartilhadas pelos textos pertencentes ao gênero; refere-se ao modo de organização dos elementos textuais, cuja composição mostra a estrutura própria de cada gênero discursivo.

O estilo compreende o modo particular de como o tema será tratado, isto é, representa os graus de formalidade e de valoração do autor do texto. É uma seleção de meios linguísticos e enunciativos em função da imagem do interlocutor e de como se presume sua compreensão responsiva ativa do enunciado. De acordo com Bakhtin,

“onde há estilo, há gênero” (BAKHTIN, 2011, p. 268). Isso porque “a passagem do estilo de um gênero para outro não só modifica o som do estilo nas condições do gênero que não lhe é próprio como destrói ou renova tal gênero” (BAKHTIN, 2011, p. 268). A escolha do gênero não é de livre vontade do falante, pois vai depender da finalidade social do discurso, exigindo um processo de seleção do tipo de linguagem, da situação de uso e da relação social entre os interlocutores, obedecendo, assim, os hábitos culturalmente construídos.

Os gêneros distinguem-se entre primários e secundários. Os gêneros primários representam os discursos utilizados no cotidiano, sendo predominantemente da linguagem oral e espontânea, tais como uma conversa informal, um bilhete. Os gêneros secundários representam os discursos utilizados na comunicação cultural mais elaborada, predominantemente da linguagem escrita, caracterizando esferas discursivas como o teatro, o romance, o discurso científico. Os gêneros secundários são resultado da incorporação e da reelaboração dos gêneros primários, fazendo com que estes percam sua relação com o contexto imediato. Embora essa distinção não pareça muito relevante, cabe destacar que o reconhecimento da natureza enunciativa e das formas do gênero é essencial para que se possam interpretar corretamente os fatos linguísticos que o compõem. Ratificando isso, o pensador russo comenta que

[...] o desconhecimento da natureza do enunciado e a relação diferente com as peculiaridades das diversidades de gênero do discurso em qualquer campo da investigação linguística redundam em formalismo e em uma abstração exagerada, deformam a historicidade da investigação, debilitam as relações da língua e da vida (BAKHTIN, 2011, p. 264-265).

Concluindo, é importante notar que as reportagens impressas no ZH que são o objeto de estudo desta pesquisa são caracterizadas como gêneros secundários, tendo em vista sua natureza discursiva pertencente à esfera jornalística, cujas condições de convívio cultural são mais complexas e elaboradas.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO E METODOLOGIA

Este capítulo discorrerá sobre a história do sistema penitenciário gaúcho, cuja visão abrange o surgimento das prisões no Estado como forma de pena privativa de liberdade e do sistema de monitoramento eletrônico de presos. Neste trabalho, o sistema prisional do Estado do Rio Grande do Sul representa o meio social mais amplo, e o monitoramento eletrônico de presos no RS constitui a situação social mais imediata no qual estão inseridas reportagens do ZH, que são o objeto de investigação desta pesquisa. Tal contextualização faz-se necessária tendo em vista a teoria enunciativa abordada neste trabalho, a qual entende que o sentido da linguagem é construído pelo ato concreto de enunciação situado em um meio social mais imediato e um meio social mais amplo.

Neste capítulo, também será apresentada a justificativa sobre a escolha das reportagens e do Jornal Zero Hora. E finalmente, serão apresentados os passos metodológicos seguidos no percurso da análise.

2.1 O SISTEMA PENITENCIÁRIO GAÚCHO

O sistema penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul começa a ser delineado a partir de 1812, com a criação da Cadeia Velha, primeira casa prisional situada à atual Rua Professor Annes Dias com a Rua Vigário José Inácio, em Porto Alegre. Por muito tempo, essa rua foi conhecida como Beco da Cadeia ou Travessa da Cadeia. A Cadeia Velha destinava-se à custódia de presos, tendo por finalidade a punição, o castigo físico e até mesmo a execução. De acordo com o Professor Silva,

[...] a ‘cadeia velha’ não foi planejada nem administrada visando um fim correccional. Estas ideias eram estranhas a seu funcionamento. [...] A “cadeia velha” pode ser considerada uma instituição regrada apenas pelo costume, distanciando-se dos modelos positivos formais que caracterizariam as casas correccionais (SILVA, 1997, p. 115, grifo do autor).

Então, o aprisionamento servia apenas como meio de repressão às más ações da população, resultando em punição que, às vezes, consistia em um verdadeiro espetáculo de violência e morte de condenados, semelhante às práticas utilizadas na Idade Média. Uma das formas de punição era conhecida como pena capital. Consoante relato de

Coruja Filho (apud NERY, 1998), a pena capital consistia no enforcamento de condenados, cuja execução representava um ato cerimonioso em praça pública.

Em 1824, a Cadeia Velha foi motivo de muitas críticas devido às condições insalubres e à falta de segurança, sendo proposta a sua demolição. Acerca disso, o então Presidente da Província, Visconde de São Leopoldo, de acordo com Nery (1998, p. 10), assim definiu tal casa prisional: “era um lugar de infecção e morte em vez de ser, como cumpria, de mera segurança dos infelizes réus.” Todavia, em face de acontecimentos relativos à Revolução Farroupilha⁸, a Cadeia Velha manteve-se ativa.

Tendo em vista à precariedade da Cadeia Velha, entre 1852 e 1855, foi construída uma nova casa prisional chamada de Casa de Correção de Porto Alegre, por iniciativa do Conde de Caxias. Segundo Nery (1998), essa iniciativa foi ratificada por diversos presidentes da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, como Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, em 1852, e Jerônimo Francisco Coelho, em 1856, que viam a necessidade de criação de cadeias na Capital, e em outras cidades ou vilas. Isso porque eles entendiam que era preciso a organização de um plano geral das prisões no Estado, visto que a criação de prisões regionais evitaria aglomerações nas cadeias, ajudando na implantação de atividades laborativas para os presos.

A Casa de Correção ficou localizada ao lado da atual Usina do Gasômetro. Consoante Silva (1997), a escolha por tal localização deu-se por motivos como: localização afastada do movimento da população; região arejada e saudável para os presos, evitando a propagação de epidemias; solo rochoso firme para construção de alicerces, entre outros. Esta casa prisional abrigava homens condenados e presos provisórios, mulheres e menores infratores. Lá, em média, 320 presos realizavam atividades laborativas tais como: serralheria, marcenaria, carpintaria, padaria, mosaicos, alfaiataria, telas de arame e sapataria. Contudo, a Casa de Correção apresentou problemas referentes à estrutura, relacionados ao sistema de encanamento, ao despejo de dejetos humanos e à falta de espaço físico, o que já era recorrente nos presídios brasileiros.

Nesse ínterim, o sistema prisional do Estado do Rio Grande do Sul atravessava um período de muitas dificuldades financeiras e superlotação carcerária, refletindo nas condições da Casa de Correção que, em 1922, contava com uma população carcerária

⁸ De acordo com Pesavento (1990), a Revolução Farroupilha foi a guerra entre republicanos e governo imperial do Brasil ocorrida na então província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a qual se estendeu por 10 anos (de 20 de setembro de 1835 a 1º de março de 1845).

de 579 detentos, chegando a viver 15 presos em cada cela. Em 1939, a fim de resolver a situação da Casa de Correção, foi efetivada a implantação do Manicômio Judiciário e do Reformatório de Mulheres na Capital, e da Colônia Penal em Charqueadas. Não obstante, de acordo com Nery,

[...] em 1952, (a Casa de Correção) abrigava mais do dobro do que a casa se destinava, a qual era para 500 presos, sendo que a grande parte, ainda, não condenados estavam à disposição da Justiça Pública e ali recolhidos pela falta de estabelecimento próprio, ou seja, a Prisão Provisória (NERY, 1998, p. 12).

Em razão disso, em 1954, a Casa de Correção, contando com 1089 presos, sofreu um incêndio provocado pelos próprios detentos. Nesse mesmo ano, tal casa passou a ser denominada Penitenciária Industrial.

Antes de a Casa de Correção ser definitivamente desativada em 1962, foi iniciada a construção da Casa Prisão Provisória de Porto Alegre. Esta representaria, conforme Wolff (apud LEWGOY et al. 1991), uma solução para o Estado com relação ao problema penitenciário, pois atenuaria a situação em que conviviam os presos, a qual foi agravada depois do incêndio. Além da superpopulação carcerária, a promiscuidade comprometia, de maneira irremediável, qualquer esforço de recuperação dos delinquentes.

A Casa Provisória de Porto Alegre recebeu o nome de *Presídio Central de Porto Alegre*. Como um modelo de tecnologia prisional, em 1962, o Presídio Central tornou-se o estabelecimento penal de maior abrangência, servindo de porta de entrada e de saída do sistema penitenciário do Estado. O Presídio destinou-se ao recolhimento de presos que ficavam à disposição do poder judiciário e de autoridades policiais competentes, e ao acolhimento de apenados, em sessão especial, para o cumprimento de penas privativas de liberdades. Desde então, a intenção do aprisionamento passou a ser de proporcionar a educação dos internos para a reintegração à sociedade, obedecendo à política de ação da Superintendência dos Serviços Penitenciários.

A Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) foi criada no dia 28 de dezembro de 1968, através da Lei 5745, cujo órgão passou a ser responsável pelo planejamento e pela execução da política penitenciária no Estado. Contudo, seu

funcionamento foi regulamentado somente no dia 13 de agosto de 1971, pela Portaria nº 314. Conforme consta no Decreto nº 20768 de 1970 que dispõe sobre a organização da SUSEPE, a proposta de reorganização do sistema penitenciário foi comentada pelo então secretário do Interior e Justiça, da seguinte forma:

Como se trata, porém, de um sistema que está sendo estabelecido paulatinamente, dentro dos escassos recursos humanos e materiais disponíveis, muito ainda está por ser feito. Mas, na realidade, o caminho até agora percorrido, dentro do objetivo maior de recuperar os apenados, através da disciplina sem imposições, do trabalho para todos e da participação ativa do meio social, já nos dá a certeza de que atingimos um ponto irreversível, tal o êxito de múltiplas experiências realizadas. [...] Ainda perdura nos dias de hoje, até nos centros mais adiantados, a visão da pena como punição do delito cometido, pura e simplesmente, uma expiação tanto mais cruel quanto foi à extensão do dano causado à vítima. Alterar este conceito, tão arraigado ao longo dos anos – a própria palavra penitenciária possui ainda a força medieval que lembra o cumprimento de uma penitência – não é tarefa fácil, mas nem por isso, ou por isso mesmo, pode deixar de ser enfrentada (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1970, p. 4).

Diante disso, percebe-se um avanço no sistema penitenciário, uma vez que o Estado propôs uma nova concepção sobre o cárcere, visando não mais a punição, todavia a ressocialização dos indivíduos delinquentes, promovendo o acesso ao trabalho e à formação educacional. Mesmo assim, as medidas adotadas foram pouco eficientes, pois o efetivo carcerário do Presídio Central continuou aumentando.

Após quase 40 anos de existência do Presídio Central, o governador Antônio Brito propôs o seu fechamento, devido à sua longa história de fugas, motins e mortes, em 1995. Nessa época, o Presídio Central apresentava uma população carcerária de 1.600 presos. No ano de 2002, passou para dois mil presos, e hoje conta quase cinco mil presos. O número de detentos nesse presídio oscila muito em função dos presos que ingressam para cumprimento de penas, e dos que saem diariamente devido às transferências e aos termos de pena.

Ainda em 1995, o Governo do Estado criou uma Força Tarefa da Brigada Militar a fim de resolver a debilidade da segurança e do descontrole prisional. Essa Força Tarefa não só passou a atuar somente no Presídio Central, mas também na Penitenciária Estadual do Jacuí e no Presídio de Alta Segurança de Charqueadas. A

presença da Brigada Militar nos presídios era de caráter emergencial pelo prazo de 180 dias, podendo ser renovado por igual período até que SUSEPE tivesse condições de reorganizar seu quadro funcional, que estava seriamente defasado.

Nesse mesmo ano, foi retomado o projeto de construção de uma penitenciária com características especiais, sugerido pelo Ministério da Justiça no ano de 1986. De acordo com o Informe Técnico nº 5 de 1998⁹, tratava-se de uma Penitenciária Modular construída em peças pré-moldadas, com capacidade variável, baixo custo de implantação e de funcionamento e com condições técnicas capazes de promover a individualização da pena. Logo, foi construída a Penitenciária Modulada de Charqueadas, caracterizada como segurança média, capaz de abrigar 406 presos. Lá, foram criados Módulos de Vivência, apoio administrativo e identificação. Os Módulos de Vivência tinham capacidade para alojar 108 presos, divididos igualmente em duas galerias, e apresentava infraestrutura necessária para o trabalho e a assistência ao preso.

O projeto apresentava aspectos favoráveis à segurança tanto dos funcionários quanto à dos próprios presos, tais como a ausência de concentração de presos, pátios internos, sistema de intercomunicação, iluminação externa, alarme, gerador de energia, detector de metais, pavilhões de trabalho, enfermaria e posto de controle. Entretanto, em 2005, o efetivo carcerário da Modulada de Charqueadas já havia dobrado da capacidade, apresentando quatro presos por cela, o que dificulta o controle e a segurança do local.

Nesse sentido, constata-se que houve uma melhoria no cumprimento de pena na medida em que foi realizada a descentralização de presos na Capital, proporcionando a aproximação dos detentos com meio familiar, bem como uma tentativa de resolver a questão da superlotação carcerária com a criação de estabelecimentos penais. No entanto, ainda hoje, a mídia noticia frequentemente o caos do sistema prisional do RS, denunciando a falta de estrutura física e de higiene nos estabelecimentos penais e a violência e mortalidade de presos. Também, denuncia a presença das facções no comando de ações criminosas de dentro das prisões e no controle dos próprios presos, demonstrando que o Estado ainda não conseguiu encontrar uma solução para os problemas do sistema penitenciário.

Até o período de produção deste trabalho, somente o Presídio Central de Porto Alegre (PCPA) e a Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ) continuam sob o comando da Brigada Militar. A SUSEPE mantém sob sua coordenação 97 estabelecimentos penais

⁹ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Superintendência dos Serviços Penitenciários. Escola do Serviço Penitenciário. *Informe técnico nº 5*. Porto Alegre: Corag, 1998.

em todo Estado. Esses estabelecimentos estão distribuídos em 10 delegacias penitenciárias regionais, localizadas no Vale dos Sinos e Litoral, Região Central, Missões e Região Noroeste, Alto Uruguai, Região Sul, Região da Campanha, Serra Gaúcha, Vale do Rio Pardo, Região Carbonífera e Região Metropolitana.

A Lei de Execução Penal nº 7210 (LEP)¹⁰, criada no dia 11 de julho de 1984, também representa um avanço na história do sistema penitenciário uma vez que define regras para o cumprimento de medidas privativas de liberdade. Essa Lei institui os regimes de prisão de acordo com os tipos de delitos e regulamenta as ações do Estado, de modo a impedir a ocorrência de métodos punitivos que ocorriam no passado. Além disso, impõe a garantia de direitos aos presos, como o direito à assistência material, jurídica, previdenciária, educacional, social, religiosa, e a observância de seus deveres quanto à obediência às normas de execução de pena.

Conforme o Art. 110 da LEP, o juiz é quem estabelece o regime de prisão do infrator no momento da sentença, sendo observado o disposto no artigo 33 e seus parágrafos do Código Penal. A condenação é orientada para a individualização da execução da pena, levando em conta os antecedentes e a personalidade do condenado. No Brasil, a condenação dá-se através de medida de reclusão e de detenção. Conforme consta no site da SUSEPE¹¹, se o condenado for punido com reclusão, os regimes iniciais serão: fechado, semiaberto e aberto; e se for punido com detenção, os regimes iniciais serão: semiaberto e aberto.

Consoante o Art. 33 § 2º do Código Penal (CP)¹², Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940, o regime fechado compreende a pena superior a oito anos de reclusão, devendo ser executada em estabelecimento de segurança máxima ou média. Esse regime deve ser cumprido em penitenciárias. Segundo consta no Art. 88 da LEP, as penitenciárias devem alojar o condenado em cela individual de no mínimo seis metros quadrados, contendo um dormitório, aparelho sanitário e lavatório, com condições de salubridade. As penitenciárias masculinas devem ficar distantes do centro urbano, porém de fácil acesso aos visitantes.

De acordo com o Art. 33 § 2º do Código Penal, o regime semiaberto corresponde ao cumprimento de pena superior a quatro anos e inferior a oito anos, desde que o

¹⁰ BRASIL. *Lei de Execução Penal nº 7210 de 11 de julho de 1984*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em 05.05.2014.

¹¹ SUSEPE. *Superintendência dos Serviços Penitenciários*. Disponível em: http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=136. Acesso em 05.05.2014.

¹² BRASIL. *Artigo 33 do Código Penal - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940*. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/busca?q=artigo+26+CP> Acesso em 05.05.2014.

condenado não seja reincidente. A execução da pena deve ocorrer em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar. As condições de alojamento seguem as determinações do Art. 88 da LEP com relação às condições de salubridade, contudo autoriza que os presos convivam em alojamentos coletivos. Nesse regime, o condenado, após o cumprimento de mínimo 1/6 (um sexto) da pena, se for primário, e 1/4 (um quarto), se reincidente, tem direito a saídas temporárias para visitar familiares, frequentar cursos, entre outros. Também, os apenados já podem realizar atividades laborais fora dos estabelecimentos penais, sem que seja preciso vigilância direta.

E o regime aberto, conforme o mesmo artigo do CP, é atribuído ao condenado não reincidente, com pena igual ou inferior a quatro anos, cuja execução dá-se em casa de albergado ou estabelecimento adequado. Os albergues devem diferenciar-se dos demais estabelecimentos penais pela ausência de obstáculos físicos que impeçam a fuga do preso, além disso, devem situar-se em centro urbano, separado dos demais estabelecimentos.

No sistema penitenciário gaúcho, os regimes de prisão são cumpridos em penitenciárias e em institutos penais. Os institutos penais compreendem albergues e colônias penais, onde são alojados tanto os presos do regime semiaberto quanto os do aberto, pois não há possibilidade de fazer tal diferenciação por causa da ausência de vagas capazes de acomodar tantos presos nesses locais, e pela própria escolha dos presos em função das facções.

As cadeias (ou presídios) também são consideradas estabelecimentos penais, assim como os hospitais de custódia. Ratificando isso, o Art. 82. da LEP diz que, “os estabelecimentos penais destinam-se ao condenado, ao submetido à medida de segurança, ao preso provisório e ao egresso”. No sistema prisional do Estado do Rio Grande do Sul, os estabelecimentos penais também são compostos por presídios. Os presídios são casas prisionais localizadas em área urbana a fim de acolher somente presos provisórios. Não obstante, devido ao número significativo da massa carcerária gaúcha, isso não acontece, de forma que os presídios custodiam presos condenados juntamente com os provisórios atualmente.

O Estado conta também com um hospital de custódia e de tratamento psiquiátrico, o Instituto Psiquiátrico Forense Dr. Maurício Cardoso, que se destina aos inimputáveis e semi-imputáveis, que são submetidos à medida de segurança. De acordo

com Art. 26 do CP¹³, é considerado inimputável o indivíduo que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, for inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do seu ato, seja ao tempo da ação ou da omissão, ficando, assim, isento de pena. No caso do semi-imputável, o indivíduo não for inteiramente incapaz, sendo reduzida a sua pena de um a dois terços. Para fins de atendimento médico-hospitalar, a SUSEPE possui uma unidade no Hospital Vila Nova, em Porto Alegre, onde são internados os presos de todo o Estado, sob a custódia de agentes penitenciários, sendo, portanto um estabelecimento penal.

Em face do exposto, é possível visualizar as dificuldades enfrentadas pelo Estado a fim de dar condições dignas de cumprimento de pena privativa de liberdade. Segundo dados citados no site da SUSEPE¹⁴, até o dia 14 de maio de 2014, a população carcerária atingiu o número de 29.050 presos. Na pesquisa estatística realizada pelo Departamento de Planejamento da SUSEPE em 07 de maio de 2014, o sistema prisional contava com 29.193 presos, dos quais 68,10% eram reincidentes. Logo, trata-se de uma população superior a de muitos municípios gaúchos, cuja despesa com o sustento é bastante elevada.

Em contrapartida, a criminalidade não diminui, agravando-se sempre mais, cuja violência é vivenciada pela sociedade diariamente. De acordo com as informações publicadas pela imprensa, muitos dos crimes são cometidos por presos do regime semiaberto e do aberto que circulam fora dos muros, com ou sem a autorização do Estado. A autorização de saída é concedida para alguns presos para fins de trabalho externo. Porém, alguns desses presos aproveitam essas saídas para cometer delitos. Alguns dos presos que não possuem saídas autorizadas fogem durante a noite ou até mesmo no momento em que deveriam estar no pátio para cometer delitos, aproveitando-se da precariedade de efetivo funcional de agentes penitenciários e da estrutura física dos institutos penais.

Nesse cenário, em 15 de junho de 2010, foi sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Lei nº 12.258 que altera o Código Penal e a Lei de Execução Penal a fim de prever o uso de equipamento de vigilância indireta de presos em casos específicos. Fica assim, marcado o surgimento do monitoramento eletrônico de presos no Brasil.

¹³ BRASIL. *Artigo 26 do Código Penal - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940*. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/busca?q=artigo+26+CP> Acesso em 05.05.2014.

¹⁴ SUSEPE. *Superintendência dos Serviços Penitenciários*. Disponível em: http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=136. Acesso em 14.05.2014.

2.1.1 O monitoramento eletrônico de presos no RS

O monitoramento eletrônico foi inserido na legislação brasileira a partir da Lei nº 12.258 sancionada no ano 2010, a qual estabeleceu a monitoração eletrônica nas hipóteses de saída temporária no regime semiaberto e de prisão domiciliar. Pode-se constatar que, neste caso, o monitoramento se aplica na fase de execução da pena, salvo a eventualidade de o cumprimento da prisão processual, excepcionalmente, vier a ser levada a cabo no domicílio do indivíduo. Ademais, a ampliação do sistema telemático na execução penal brasileira surgiu com a finalidade de promover mais segurança e controle do apenado durante as saídas temporárias, não sendo reconhecido como alternativa de pena privativa de liberdade.

Em 04 de maio de 2011, o processo de implantação do monitoramento eletrônico avança ainda mais, com a edição da Lei nº 12.403/2011, alterando o Código Penal no que se refere à prisão processual, fiança, liberdade provisória e outras medidas cautelares, expandindo, assim, a aplicação do sistema de monitoramento eletrônico. Faz-se necessário enfatizar que tal inovação consistiu em fixar o uso de tal tecnologia como medida cautelar, mantendo restrito seu uso em casos de prisão preventiva. Logo, o ordenamento jurídico no País definiu o uso do sistema de monitoramento eletrônico somente em duas hipóteses: como vigilância indireta de presos em ocasiões de saídas temporárias durante o regime semiaberto e concessão de prisão domiciliar, com a Lei nº 12.258/2010; e como medida cautelar, com a Lei nº 12.403/2011.

Segundo Oliveira (2011), o Estado de São Paulo foi um dos pioneiros no País a adotar o monitoramento eletrônico de detentos, de modo que, em média, 3mil detentos do regime semiaberto estão sendo monitorados. De acordo Oliveira (2011), a avaliação da Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo, realizada no ano de 2011, indicou o sistema de monitoramento como altamente positivo. Até esse período, as tornozeleiras estavam sendo utilizadas durante as saídas temporárias anuais previstas em lei, as quais compreendem feriados de Páscoa, Finados, Natal e Ano Novo e dias das Mães, etc. Dos 2.514 apenados que saíram monitorados por tornozeleiras, 3,89% deles não retornaram à casa prisional.

O monitoramento eletrônico de presos no Estado do Rio Grande do Sul deu início em junho de 2010, em caráter experimental. Consoante determinação da Superintendência dos Serviços Penitenciários – SUSEPE, juntamente com o Poder

Judiciário, o projeto-piloto¹⁵ foi implantado em apenados do regime aberto, os quais tinham que seguir os seguintes requisitos: não estar cumprindo pena privativa de liberdade por motivo de crime hediondo, estar de acordo com a ordem de antiguidade no sistema prisional no determinado regime e apresentar bom comportamento.

Em 2010, o projeto iniciou com o curso de capacitação de oito agentes penitenciários, visto que o sistema de monitoramento é uma inovação no trabalho do servidor penitenciário, exigindo conhecimento de informática e compreensão do sistema. Nessa fase, o equipamento utilizado foi trazido dos Estados Unidos. A tecnologia era caracterizada em forma de dispositivos móveis emissores de sinais, apresentados em forma de tornozeleiras e sistema de localização e rastreamento de sinais baseados em satélites artificiais (GPS) com possibilidade de georreferenciamento. Também era constituído por redes de comunicação para o direcionamento de sinais até a base de dados e sistemas eletrônicos para o tratamento de dados em tempo real. O sistema de monitoramento foi adaptado ao modelo *back-door*, que significa redução do tempo do preso na prisão, substituindo determinado período de cárcere pelo monitoramento eletrônico, o que possibilitou que os apenados do regime aberto fossem dispensados da permanência na prisão, passando ao convívio da família. Anterior ao monitoramento, os presos do regime aberto tinham dispensa apenas aos finais de semana.

No começo, foi previsto o monitoramento de 50 participantes, todavia o projeto foi efetivado com uma média de 25 apenados. Isso porque, por se tratar de presos voluntários, muitos preferiam continuar nas prisões ao invés de utilizar o equipamento. O sistema funcionou da seguinte maneira: as casas prisionais selecionavam os apenados aptos à participação do projeto e indicavam ao Setor de Monitoramento Georreferencial. Neste, a equipe cadastrava os apenados no sistema de monitoramento, informando seus dados pessoais, endereço da residência e local de trabalho, bem como o itinerário e os horários de circulação de cada preso. A partir disso, eram elaboradas as cercas eletrônicas, as quais estabeleciam as zonas de inclusão e de exclusão do monitorado. As zonas de inclusão correspondem às regiões autorizadas para movimentação, e as zonas de exclusão caracterizam as localidades de acesso proibido.

Por se tratar de um experimento, as cercas eletrônicas foram determinadas com base na localização da moradia e do trabalho. A proposta a ser colocada em prática,

¹⁵ As informações referentes ao projeto-piloto são de responsabilidade da própria pesquisadora, tendo em vista sua participação na execução do projeto que foi desenvolvido até fevereiro de 2011.

após o período de experimentação, seria o detalhamento das zonas de inclusão/exclusão, sendo observados casos como os de proximidade de agressores às vítimas de violência doméstica e de presos assaltantes em locais públicos como agências bancárias.

Consoante protocolo elaborado pela SUSEPE em acordo com o Poder Judiciário, aos apenados foi permitida circulação na zona de inclusão entre os horários de 06h30min e 20h, cuja demarcação compreendia a cidade de moradia e a região onde era exercida a atividade laboral. Após 20h, foi vedada a saída da área da residência. Se tais regras fossem violadas, o operador do monitoramento era informado através da ativação do sistema em forma de alarmes. Imediatamente, o operador deveria seguir o protocolo de intervenção. O protocolo apresentava os passos a serem seguidos com o intuito de provocar a conformidade do apenado com a zona de inclusão.

Dentre as ações instituídas pelo protocolo, eram enviados sinais vibratórios e sonoros, em ordem progressiva, à tornozeleira utilizada pelo preso. Observando a ineficiência de tais ações, os operadores faziam contato com o monitorado para informá-lo da violação e intimá-lo para o retorno ao local determinado. Depois de todos esses procedimentos, se o resultado não fosse o esperado, o apenado automaticamente era caracterizado como foragido, perdendo o benefício de permanecer fora do cárcere. O sistema de monitoramento foi concedido somente aos apenados do regime aberto, de forma que os apenados beneficiados com prisão domiciliar e liberdade condicional durante o projeto foram desligados do programa.

Concomitante ao encerramento da primeira fase do projeto-piloto, no segundo semestre de 2010, presos do Instituto Penal de Viamão atearam fogo no local, ficando o estabelecimento impossibilitado de custodiar presos até a reforma do local. Em razão disso, foi feito um contrato emergencial com a então atual empresa fornecedora das tornozeleiras, fazendo com que o sistema de monitoramento continuasse ativo. Nesta fase, o número de presos que aderiu ao sistema foi ampliado, chegando a atingir quase 280 presos até o fim da etapa experimental encerrada em 2011.

Conforme dados levantados no dia 07 de fevereiro de 2011, correspondendo ao relatório final do período de teste, dos 273 presos monitorados, 36% permaneceram ativos no sistema, 40% foram beneficiados com prisão domiciliar, livramento condicional e cumprimento de pena, e 24% foram excluídos do projeto. Entre os motivos da exclusão, constam: regressão de regime, óbito, desistência voluntária, problemas no dispositivo devido à falta de sinal via satélite no local de circulação do preso, violação das regras do monitoramento e prisão em flagrante. Portanto, o sistema

de monitoramento no Estado foi visto de forma positiva pelos órgãos competentes até o corrente ano de 2014.

Além dos dados citados, constatou-se que o retorno dos detentos gaúchos ao convívio familiar, com o uso do dispositivo, resultou na diminuição dos custos ao Estado com o sistema prisional, já que parte dos apenados do regime aberto passou a manter-se com os próprios recursos. Outrossim, foram considerados outros pontos positivos na implantação do sistema de monitoramento como: menor efetivo funcional, dispensando grande espaço físico; ampliação de vagas nas instituições penais; seguridade da localização em tempo real e integral dos presos; dispensa de diligências para fiscalização do trabalho externo e auxílio na investigação de presos quanto ao envolvimento de algum crime, observando o seu deslocamento.

Em janeiro de 2013, a SUSEPE implantou efetivamente o sistema de monitoramento de presos no Estado, pretendendo ampliar o monitoramento a fim de atingir um total de mil presos em menos de um ano. Além disso, previu a extensão do sistema aos detentos do regime semiaberto. De acordo com as informações publicadas pelo Jornal Zero Hora, cujo discurso será analisado posteriormente, essa implantação gerou muitos impasses, como: pouca adesão de presos voluntários, defeito no dispositivo, permitindo que presos circulassem sem vigilância; flagrante de presos cometendo delitos, mesmo usando tornozeleira, e contrariedade com relação ao uso de tornozeleiras para ampliação de vagas nas prisões por parte de promotores e juízes.

Em contraponto, o sistema de monitoramento efetivado por meio da contratação da empresa vencedora da licitação aponta benefícios, como: tornozeleira de menor tamanho, mais leve, à prova d'água e de baixo custo; sistema que possibilita a identificação de aglomerado de presos em determinado local, viabilizando a desarticulação de uma possível ação de quadrilha; esvaziamento dos institutos penais, favorecendo o cumprimento da individualização da pena em condições dignas.

Após tais considerações, é viável reconhecer que a implantação do sistema de monitoramento eletrônico de presos no RS é uma questão que ainda não está encerrada. No que tange as avaliações quanto ao uso de tornozeleiras em presos em substituição da prisão, existe somente um ponto em comum acordo: todos reconhecem a importância de procurar soluções modernas para a execução da pena privativa de liberdade, já que as medidas tradicionais não estão dando bons resultados.

2.2 METODOLOGIA

2.2.1 O gênero jornalístico: reportagem

Partindo de uma visão simplista, do senso comum, poder-se-ia pensar que os gêneros jornalísticos compreendem textos publicados em jornais e revistas ou veiculados por telejornais. Todavia, tal definição não revela a constituição do gênero e suas razões de existência, até porque, nem tudo que é publicado em jornais e revistas pertence ao gênero jornalístico. Contudo, não significa dizer que esse gênero represente um conhecimento absoluto, único e fechado em uma verdade, mas ele aponta para um conhecimento objetivo, marcado por critérios e parâmetros – provisórios e históricos - de definição de gêneros. Consoante Popper (1975), o conhecimento objetivo é composto por problemas, teorias e argumentos presentes na vida do ser humano, sendo este o conhecimento mais importante, pois gera novos instrumentos e soluções para as questões da vida humana.

Sob esse viés, o estudo sobre gêneros jornalísticos assumiu importância com o passar dos anos, com o intuito de propor a sistematização e a categorização do material publicado pela imprensa. Com isso, segundo Rêgo e Amphilo (apud MELO; ASSIS, 2010), os profissionais teriam onde encontrar bases para sua atuação, e as pesquisas teriam um embasamento teórico-metodológico, no âmbito acadêmico.

De acordo com Melo e Assis (2010), foi no início do século XVIII, na Inglaterra, que iniciam os primeiros estudos sobre gêneros jornalísticos por meio de Samuel Buskley. Através de seus estudos, acontece a primeira subdivisão dos gêneros jornalísticos em notícias e comentários. Buskley, ao separar “*news e comments*”, acabou por instituir os dois gêneros fundantes do jornalismo contemporâneo – *informativo* e *opinativo*” (MELO; ASSIS, 2010, p. 24, grifo dos autores). Em meados do século XX, dá-se o reconhecimento do *gênero interpretativo*, que foi utilizado pelo jornalismo norte-americano e, ainda hoje, pelo jornalismo brasileiro. No início do século XXI, aparecem outros gêneros, o *diversional* e o *utilitário*, concorrendo com os já existentes. Esse panorama constitui a matriz da cultura jornalística que se propagou no mundo, e formou os parâmetros para o exercício profissional, respeitando as diferenças culturais de cada país.

No âmbito acadêmico, Melo e Assis (2010) explicam que os gêneros jornalísticos receberam reconhecimento através dos estudos de Jacques Kayser, nos anos 90, o qual sistematizou o estudo desses gêneros. Tempo depois, Nixon,

contemporâneo de Kayser, percebendo as funções desempenhadas pelo jornalismo na sociedade, oportunizou suporte teórico para a classificação dos gêneros jornalísticos, de forma que o gênero informativo representaria a vigilância social, o opinativo, o fórum de ideias, o interpretativo, o papel educativo, e o gênero diversional, o entretenimento ou o lazer.

No Brasil, a pesquisa sobre os gêneros jornalísticos deu-se com o surgimento dos cursos de jornalismo, apontando Luiz Beltrão, professor da Universidade Católica de Pernambuco, como o pioneiro na área, nos anos 60. De acordo com Rêgo e Amphilo (apud MELO; ASSIS, 2010), Beltrão classificou os gêneros jornalísticos em: informativo, compreendendo a notícia, reportagem, história de interesse humano e informação de imagem; gênero interpretativo, compreendendo a reportagem em profundidade, e gênero opinativo, compreendendo o editorial, artigo, crônica, opinião ilustrada e opinião do leitor.

Na década de 80, Marques de Melo, discípulo de Luiz Beltrão, propõe uma alteração nas categorias de gênero definidas por Beltrão, lançando a seguinte classificação: jornalismo informativo, compreendendo a nota, notícia, reportagem e entrevista; e jornalismo opinativo, compreendendo o editorial, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta. Assim, Melo exclui o jornalismo interpretativo da imprensa brasileira, pois, além de acreditar que a imprensa proporcionava informação pura ao leitor, tinha a intenção de legitimar a classificação vigente no Brasil.

Mais tarde, o autor, através de novas pesquisas, percebe que a classificação proposta nos anos 80 não dava conta do dinamismo dos gêneros jornalísticos. Isso porque ele reconheceu o crescente volume de matérias que fugiam da estrutura das categorias estabelecidas. Sendo assim, com a contribuição dos estudos de Manuel Carlos Chaparro, há uma mudança no conceito de gênero jornalístico, passando a ser entendido como uma categoria mais abrangente, neutralizando-se a classificação fragmentada vista até então. Logo, Marques de Melo passa a analisar os gêneros jornalísticos pela sua funcionalidade, identificando, na cultura jornalística brasileira, os gêneros informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário,

[...] cujas variantes estilísticas passam a ser agrupadas em *formatos*, incorporando a terminologia usual nos estudos midiáticos (MCQUAIL, 1994), e subdivididos em *tipos*, espécies discursivas que exibem singularidades geoculturais ou

traços corporativos (MELO; ASSIS, 2010, p. 28, grifo dos autores).

Em contrapartida, conforme Costa (apud MELO; ASSIS, 2010), o próprio Marques de Melo põe em xeque a organização dos gêneros jornalísticos por meio de sua funcionalidade, lançando esta questão: “até que ponto o jornalismo informativo ‘informa’ e o opinativo ‘opina’?” (MARQUES DE MELO apud MELO; ASSIS, 2010, p. 43, grifo dos autores). Portanto, percebe-se a dificuldade de uma definição precisa acerca de uma unidade textual, na medida em que um texto pode carregar mais de um propósito comunicativo. Isso significa dizer que, na prática, um texto pode constituir-se de notícia e de comentário, compreendendo o que Melo (apud MELO, 2010, p. 43) chama de “entrecruzamentos”. Como exemplo disso, destaca-se a reportagem que, segundo Dittrich (2003), consiste em um gênero híbrido, no qual se mescla a informação, a interpretação e a argumentação.

Segundo Costa (apud MELO; ASSIS, 2010), Marques de Melo situou a reportagem no gênero jornalístico informativo, juntamente com a nota, a notícia e a entrevista. Para o autor, a reportagem é um

[...] relato ampliado de acontecimento que produziu impacto no organismo social [...]. Trata-se do aprofundamento dos fatos de maior interesse público que exigem descrições do repórter sobre o ‘modo’, o ‘lugar’ e ‘tempo’, além da captação das ‘versões’ dos ‘agentes’(COSTA, apud MELO; ASSIS, 2010, p. 55, grifo do autor).

Nos gêneros opinativos, o autor situou textos como ensaio e comentário. Para Marques de Melo, o comentário explica as notícias, de modo que sua opinião nem sempre é explícita, mas seu julgamento é percebido pelo raciocínio utilizado na argumentação. E o ensaio apoia a argumentação em “fontes que se legitimam pela sua credibilidade documental, permitindo a confirmação das ideias defendidas pelo autor” (MARQUES apud DITTRICH, 2003, p. 30).

Em contraponto, autores, como Vizuete e Erbolato (apud DITTRICH, 2003) veem tais definições de forma diferente, pois, mesmo concordando que a reportagem não é oficialmente opinativa, ela vai além de explicar as notícias em circunstâncias e

consequências, mas “propõe uma tese e os parágrafos apresentam documentações (provas) a seu favor” (DITTRICH, 2003, p. 30). Logo, através da tese é possível ver sua estrutura argumentativa, e das documentações o material informativo que surge em defesa da tese, que é selecionado com a eventual supressão do contraditório, já que há condições de destacar determinadas noções e suprimir outras, devido ao tempo e aos recursos disponíveis. Dessa forma, a reportagem, que está situada no gênero jornalístico informativo, aparece muito próxima do comentário e do ensaio, que se situam no gênero opinativo. Portanto, a reportagem exhibe características que ultrapassam a categoria na qual foi situada, demonstrando que se trata de um gênero heterogêneo.

Vizuet (apud DITTRICH, 2003), diz que a reportagem está entre os gêneros interpretativos, uma vez que não só apresenta a informação, mas também indaga, descreve, explica, interpreta e compara, procurando explicar as causas de um fato, situando-o no contexto e apontando as consequências possíveis. Compartilhando da mesma concepção, Erbolato (apud DITTRICH, 2003) comenta que a reportagem é o gênero mais representativo do jornalismo moderno, o qual “se encarrega não só de noticiar os fatos e as teorias, mas proporciona ainda ao leitor uma explicação sobre eles, interpretando e mostrando seus antecedentes e suas perspectivas” (ERBOLATO apud DITTRICH, 2003, p. 29).

Após as considerações apresentadas, compreende-se que a reportagem representa uma categoria jornalística que busca ir além de uma simples descrição de acontecimentos, desdobrando-os em causas e consequências, seja em menor ou maior intensidade. Além disso, também demonstra certa preocupação argumentativa, o que pode ser percebido pela imposição de fatos ou pela versão publicada. Dittrich (2003) aponta ainda para o limite tênue entre a argumentação inevitável e a argumentação tendenciosa que dificilmente o leitor evidencia, até porque, segundo o autor, toda a reportagem seria elaborada para auxiliar o público a conhecer melhor determinado fato, em uma expectativa ética. Por isso é que, neste trabalho, a reportagem será destacada entre os gêneros jornalísticos para fins de análise discursiva.

2.2.2 Proposta de seleção e de análise

O trabalho é de cunho qualitativo, voltado à análise de discursos escritos, através da pesquisa de obras referentes à teoria dialógica bakhtiniana. O universo do *corpus* é constituído de discursos da esfera jornalística, os quais correspondem a reportagens impressas publicadas no ZH entre os meses de janeiro e maio de 2013.

A escolha das reportagens, que constituem o objeto de investigação, é atribuída a dois fatores: (a) a implantação do sistema de monitoramento de presos no RS representa um tema bastante polêmico, gerando diversos debates, cujos discursos são compostos por uma diversidade de vozes sociais. Esse tema ganha visibilidade na medida em que a fragilidade da segurança pública no Estado projeta, na mídia, uma rotina de ações violentas que aterrorizam a população. Nesse sentido, a observação de tal realidade, por meio da análise dos discursos escritos construídos nesse contexto, representa um farto campo de pesquisa no que tange aos estudos enunciativos bakhtinianos. Além disso, sendo a implantação do monitoramento eletrônico uma medida recente, há pouca produção científica a respeito do assunto. Logo, esta produção visa ao incentivo de reflexões sobre esse tema, que suscita as mazelas sociais, e à contribuição com o sistema penitenciário na construção da própria história.

Considerando o contexto prisional, cabe ressaltar que o tema compreende uma das áreas de interesse da pesquisadora, tendo em vista sua atuação profissional na SUSEPE com agente penitenciária. Contando com cinco anos de trabalho nessa atividade, a pesquisadora atuou, inicialmente, na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, em Porto Alegre. Depois, trabalhou no Setor de Monitoramento Georreferencial de junho 2010 até fevereiro de 2011, período no qual se desenvolveu a fase experimental do sistema de monitoramento eletrônico de presos, e, atualmente, ela trabalha no Instituto Psiquiátrico Forense Dr. Maurício Cardoso, também situado em Capital.

O segundo fator: (b) a justificativa para a escolha das reportagens para a composição do corpus do trabalho deve-se à equivocada ideia de discurso neutro. Na visão do senso comum, os textos publicados nos jornais, principalmente notícias e reportagens, têm o intuito de apenas manter o leitor informado, sem qualquer interferência das ideias do jornalista. A partir disso, surge o interesse em discutir essa suposta neutralidade, tendo em vista que, consoante Kovach e Rosenstiel (apud MELO; ASSIS, 2010, p. 48), a objetividade “não pode ser entendida como sinônimo de neutralidade”. Nesse viés, situa-se a teoria dialógica bakhtiniana que explica que a neutralidade não existe. Ratificando isso, Bakhtin (1993) afirma que o locutor, através da simples escolha sintática e lexical, marca-se no discurso. Seu discurso é carregado de valores socioideológicos, de forma que as palavras do discurso do locutor

[...] evocam [...] uma tendência, um partido, uma idade, um dia, uma hora. Cada palavra evoca um contexto ou contextos nos quais ela viveu sua vida socialmente tensa; todas as palavras e formas são povoadas de intenções (BAKHTIN, 2010, p. 100).

Dessa forma, sendo o locutor um sujeito dialógico, sua enunciação será entrecruzada por vozes sociais, demonstrando seu posicionamento, sua interpretação da realidade. Assim, compreendendo que “a linguagem não é, portanto, meio neutro de transmitir ideias, mas sim constitutiva da realidade social” (PINTO, 2012, p. 71), propõe-se uma análise discursiva de reportagens sobre o monitoramento eletrônico de presos no Estado do Rio Grande do Sul veiculadas pelo Jornal Zero Hora.

A escolha de Jornal ZH ocorreu em virtude de sua adesão social. Trata-se de um dos jornais de maior circulação no Estado, cuja valorização social situa-o entre um dos jornais de grande credibilidade, de modo que seu discurso provoca forte impacto sobre a opinião pública. Nessa perspectiva, busca-se identificar de que maneira o Jornal Zero Hora constrói, através das reportagens, o discurso sobre o monitoramento eletrônico de presos no RS, sendo sua implantação um ponto de divergências entre vários segmentos sociais.

A escolha das reportagens impressas no ZH refere-se à seleção das primeiras publicações relacionadas à implantação do monitoramento eletrônico no Estado, resultando na compilação de três reportagens publicadas nos meses de janeiro, abril e maio de 2013. De modo mais preciso, as publicações constituem-se de três reportagens situadas na seção policial do ZH e de duas chamadas apresentadas na capa.

Tendo em vista que, à luz da teoria dialógica, nesta pesquisa busca-se compreender como os sentidos se constroem nas reportagens sobre monitoramento de presos no RS, a análise do discurso abrange o levantamento dos elementos linguísticos que corresponde aos dados explícitos de construção do sentido do discurso e identificação dos interlocutores por meio dos dados explícitos (ditos) e dos implícitos (não-ditos) imbricados no discurso.

A análise abrange também a busca de informações que implicam os elementos extraverbais constituintes do discurso; reconhecimento do tema, do estilo e da estrutura composicional das reportagens em análise para fins de contribuição na construção do sentido da enunciação; interpretação do discurso em seu todo, que se fundamentará na

compreensão da relação entre interlocutores, aspectos verbais e extraverbais, vozes dialógicas e gênero discursivo.

Para isso, será feita a análise de reportagem, juntamente com as chamadas de capa. Depois, será discutida a análise das reportagens, observando a relação entre os discursos, a fim de compreender a construção de sentidos do discurso do ZH sobre o monitoramento eletrônico de presos no Estado. A teoria dialógica fundamenta a interpretação dos elementos constitutivos do discurso representados pelos enunciados. Por fim, a discussão dos resultados das análises parte de uma visão argumentativa.

3 ANÁLISE DE REPORTAGENS DO JORNAL ZERO HORA SOBRE O MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE PRESOS NO RS

Tendo em vista que esfera jornalística representa uma instituição de prestígio e um meio privilegiado de construção de sentidos, seu discurso constitui-se a partir das informações publicadas. Para essa construção, é necessário se pensar nas estratégias discursivas utilizadas pelo jornalista, que se manifestam através de escolhas, tais como a seleção do gênero, elementos visuais e verbais, dos entrevistados, a localização na página, e posicionamentos diante de acontecimentos. Uma vez que tais estratégias constituem os efeitos de sentido produzidos no discurso, serão analisadas as reportagens do ZH a partir de seus elementos de composição discursiva.

Nesse viés, inicialmente, serão apresentadas as análises de cada reportagem, juntamente com as chamadas de capa, cujos textos originais foram transcritos nos anexos. Por fim, será discutida a análise como um todo, observando a relação entre os discursos, a fim de compreender a construção de sentidos do discurso do ZH sobre o monitoramento eletrônico de presos no Estado.

3.1 REPORTAGEM 1: Liberdade vigiada

A reportagem 1 refere-se à publicação do ZH do dia 09 de janeiro de 2013 que trata sobre a implantação da tornozeleira eletrônica em presos do regime semiaberto. Esse discurso é constituído pela chamada de capa e pela reportagem situada na página 36 da seção policial. Inicialmente, serão analisados os elementos que constituem o discurso da chamada de capa.

O Jornal Zero Hora, nesse dia, traz a seguinte chamada de capa, sob o título “Presos do semiaberto vão usar tornozeleira eletrônica” (anexo A). Junto ao título, há uma nota que apresenta uma breve explicação sobre a trajetória do projeto, ratificando sua implantação no ano de 2013 e as perspectivas a respeito.

Analisando a figura a seguir, nota-se que, pela diagramação, o tema monitoramento eletrônico recebeu destaque em relação aos outros temas que compõem a capa, pois o título aparece situado na parte superior da página, formatado em letras grandes e em negrito. Sob esse aspecto, percebe-se que a implantação do monitoramento eletrônico parece representar, no dia da publicação, um acontecimento importante.



Figura 1. Capa do ZH do dia 09 de janeiro de 2013: Presos do semiaberto vão usar tornozeleira eletrônica.

A escolha desse tema, que aparece em destaque de capa, marca locutor-jornalista, pois parece demonstrar seu interesse pelas questões da segurança pública. Essa observação surge da ideia de que, certamente, deveriam existir outros acontecimentos importantes no dia 09 de janeiro de 2013 que poderiam servir de chamada de capa. Através de tal escolha, ainda se percebe que o locutor-jornalista projeta em seu discurso um interlocutor que se interessa pelo assunto, de modo que o destaque da capa chamará sua atenção para a leitura da reportagem. Nesse viés, nota-se que localização da reportagem no jornal parece representar uma estratégia, na medida em que o leitor é conduzido a fazer outras leituras até chegar à página desejada.

Considerando os elementos linguísticos que constituem a chamada de capa do jornal, é visível que o discurso constrói-se por meio do uso de verbos no modo indicativo, como se pode ver nestas passagens: “presos do semiaberto *vão usar* tornozeleira eletrônica” e “inicialmente, 400 detentos *terão* o deslocamento monitorado” (grifo nosso). Os verbos no indicativo enfatizam a notícia, indicando a efetivação do sistema de monitoramento eletrônico de presos no Estado como uma medida confirmada, algo que já está solidificado.

Em consequência disso, o discurso parece projetar um interlocutor disposto a buscar mais informações sobre o monitoramento de presos, já que não se trata de uma

hipótese, mas de uma realidade, embora o enunciado se constitua de verbos no futuro do indicativo. Trata-se de um interlocutor que parece perceber o risco à segurança pública na impossibilidade de o Estado controlar os presos.

O enunciado “quase três anos depois de realizar testes, governo do Estado assina contrato com a empresa que irá locar equipamentos” aponta um acento valorativo por parte do locutor-jornalista. Isso se observa através de “quase três anos depois”, cujo enunciado salienta o atraso do governo com relação à implantação do projeto, suscitando vozes compartilhadas socialmente que criticam o governo acerca de seu descompromisso no que se refere a prazos para realização do que prometem.

A seguir, será analisado o discurso da reportagem completa, situada na página 36 da seção policial. A reportagem é intitulada “Liberdade vigiada” (anexo B), com a seguinte chamada: “Apenados devem receber tornozeleiras em fevereiro”. Conforme pode ser observado através da figura abaixo, na reportagem, existe um apelo para leitura visto que os títulos aparecem em destaque por meio da escrita em letras com fontes variadas e em negrito.



Figura 2. Reportagem do ZH dia 09 de janeiro de 2013: Liberdade vigiada.

Primeiramente, serão discutidos os aspectos referentes à diagramação utilizados na abordagem tema. A reportagem aparece na página disposta em três partes: a coluna da esquerda apresenta a notícia sobre a implantação do sistema de monitoramento no

Estado em caráter efetivo; o centro da página apresenta o discurso sobre o sistema de monitoramento que detalha seu funcionamento, cuja parte foi intitulada “Passos monitorados”; e a parte inferior da página traz dados sobre os testes feitos até então, cujo histórico descreve os acontecimentos referentes ao período experimental. Esta parte aparece com o subtítulo “Os testes”.

A diagramação das informações sobre o sistema, situadas no centro da página, e sobre os testes, situadas na parte inferior, apresenta uma estrutura bastante didática. Isso é constatado pela organização do conteúdo em etapas, dispostas por numeração e por ordem cronológica, e da construção textual bastante sucinta, causando certo efeito de objetividade.

Nota-se também que a disposição das informações sobre o funcionamento do sistema de monitoramento eletrônico, no centro da reportagem, dá maior visibilidade ao tema, instigando o interesse e favorecendo a compreensão do leitor. Nessa parte, foram utilizados elementos verbais e visuais. Os elementos visuais são compostos por figuras ilustrativas do modo de funcionamento do equipamento e da imagem da tornozeleira eletrônica.

Analisando os recursos visuais utilizados na construção do discurso, pode-se perceber um tom apreciativo do locutor-jornalista, bem como o interlocutor projetado no discurso. O locutor-jornalista, ao sistematizar os dados sobre o funcionamento da tornozeleira de forma detalhada, através de imagens do equipamento e do seu sistema de funcionamento, projeta no discurso um interlocutor que, apesar de compartilhar do meio social mais amplo que abrange a segurança pública, parece desconhecer o sistema de monitoramento e a existência do projeto no Estado.

Dessa forma, observa-se que a construção da reportagem, composta por tantos elementos, parece corresponder a provas em favor de uma tese defendida pelo locutor-jornalista, a qual aponta para a eficiência do sistema de monitoramento eletrônico. A partir disso, pode-se considerar que o discurso traz um acento valorativo do locutor-jornalista sobre o tema. Esse acento valorativo pode ser demonstrado do modo mais claro na análise dos recursos verbais.

Analisando os elementos linguísticos utilizados na construção da reportagem em análise, nota-se que o locutor-jornalista sinaliza um efeito positivo com relação às características da tornozeleira eletrônica. Isso se pode perceber através da seguinte passagem:

[...] à prova d'água, o modelo a ser utilizado no RS é semelhante a um relógio de pulso e pesa menos de 300 gramas. É a metade do peso das unidades utilizadas em 2010, na primeira tentativa de monitoramento eletrônico no Estado (ETCHICHURY/JORNAL ZERO HORA, 09/01/2013, p. 36).

Em outras passagens, o jornalista aponta outros aspectos que indicam que o equipamento é de fácil manuseio e que o sistema de monitoramento funciona no controle de presos, como se pode ver: “o equipamento funciona com sinal semelhante ao de sinal de celular”; “a tornozeleira, à prova d'água, é lacrada depois de fixada no detento”; “o recarregamento é parecido com o do celular, com carregador conectado a uma tomada, e dura cerca de três horas”; “por meio de comutadores, a Susepe pode acompanhar os deslocamentos do apenado, que, no sistema eletrônico, é representado por um ponto em um mapa”. Cabe observar também que a construção discursiva da reportagem 1 compõe-se somente de orações afirmativas, marcando uma posição valorativa de concordância do locutor-jornalista. Nesse sentido, percebe-se que os enunciados constroem sentidos que marcam uma entonação avaliativa positiva do jornalista com relação ao sistema de monitoramento eletrônico.

O discurso é construído em terceira pessoa do singular, cujo traço se deve ao estilo do gênero, propondo um efeito de objetividade. Em contrapartida, a análise dos elementos lexicais e gramaticais na produção discursiva acaba apontando a atitude apreciativa do locutor. Na reportagem, a chamada é elaborada através do uso de locuções verbais como: “apenados *devem receber* tornozeleiras em fevereiro” e “400 tornozeleiras *devem ser colocadas* em detentos do regime semiaberto com trabalho externo” (grifo nosso). Comparando uso dessas locuções verbais com os verbos no modo indicativo utilizados nos enunciados da capa, como em “presos do semiaberto *vão usar* tornozeleira” e “governo do Estado *assina* contrato com empresa que *irá locar* equipamentos” (grifo nosso), percebe-se uma diferença valorativa, cujo sentido marca a um posicionamento do locutor.

As locuções verbais utilizadas no discurso desta reportagem pressupõem que o locutor-jornalista procura eximir-se da responsabilidade enunciativa com relação à efetivação do sistema de monitoramento. Isso é notável na medida em que, ao dizer que presos “devem usar” tornozeleira, o locutor expressa certa distanciamento acerca do discurso do governo. Tal observação demonstra que o discurso do locutor-jornalista é

construído a partir de outros discursos, já que o descompromisso do governo com as próprias promessas é uma ideia compartilhada pela sociedade brasileira, cuja voz aparece refletida em sua enunciação.

Ratificando isso, nas passagens: “o projeto [...] do governo do Estado [...] *promete, finalmente, engrenar*”, “a *intenção* da Susepe é fazer um acordo com o Judiciário”, “a *expectativa* é de que até mil presos sejam monitorados” (grifo nosso), o locutor relaciona a efetivação do sistema no Estado à “promessa”, “intenção” e “expectativa”, sinalizando novamente seu distanciamento, eximindo-se da responsabilidade enunciativa com relação ao compromisso do Estado com implantação do sistema de monitoramento. Nessa perspectiva, cabe salientar o uso do advérbio “finalmente” na construção do enunciado. Essa expressão, combinada ao uso da expressão “promessa”, sugere uma expectativa acerca da implantação do monitoramento já que o governo realiza testes há anos. Todavia, mesmo com tanto atraso, continua incerta a concretização do projeto.

A reportagem 1 também apresenta citações diretas e indiretas em sua composição. A relevância de tal observação consiste na concepção de que “a passagem do estilo direto ao estilo indireto não se faz de maneira mecânica [...]”, todavia “implica análise e reformulação completa, acompanhadas de um deslocamento e/ou de um entrecruzamento dos ‘acentos apreciativos’” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 18, grifo dos autores). Sob esse viés, é importante analisar esses deslocamentos na produção do sentido.

As citações marcam, de maneira explícita, algumas vozes envolvidas no discurso sobre monitoramento eletrônico, como a do Superintendente dos Serviços Penitenciários Gelson Treiesleben e do Juiz de Direito da Vara de Execuções Criminais Paulo Augusto Oliveira Irion, apontando a isenção do locutor-jornalista acerca da responsabilidade enunciativa, o que é característico do gênero reportagem da esfera jornalística. Por meio disso, o locutor espera ocultar seu compromisso pelo que foi dito. No entanto, a própria ideia de distanciamento já representa uma entonação.

Há duas citações diretas na reportagem. A primeira refere-se à posição do Superintendente Gelson. A respeito da fase experimental do sistema de monitoramento, o Superintendente comenta: “passamos por um período de estágio, de seis meses. Entendemos que era viável. Optamos pela licitação, que teve uma série de embargos e recursos. Somente agora ficou disponível”. E a segunda, do Juiz Irion. A respeito do sistema de monitoramento, o Juiz explica que:

[...] é uma boa iniciativa. O sistema é bem melhor do que o da outra vez, mas, ao mesmo tempo que serve para controlar onde está o apenado, ele não impede que a pessoa rompa a tornozeleira e saia onde está limitado a transitar, podendo até cometer crimes (JUIZ DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS PAULO AUGUSTO OLIVEIRA IRION, apud ETCHICHURY/JORNAL ZERO HORA , 09/01/2013, p. 36).

Ambos os enunciados parecem merecer destaque devido ao entendimento adverso com relação à eficácia do sistema. O Superintendente diz que a inovação é uma alternativa viável para amenizar os problemas do sistema prisional, o que é positivo. Também representa uma resposta ao locutor-jornalista, pois traz uma justificativa para o atraso da efetivação do projeto. Em contraponto, o juiz não discorda do ponto de vista do Superintendente, mas atenta para um aspecto negativo: a possibilidade de transgressão do sistema pelos presos. Logo, são reconhecidas as vozes do governo, através da enunciação do Superintendente, e do Poder Judiciário, através da enunciação do Juiz, na construção discursiva, através das citações diretas em questão.

Sob esse viés, fica claro que ambos os discursos fazem do monitoramento eletrônico de presos no Estado um objeto diferente, na medida em que o veem a partir de pontos de vista distintos: para o governo, o sistema de monitoramento é uma tecnologia eficiente, pois promove a vigilância de presos. Além disso, o uso de tornozeleira favorece, principalmente, a diminuição dos gastos do Estado com o sistema penitenciário e a redução da superlotação dos presídios. Em contrapartida, para o Poder Judiciário, o uso de tornozeleira fragiliza a segurança pública, tendo em vista que os presos, podendo violar o sistema, fiquem livres para cometer crimes. Trata-se de um sistema pouco eficaz no controle de presos.

Diante desses discursos, nota-se que a disposição de ideias divergentes contribui na formação de opinião do leitor, sendo esta uma das características do gênero reportagem. No enfoque dos estudos dialógicos, entende-se que os discursos citados acima representam um embate de vozes sociais as quais suscitam a formação de outras vozes.

Tendo em mente a observância das regras sociais de cada esfera comunicativa, não se pode esperar que o locutor-jornalista, em um discurso do gênero reportagem,

expresse-se claramente em defesa de um ou de outro ponto de vista. Contudo, pode ser percebida uma tendência do locutor em apoiar as ideias do governo do Estado. A citação indireta: “segundo o Superintendente, a tornozeleira possibilita uma economia para o Estado, já que o custo com o detento do semiaberto é de cerca de R\$ 1 mil por mês” reitera a ideia de que o uso de tornozeleiras é um benefício para a vigilância de presos, uma vez que representa uma economia para o Estado. A partir do discurso do governo, o locutor-jornalista constrói seu próprio discurso, de forma que parece corroborar com a ideia positiva acerca do baixo custo do equipamento, ao dizer que “cada tornozeleira será locada por R\$ 260 reais”.

Em outras passagens, o discurso continua direcionando-se positivamente para a eficácia da tecnologia: são destacados alguns dados que orientam acentos valorativos positivos, como: fixação da tornozeleira no detento; o funcionamento do dispositivo eletrônico por meio de uma bateria recarregável, semelhante a um aparelho celular; e a possibilidade de circulação de presos somente em áreas vigiadas. Mais que isso, o locutor-jornalista apresenta recursos de efeitos de objetividade que comparam a eficiência do controle de presos em vista dos poucos casos de transgressão do sistema, como se vê a seguir: “três apenados que usavam a tornozeleira são presos em flagrante [...]. À época, 151 detentos eram monitorados”; “termina a fase de testes com 200 presos recolhidos pela Vara de Execuções Criminais [...]. Quatro se envolveram com delitos e irregularidades”.

Tendo em vista os enunciados, é possível notar que, pelo discurso, o locutor-jornalista marca sua valoração que parece ir de encontro ao posicionamento do Poder Judiciário. A entonação discursiva do Juiz representa uma antecipação à pergunta do interlocutor. Este parece questionar: *será mesmo que o uso de tornozeleira é realmente bom para a segurança da população? O que outras autoridades pensam sobre isso? Não posso confiar somente nas palavras do governo, já que o projeto é de autoria própria!* Logo, trata-se de um interlocutor em processo de construção discursiva, de modo que a resposta do locutor-jornalista tem importância para sua formação valorativa. Conseqüentemente, de maneira estratégica, o locutor-jornalista faz uso de recursos verbais e visuais, cuja produção constitui provas consistentes que refutam a hipótese lançada pelo Juiz Irion no sentido de o sistema de monitoramento tornar-se um fracasso no Estado.

Diante do exposto, foi possível identificar algumas vozes sociais que constroem a reportagem analisada. Essas vozes constroem sentidos que sinalizam certa orientação

valorativa do locutor-jornalista. No enunciado: “idealizado em 2007, o projeto no qual é depositada a esperança do governo do Estado de atenuar a superlotação do sistema penitenciário, promete, finalmente, engrenar a partir deste mês”, nota-se que o locutor-jornalista, mais uma vez, sinaliza seu distanciamento, responsabilizando o governo pela autoria dessa voz que acredita na implantação do sistema com meio de redução da superlotação dos presídios. No entanto, o locutor-jornalista, apesar de não assumir tal responsabilidade discursiva, demonstra seu interesse pelo sistema de monitoramento, na medida em que tem acompanhado os trâmites acerca de sua efetivação, demonstrando uma atitude positiva com relação a importância que isso representa.

Em razão disso, reitera-se que a ideia de distanciamento do locutor-jornalista nada mais é que um posicionamento, de modo que o discurso nunca é neutro. Isso porque locutor constrói sua expressão a partir de uma visão refratada, cuja subjetividade aponta para uma direção valorativa. Nesse sentido, conclui-se que a reportagem 1 apresenta um recorte discursivo sobre a implantação do sistema de monitoramento eletrônico de presos no RS que configura um ponto de vista positivo no que se refere à eficiência do sistema, entendendo que o dispositivo eletrônico é uma alternativa possível para a vigilância de presos.

Em face do exposto, conclui-se que a análise da reportagem 1, que representa a primeira parte constitutiva do corpus enunciativo-discursivo do Jornal Zero Hora selecionado para esta pesquisa. Na sequência, será analisada a reportagem 2, com vistas ao diálogo com a primeira e, assim, sucessivamente.

3.2 REPORTAGEM 2: Sob contestação

A reportagem 2 (anexo C) refere-se à publicação do ZH do dia 30 de abril de 2013. Nesta, assim como na reportagem 1, o assunto segue em torno da implantação da tornozeleira eletrônica em presos do regime semiaberto, porém com o enfoque na contestação do Ministério Público. A fim de estabelecer uma ordem na organização da análise, inicialmente, serão discutidos os aspectos referentes à diagramação utilizados na abordagem tema. A diagramação do conteúdo informativo propõe fácil entendimento, uma vez que o conteúdo da reportagem é organizado em etapas, dispostas por numeração e por ordem cronológica, apresentando uma construção textual bastante sucinta, causando efeito de objetividade.

No dia 30 de abril, o assunto “monitoramento” parece não ter merecido tanto apreço como ocorreu na publicação do dia 09 de janeiro do mesmo ano, já que ocupou

apenas a página nº 34 da seção policial do Jornal Zero Hora. A notícia recebeu o título “Sob contestação”, vindo acompanhado da seguinte chamada: “400 presos serão monitorados”. Abaixo da chamada, foi lançada uma breve explicação sobre o conteúdo da reportagem: “apenados do semiaberto usarão tornozeleiras, mas Ministério Público teme que equipamento seja empregado no regime fechado”. Os elementos linguísticos que compõem o cabeçalho da reportagem foram configurados com diferentes fontes e dimensões, o que atrai a atenção do leitor.



Figura 3. Reportagem do ZH do dia 30 de abril de 2013: Sob contestação.

Observando a figura acima, percebe-se que a reportagem aparece disposta em quatro partes na página: a coluna da esquerda apresenta a notícia sobre a contestação do Ministério Público a respeito da possibilidade de uso de tornozeleira por presos do regime fechado; o centro da página traz dados sobre o funcionamento do novo sistema de vigilância, com o título “Tecnologia para vigiar criminosos”; a coluna da direita apresenta a trajetória do projeto até sua implantação, com o título de “Indas e vindas”; e a parte inferior da página apresenta uma entrevista com Carlos Gadea, professor doutor em sociologia da Universidade do Vale dos Sinos.

A parte intitulada “Tecnologia para vigiar criminosos” apresenta elementos linguísticos e visuais. Os elementos visuais compreendem as ilustrações que demonstram o funcionamento do sistema de monitoramento eletrônico, que aparecem

dispostos juntamente com elementos linguísticos de uso comum em toda reportagem. Esta parte da matéria não apresenta um conteúdo inédito, pois o Jornal já havia publicado na reportagem do dia 09 de janeiro esse mesmo discurso que trata sobre o sistema de monitoramento. Na reportagem, aparecem dispostas algumas citações diretas em destaque na parte inferior da página, salientando os discursos do Promotor de Justiça do Centro de Apoio Operacional Criminal David Medina da Silva e do Juiz da Vara de Execuções Criminais Sidinei Brzuska.

Após o levantamento dos elementos de diagramação, já se pode observar algumas marcas do locutor-jornalista e do interlocutor projetado no discurso, através da análise dos elementos linguísticos. Diferentemente da reportagem 1, o assunto abordado na reportagem 2 parece ser menos relevante, uma vez que não mereceu chamada de capa do ZH. Em função disso, cabe se pensar o motivo pelo qual a notícia sobre a contestação do Ministério Público a respeito da implantação do monitoramento eletrônico em presos do regime semiaberto foi divulgada somente na seção policial, localizada no meio do jornal.

Nesse sentido, algumas hipóteses podem ser lançadas sobre o porquê da não publicação de capa, como: o assunto “monitoramento” não é mais uma novidade porque outras publicações a respeito já haviam sido feitas, de modo que é mais importante dispor somente assuntos inéditos na capa para atrair o leitor; o posicionamento do Ministério Público sobre a implantação do novo sistema de vigilância não corrobora com a visão do Jornal Zero Hora sobre o sistema, por isso não merece destaque; tendo em vista que o assunto está em ascensão no Estado, o leitor procurará informações no jornal por conta própria, sem ser necessário direcionar essa procura. Por conseguinte, tentar encontrar uma resposta precisa para tal observação, neste momento, parece um tanto infundado, já que carece de provas que argumentem isso.

Considerando os elementos que constituem o discurso, a diagramação, bem como a relação entre os aspectos linguísticos e os visuais, pode-se perceber que há mais de um interlocutor projetado no discurso. Trata-se de um interlocutor que parece estar acompanhando o processo de implantação do sistema de monitoramento no Estado, favorecendo o avanço na notícia, e de outro interlocutor que parece estar recém tomando ciência do assunto, sendo necessário trazer novamente as informações sobre o funcionamento do sistema nesta matéria.

O título “Sob contestação” dá pistas da visão do locutor-jornalista acerca do assunto. Isso porque a expressão sugere chamar a atenção não somente para o ponto de

vista do Ministério Público, mas também para a situação na qual se encontra o processo de efetivação do monitoramento no Estado. Em janeiro desse mesmo ano, o governo anunciou que o projeto seria implantado naquele mês, dando a entender que não havia empecilhos para isso. Passados três meses, surge uma contestação do Ministério Público, fragilizando, assim, algo que parecia estar sacramentado.

Tais observações parecem apontar para a seguinte réplica do locutor-jornalista ao discurso do governo: *o uso de tornozeleiras em presos ainda está em discussão, não estando certa a permissão aos presos para circularem livremente sob uma vigilância virtual*. Em razão disso, mais uma vez, a visão compartilhada pela sociedade brasileira sobre a veracidade das palavras dos governantes reflete no discurso do locutor-jornalista. É como se a reportagem 2 viesse a ratificar a ideia de incerteza da realização do projeto lançada na reportagem 1.

A construção desse discurso discorre em volta da réplica a respeito da reportagem 1 sobre a afirmativa do governo sobre a implantação do sistema de monitoramento. Isso se pode observar nas escolhas linguísticas utilizadas nos enunciados. O tempo verbal usado nas chamadas que acompanham o título da reportagem analisada apontam para a concretude do projeto. Ao dizer: “400 presos *serão* monitorados” e “apenados do semiaberto *usarão* tornozeleiras”, o locutor-jornalista traz à tona o discurso do governo, de modo que afirma algo é evocado em outros discursos como uma questão que parece ainda estar em discussão. Em função disso, o discurso projeta um interlocutor que parece estar preocupado com o assunto, de modo que parece buscar informações através leitura da reportagem. Dessa forma, o discurso presume questionamentos feitos pelo interlocutor: *o governo vai colocar presos nas ruas com uma tornozeleira sem que tenham sido avaliados todos os aspectos com relação a isso? Caso essa avaliação já tenha sido feita, qual o motivo para haver contestação?*

Contrariando a afirmação enunciada pelo governo, o locutor-jornalista parece indicar que a efetivação do projeto ainda é uma expectativa, conforme se nota na construção deste enunciado: “*após uma década de idas e vindas*, o programa [...] deverá ser anunciado pelo governo” (grifo nosso). Reiterando a ideia adversidade acerca da implantação do projeto, em outros momentos, o locutor-jornalista utiliza verbos no indicativo para dar realidade ao possível impedimento. Isso se pode ver em: “mas a medida *entrará* em vigor sob contestação”, “apenados do semiaberto *usarão* tornozeleiras, mas Ministério Público *teme* que equipamento seja empregado no regime

fechado”, “mesmo em vias de entrar em vigor, ainda *terá que enfrentar* a contrariedade do MP”, “embora o Piratini pretenda utilizar o sistema para desinchar as prisões, o Ministério Público não *concorda*” (grifo nosso). O uso de “mas”, “mesmo”, “ainda” e “embora”, nos enunciados citados anteriormente, também corroboram com a ideia de que o uso de tal tecnologia para a vigilância de presos parece incerto. Vale também pontuar o uso da oração negativa em “Ministério Público *não* concorda” (grifo nosso), a qual apresenta uma carga relevante para a construção de sentido do discurso. Esta marca a relação tensa entre as vozes que constituem o discurso no sentido de enfatizar o posicionamento contrário do MP acerca da implantação do sistema de monitoramento eletrônico para a vigilância de presos.

Através das citações diretas, o locutor-jornalista traz, em seu discurso, outros discursos de maneira explícita, estratégia esta que o exime da responsabilidade enunciativa. Em uma das citações diretas, o locutor-jornalista diz que o Promotor Silva sustenta que: “não é unânime que seja possível substituir uma pena no semiaberto por prisão domiciliar”. Essa afirmação contribui para ratificar a visão de que a implantação de tal projeto está sendo discutida por outros segmentos sociais senão o governo. Como representante desses segmentos, surge o Ministério Público, cuja voz é evocada na construção da reportagem 2.

Através da citação indireta: “Para o MP, a medida só poderia ser aplicada em condições como a de presos provisórios [...] ou em casos em que é permitida a prisão domiciliar [...]”, há uma ênfase do ponto de vista do Ministério Público (MP), o qual avalia o objeto como uma possibilidade de transgressão da Lei, com vistas a ser utilizado pelo governo em favor de seus interesses. Isso porque o MP entende que, se o objetivo da implantação do sistema de monitoramento é de abrir vagas nos presídios, e não somente vigiar os presos do regime semiaberto que já circulam pelas ruas, o uso de tornozeleira pode acabar se estendendo aos do regime fechado, pois a superlotação é geral em todos os regimes, o que não prevê a Lei de Execução Penal.

Através de outra citação direta, o locutor retoma a ideia do MP. Sobre o uso da tornozeleira eletrônica, o Ministério Público explica que: “o uso será implantado para pessoas que deveriam ficar presas no regime semiaberto, por falta de vagas. [...] receio é de que a medida acabe aplicada no regime fechado pela mesma razão”. O entendimento do MP configura uma argumentação bastante relevante, já que foi acolhido pelo Supremo Tribunal Federal. Isso pode ser reconhecido através da enunciação do locutor-jornalista: “recurso é apreciado pelo Supremo Tribunal Federal (STF)”. Como resposta

ao discurso do MP, o locutor-jornalista dá voz ao Poder Judiciário, por meio de citações diretas do discurso do Juiz Brzuska.

O discurso, assim, evoca o discurso do Juiz: “não temos vagas, e todos os dias deixamos presos soltos sem controle. Houve concordância para o uso [...] em determinadas pessoas, em determinadas condições, com substituição à prisão”. Complementando, o locutor-jornalista acrescenta que o Juiz estava falando da necessidade de os presos terem trabalho regular. Logo, subentende-se a existência de um “mas” entre as orações que constituem o enunciado do Juiz, na medida em que a explicação chama a atenção para a segunda parte do enunciado que suscita o seguinte sentido: o Poder Judiciário reconhece o problema da superlotação, porém foi autorizado o uso de tornozeleira apenas para a vigilância de presos do regime semiaberto.

Em outro momento, o discurso evoca, novamente, a voz Juiz, que diz:

[...] a precisão é de uso para controle de presos em saídas temporárias, não para abertura de vagas. Acertamos com o governo que seria beneficiado o preso com trabalho, porque já circula na rua, só que sem tornozeleira (JUIZ DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS SIDINEI BRUZSKA citado por GONZATTO/JORNAL ZERO HORA, 30/04/2013, p. 34).

Esse enunciado aparece em destaque no centro da página, sem a intervenção do locutor-jornalista na citação. Essa citação ratifica o sentido subentendido do enunciado anterior, tornando claro que o Poder Judiciário corrobora com o entendimento do Ministério Público. Nesse viés, tanto para o Ministério Público quanto para o Poder Judiciário, o projeto de vigilância eletrônica ainda está em fase de avaliação, indo de encontro com as afirmações do governo.

Após todos os ditos contrários à implantação do sistema de monitoramento, surge uma projeção do interlocutor no discurso, por meio deste enunciado: “o governo estadual só deverá se manifestar após o lançamento do programa”. O locutor-jornalista, por meio desse, apresenta uma resposta à réplica feita pelo interlocutor presumido, como se este dissesse: *o que o governo diz em resposta às contestações?* Ainda, no sentido de resposta, o locutor-jornalista enuncia que: “a Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) confirma que serão contemplados de início 400 apenados do regime semiaberto”. Nesta, observa-se que o locutor-jornalista busca estabelecer certo

distanciamento, uma vez que enfatiza que tal afirmação foi feita pela SUSEPE e não por ele.

Por conseguinte, reitera-se a marca de subjetividade no discurso, através da suposta ideia de distanciamento, no sentido de que, no primeiro enunciado citado no parágrafo anterior, o locutor-jornalista assume a responsabilidade pelo dito, enquanto no enunciado seguinte, ele procura desvincular sua imagem do responsável pelo dito. Essa alternância disposta pelo locutor sugere que o primeiro enunciado sobre a resposta do governo é mais confiável, já que o segundo enunciado ele não pode garantir a veracidade.

No decorrer do discurso, o locutor-jornalista dispõe de outras pistas que podem levar a apreensão de marcas subjetivas na construção enunciativa. O enunciado: “conforme dados de dezembro, o Estado tem 29,2 mil presos _ 5,8mil deles no semiaberto _ para 21,4mil vagas”, sinaliza um posicionamento do locutor sobre a discussão. Subentende-se que, em seu discurso, ao mencionar esses dados quantitativos, o locutor-jornalista parece dizer que o uso de tornozeleiras em presos do regime semiaberto contribuirá com a diminuição da superlotação, sem que, para isso, seja preciso ser implantado em presos do regime fechado. Isso porque, se todos os presos do regime semiaberto forem liberados para prisão domiciliar, o efetivo carcerário dos presídios ficará em 23,4 mil para 21,4mil vagas, representando, assim, uma melhora significativa na superlotação.

Através do discurso constituído das partes intituladas “Tecnologia para vigiar presos” e “Idas e vindas”, o locutor-jornalista retoma outros tons avaliativos que foram apresentados no discurso um, que se referem à eficiência do funcionamento do sistema e à provável não implantação do monitoramento eletrônico, tendo em vista a incerteza no cumprimento das promessas feitas pelo governo. Esses aspectos merecem ser observados no decorrer dos próximos discursos analisados a fim de promover uma conclusão do sentido do todo enunciativo do Jornal Zero Hora.

Por fim, a reportagem 2 apresenta uma entrevista com o Doutor em Sociologia Carlos Gadea na parte inferior da página. Por meio desta, percebe-se um eco de outra voz social diferente das demais até então percebidas no todo do discurso analisado, trazendo para a discussão do tema a valoração da esfera acadêmica.

A chamada inicial da entrevista compõe-se do seguinte enunciado, através de uma citação direta, a qual compreende o discurso do Professor Carlos Gadea, que aparece em destaque, sem a intervenção enunciativa do locutor-jornalista: “é preciso

cuidado para evitar a estigmatização”. A escolha para tal destaque parece indicar o ponto de vista do Sociólogo sobre o tema, com o apoio do locutor-jornalista, delineando, assim, a criação de outro objeto. Abaixo dessa citação, há uma breve síntese a fim de antecipar o que será apresentado na entrevista:

[...] para o professor de Sociologia da Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos) Carlos Gadea, que realiza pesquisas na área de violência urbana, o controle à distância de apenados pode ter impacto positivo para reduzir a ocupação dos presídios e recuperar apenados _ desde que não seja a única medida. Para o especialista, o Estado precisa oferecer apoio ao apenado além de tornozeleira (GONZATTO/JORNAL ZERO HORA, 30/04/2013, p. 34, grifo do autor).

Reiterando as características do gênero reportagem da esfera jornalística, identifica-se, nessa passagem, que o discurso procura conduzir a opinião do leitor. A apresentação de um argumento de autoridade, representado pelo posicionamento do Professor Doutor, corrobora na construção da opinião do público leitor na medida em que expõe a tese de alguém que tem condições de provar o que diz. Além disso, o status do cargo acadêmico ocupado por Carlos Gadea já sugere credibilidade. Sob a concepção dialógica, pode-se dizer que o locutor-jornalista descreve o entrevistado com uma diversidade de adjetivos, tais como professor e doutor da área de sociologia, pesquisador na área de violência urbana, pertencendo ao corpo docente da Universidade do Vale dos Sinos, cujo estabelecimento de ensino destaca-se entre os mais reconhecidos do Estado.

Observando todos esses elementos apresentados no discurso na descrição do entrevistado, pode-se perceber certo acento valorativo positivo do locutor-jornalista com relação à imagem construída socialmente da comunidade acadêmica. Trata-se de valores socioideológicos que atribuem às pessoas que pertencem ao meio universitário um grau de conhecimento mais elevado, representando uma esfera de grande status sociocultural.

Durante a entrevista, o Professor apresenta seu ponto de vista sobre o sistema de monitoramento, o qual vê o uso da tornozeleira como uma possibilidade de amenizar, mas não como uma solução para os problemas do sistema penitenciário. Isso é evidenciado por meio destas passagens, nas quais o Professor comenta que: “acho que

terá um impacto positivo”, “é uma política que pode ser considerada como humanização de pena”, “o monitoramento deve ser um caminho para reinserção social, com controle, mas com ajuda do Estado para dar oportunidades ao preso [...]. Se não ocorrer isso, vai bater contra a parede e voltar à prisão”.

Esses enunciados demonstram a avaliação do tema sob o olhar do meio acadêmico. Subentende-se que, no discurso acadêmico do Professor Gadea, não basta retirar os delinquentes da prisão e deixá-los circular com uma tornozeleira, como se já tivessem aptos à reinserção social. Se não forem oportunizadas condições reais para uma mudança de vida, como moradia, trabalho, etc., essas pessoas continuarão vivendo à margem, vistas como ex-presas, e não como cidadãos recuperados. Isso parece justificar o destaque da expressão “evitar a estigmatização” em relação à implantação do sistema de monitoramento, já que o indivíduo que cumpre pena, mesmo voltando a viver em sociedade, não consegue estabelecer relações que viabilizem uma transformação da imagem estigmatizada de preso.

A partir do exposto, pode-se reconhecer que a reportagem veicula a notícia e a opinião, cuja estrutura remete à peculiaridade do gênero. Ao apresentar os pontos de vista do Ministério Público, do Poder Judiciário e do âmbito acadêmico, publicados pelo Jornal Zero Hora, observa-se que o discurso do locutor-jornalista é construído por meio de réplicas a outros discursos, assim como, através do seu discurso, outros serão formados, o que exemplifica a concepção dialógica de linguagem proposta por Bakhtin.

Buscando compreender os sentidos construídos na reportagem 2, através das vozes sociais evocadas no discurso, é possível reconhecer que o locutor-jornalista demonstra que a implantação do projeto de monitoramento ainda não está solidificada. Ao final da análise deste discurso, ainda não há comprovações sobre a razão pela qual não houve destaque de capa sobre tal contestação, mas isso será apresentado posteriormente. O que se pode sugerir, pelos aspectos salientados até então, é que o discurso do ZH sobre o tema ainda está em construção. Logo, lançar contrapontos sobre o sistema de monitoramento na chamada de capa deixaria o Jornal muito exposto, o que talvez não fosse promissor em um momento de tantas discussões a respeito.

3.3 REPORTAGEM 3: Cadeia, doce cadeia

A reportagem 3 refere-se à publicação do ZH do dia 08 de maio de 2013 que trata sobre a implantação da tornozeleira eletrônica em presos do regime semiaberto, porém apresenta uma nova situação acerca do assunto: presos não aceitam o uso do

dispositivo. Esse discurso constitui-se pela chamada de capa e pela reportagem situada na página 34 da seção policial. Primeiramente, serão analisados os elementos que constituem o discurso da chamada de capa.

O Jornal Zero Hora, nesse dia, traz a seguinte chamada de capa, sob o título “Presos preferem facilidades do semiaberto a tornozeleira” (anexo D). Junto ao título, o jornal apresenta, de forma mais detalhada, o assunto suscitado pela chamada, explicando que a quantidade de presos que aderiu ao uso do equipamento eletrônico não alcançou as expectativas do governo, haja vista a predileção deles em permanecer cumprindo pena nos estabelecimentos prisionais.

Através da figura abaixo, pode-se notar que a discussão sobre a implantação do monitoramento eletrônico mereceu destaque em relação aos outros temas que compõem a capa do ZH do dia 08 de maio, pois a forma de diagramação do título dá ênfase ao tema, o qual aparece em letras grandes e em negrito na parte superior da página.



Figura 4. Capa do ZH do dia 08 de maio de 2013: Presos preferem facilidades do semiaberto a tornozeleira.

Considerando que o tema de chamada da capa é uma escolha do locutor-jornalista, percebe-se que, na construção discursiva, há marcas de subjetividade. O discurso da reportagem 3 parece dialogar com os discursos das reportagens 1 e 2. O diálogo com a reportagem 2 refere-se à discussão em torno dos problemas que parecem representar um impedimento para a implantação do sistema eletrônico. Isso porque, na

reportagem 2, o impedimento está na contestação do Ministério Público, e na reportagem 3, está na falta de adesão dos presos em utilizar o dispositivo eletrônico. Esse entrecruzamento entre dito e dizeres passados sinaliza uma marca do locutor-jornalista, na medida em que a retomada da questão acerca dos entraves parece ratificar a ideia de que tal implantação ainda é uma incerteza. Em razão disso, observa-se o diálogo também com a reportagem 1, na qual a implantação do sistema é afirmada pelo governo. Haja vista que a chamada de capa não contextualiza o tema em discussão, entende-se que o discurso projeta um interlocutor que parece estar ciente dos acontecimentos referentes ao projeto de monitoramento eletrônico, bem como dos fatos envolvendo a superlotação das prisões. Em face disso, a presença de menos elementos na construção da reportagem 3, situada na página 34, se comparada à construção das reportagens 1 e 2, parece justificada, cuja observação será aprofundada posteriormente.

Considerando os elementos linguísticos que constituem a chamada de capa do jornal, é visível que o locutor-jornalista marca-se em alguns momentos de modo mais enfático, e, em outros, opta pelo distanciamento, o que também não deixa de ser uma marca. Na passagem: “dos 400 apenados que poderiam usar o equipamento [...], *apenas* 30 aceitaram” (grifo nosso), o uso de “apenas” enfatiza a falta de adesão dos presos ao projeto de monitoramento, cuja voz é do locutor-jornalista. Este apresenta dados quantitativos para salientar mais um dos problemas, além da contestação do Ministério Público, que o governo terá que enfrentar para que o sistema eletrônico seja efetivado.

Em contrapartida, o locutor-jornalista procura eximir-se da responsabilidade enunciativa quando se trata do motivo pelo qual ocorre a falta de adesão. Isso se pode ver através da citação indireta a seguir: “para juiz da Vara de Execuções Criminais, detentos acham melhor o frágil controle dos albergues do que ter liberdade vigiada nas ruas”. Desse modo, compreende-se que o discurso traz à tona a voz do Poder Judiciário, com colaboração do locutor-jornalista, apresentando uma valoração negativa sobre a eficiência da segurança pública com relação ao controle de presos no Estado. Essa constatação suscita o seguinte discurso: “se o governo não consegue manter os presos sob sua vigilância em espaços físicos, através da custódia de servidores de modo presencial, quanto mais poderá vigiar a circulação de presos nas ruas através de recursos virtuais”. Em face dessa voz evocada no discurso, o locutor-jornalista parece corroborar com a visão compartilhada a respeito da descrença da sociedade para com as palavras do governo.

A seguir, serão analisados os elementos constitutivos da reportagem 3 situada na página 34 da seção policial do ZH (anexo E). A reportagem recebeu o título “cadeia, doce cadeia”. Abaixo do título, há a seguinte nota: “presos rejeitam as tornozeleiras”. Através da figura abaixo, percebe-se que sua construção discursiva é composta em partes: a coluna da esquerda apresenta a notícia sobre a falta de adesão dos presos em participar do projeto de monitoramento eletrônico, cuja informação estende-se até a parte inferior da página; a parte superior apresenta uma figura que ilustra uma reportagem publicada pelo ZH em janeiro que aborda o descontrole dos institutos penais de regime semiaberto; e o centro da página traz uma nota sobre a tornozeleira eletrônica, juntamente com uma figura do equipamento.



Figura 5. Reportagem do ZH dia 08 de maio de 2013: Cadeia, doce cadeia.

Tendo em vista o modo de diagramação do discurso como ponto de partida para análise desta reportagem, cabe salientar os elementos visuais e linguísticos que o constituem. Diferente dos outros discursos que compõe o corpus desta pesquisa, percebe-se que a reportagem 3 apresenta somente duas ilustrações: uma da imagem de uma publicação de janeiro do ZH e outra do dispositivo eletrônico. A limitação no uso de elementos visuais parece indicar que, por se tratar de um tema em ascensão social, o leitor já sabe sobre o que se trata e demonstra interesse pelo assunto, de forma que não

há necessidade de grande exploração visual na construção do discurso para chamar sua atenção para a leitura da reportagem.

Quanto aos elementos linguísticos, cabe, inicialmente, analisar as vozes evocadas no título da reportagem. A chamada “cadeia, doce cadeia” remete à expressão “lar, doce lar”, cuja voz é compartilhada socialmente, propondo uma conotação carinhosa ao âmbito íntimo, do convívio com amigos e familiares. Nesse sentido, entende-se que o enunciado do título traz à tona a voz dos presos a quem foi disponibilizado o uso do dispositivo eletrônico. Estes parecem dizer: *a casa prisional é um bom lugar para se viver, onde existe harmonia entre o grupo, cuja relação se assemelha a de uma família. Por isso, qual seria o benefício em sair desse ambiente e circular vigiado por tornozeleira, dificultando, assim, a interação com o mundo do crime?*

Através dessas vozes, o locutor-jornalista parece ratificar a avaliação negativa sobre a segurança pública apresentada na chamada de capa na voz do Poder Judiciário, de modo que até os presos percebem que o governo não tem controle sobre eles nos estabelecimentos penais. Em contrapartida, ao dizer que os presos preferem permanecer em albergues a ter que usar tornozeleira, o discurso da reportagem trêz marca uma posição avaliativa positiva por parte do locutor-jornalista com relação ao dispositivo eletrônico, visto que este parece confiar na eficácia do uso da tecnologia para vigiar presos.

Os elementos linguísticos que constituem o enunciado situado no começo da reportagem 3, na coluna da esquerda, confirmam a percepção acerca das relações dialógicas percebidas entre os temas das chamadas de capa das reportagens 2 e 3 já mencionadas. Isso é visível a partir desta passagem:

[...] depois de 10 anos de promessas, atrasos, adiamentos, testes, críticas de especialistas e até contestação judicial, surge um novo impasse para o monitoramento de presos do semiaberto por meio de tornozeleiras eletrônicas: a maioria não aceita usar o equipamento (COSTA/JORNAL ZERO HORA, 08/05/2013, p. 34).

Por meio de tal enunciado, o locutor-jornalista traz à tona outros discursos que emergem a respeito da implantação do monitoramento eletrônico de presos, os quais remetem às discussões apresentadas nas reportagens 1 e 2: a incredibilidade social com relação às promessas do governo, a visão crítica do âmbito acadêmico sobre o tema, a

opinião adversa do poder judiciário e a contestação do Ministério Público. A esse emaranhado de vozes sociais, a reportagem 3 evoca a voz da massa carcerária, que representa mais um entrave para afirmação dada pelo governo de que o sistema de monitoramento é uma realidade. Nesse sentido, compreende-se que, sob o ponto de vista de cada segmento social mencionado, o tema monitoramento eletrônico configura um objeto distinto, de maneira que a proposta do governo para a resolução dos problemas da segurança pública está em análise.

O enunciado seguinte contribui para essa constatação: “detentos preferem ficar em albergues com reduzido controle humano do que a liberdade vigiada. *É mais um sintoma do caos prisional*” (COSTA, p. 34, grifo do autor). Por meio deste, é notável que o locutor-jornalista apresenta uma réplica aos dizeres passados que discutem sobre qual seria a solução para os problemas da segurança pública. Não se trata de algo simples, de forma que o uso de uma tornozeleira vá resolver a superlotação dos estabelecimentos prisionais e o controle da violência no Estado. É algo bem mais complexo, que requer uma reflexão da sociedade como um todo. O sistema de monitoramento eletrônico demonstra ser eficiente, porém não representa uma solução para todos os problemas que envolvem o tema segurança pública.

Em outras passagens, observa-se que o locutor-jornalista demonstra uma expectativa no sentido de que a falta de adesão dos presos com relação ao uso do dispositivo possa ser superada. Isso é percebido em: “[...] até o momento apenas 30 [...] concordaram em acoplar o equipamento no corpo” e “o desinteresse poderá comprometer a meta do governo [...] de implantar tornozeleiras em 400 apenados a partir da semana que vem (*com a previsão de chegar a mil até o final do ano*)” (COSTA, p. 34, grifo do autor). O uso de “até o momento” conduz à compreensão de que a adesão de 30 presos ao uso da tornozeleira representa um número provisório que pode sofrer mudanças, considerando que ainda há o prazo de uma semana para isso. Nessa perspectiva, o uso do modalizador “poderá” em “poderá comprometer” também aponta para a visão de que talvez a rejeição dos presos com relação ao sistema possa ser resolvida a fim de que o governo atinja a meta de mil presos monitorados.

Considerando as relações dialógicas que envolvem o discurso, é possível notar uma projeção do interlocutor que parece questionar a posição do governo a respeito dos entraves enfrentados. Através desta passagem, observa-se que o locutor-jornalista apresenta uma resposta: “preocupado, o titular da Superintendência [...], Gelson Treiesleben, estuda medidas para contornar mais esse entrave”. Além de dizer que o

governo está estudando a questão, o locutor-jornalista explica que o Superintendente está preocupado, de modo que esta observação marca a subjetividade no discurso. Isso porque o locutor-jornalista assume a responsabilidade enunciativa sobre o estado emocional do Superintendente Gelson. Confirmando sua atitude valorativa, o discurso evoca a voz do Superintendente, por meio de citação direta. Gelson comenta que: “estamos conversando com o secretário”.

Em outra passagem, o discurso aponta para as alternativas estudadas pela Susepe que apontam para o uso de tornozeleiras para presos que estejam ligados ao trabalho externo. Ao mesmo tempo em que o locutor-jornalista apresenta essa hipótese, ele também apresenta uma refutação quanto à eficácia da proposta, como se pode ver: “só poderia sair para trabalhar o apenado que aceitasse usar as algemas eletrônicas. Mas não há garantia de que essa regra aumente o interesse”.

O uso de “mas” chama a atenção para o segundo enunciado, que parece representar uma réplica ao questionamento do interlocutor projetado no discurso. Como se este perguntasse: *atrelar o uso de tornozeleira ao trabalho externo fará com que os presos tenham interesse em aderir ao sistema?* Cooperando com a negativa enunciada pelo locutor-jornalista, o discurso suscita a voz do Poder Judiciário, através da citação direta da opinião do Juiz Sidinei Brzuska, que explica: “se o sistema de segurança funcionasse, todos iriam querer as tornozeleiras. Como não funciona, o preso prefere ficar no albergue de onde pode sair sem ser vigiado do que ficar em casa com tornozeleira”.

Nesse sentido, percebe-se que, apesar de o locutor-jornalista indicar que o problema da falta de adesão dos presos com relação ao sistema ainda possa ser revertido, o que parece ser essa a sua expectativa, é indubitável que não é fácil encontrar uma solução para esse entrave. Isso porque a implantação do monitoramento eletrônico não é atraente para a massa carcerária, já que, no âmbito prisional, surge maior oportunidade de cometer crimes diante da fragilidade da segurança. Inclusive, isso é ratificado no discurso, por meio desta passagem: “no Instituto Penal de Viamão, considerado um dos piores albergues do Estado, de 250 apenados, apenas cinco se candidataram a usar o equipamento”.

Ao caracterizar o Instituto de Viamão como “um dos piores”, o locutor-jornalista assume a responsabilidade enunciativa atribuindo um juízo de valor ao albergue, o que significa dizer que se trata de um estabelecimento penal constituído por presos mais perigosos, cuja massa carcerária apresenta maior número de fugas e de delitos nas ruas,

embora permaneça encarcerada. Com isso, parece ficar claro o quão frágil é a segurança pública no que tange a custódia de presos no Estado. Reiterando isso, o discurso também apresenta uma figura sobre a reportagem feita em janeiro pelo ZH que trata do descontrole no semiaberto, situada na parte superior da página da reportagem.

Como contraponto, abaixo dessa figura, foi colocada a imagem da torzeleira, junto do seguinte enunciado: “além de abrir vagas, sistema permite controle de condenados”. Também, compreendendo a parte central da página, aparecem outros elementos linguísticos que constituem um discurso que sinaliza um acento valorativo positivo do locutor-jornalista sobre as torzeleiras, o qual afirma que elas “podem ajudar a desafogar presídios”, uma vez que “essas vagas poderiam ser preenchidas por apenados que já têm o direito de progressão mas permanecem trancafiados em presídios em razão da superlotação de albergues”.

A partir disso, entende-se que o locutor-jornalista marca-se no discurso no sentido de demonstrar uma posição avaliativa positiva com relação ao sistema de monitoramento. Todavia, parece reconhecer que há outros fatores que envolvem tal implantação, os quais ainda estão em discussão na esfera social. Após as considerações feitas, pretende-se delinear o discurso como um todo a respeito do tema abordado nas reportagens 1, 2 e 3, a fim de compreender os sentidos construídos pelo discurso. Esse levantamento será proposto na seção a seguir.

3.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, será discutido o conjunto das análises das reportagens 1, 2 e 3 e das chamadas de capa, de modo a verificar as relações dialógicas estabelecidas entre os discursos. Através de tais relações, pretende-se reconhecer a tensão entre vozes que circulam no discurso e as marcas do locutor-jornalista a fim de compreender os sentidos que constituem o discurso do gênero reportagem do ZH sobre monitoramento eletrônico de presos no RS.

Haja vista a proposta de discussão das reportagens como um todo, cabe reiterar o tema apresentado em cada uma delas. A reportagem 1 compreende a primeira publicação do ZH sobre monitoramento eletrônico, no dia 09 janeiro de 2013, que noticia a implantação do sistema eletrônico de vigilância de presos no Estado do Rio Grande do Sul. Esse discurso apresenta dados que caracterizam o sistema de monitoramento, como seu funcionamento e a proposta do governo em utilizar o dispositivo para o controle de presos do regime semiaberto. Além da reportagem situada

na página 36 da seção policial, o discurso também foi assunto de chamada de capa nesse dia.

A reportagem 2 refere-se à segunda publicação do ZH sobre o tema, no dia 30 de abril de 2013, que noticia a contestação do Ministério Público a respeito da implantação do sistema eletrônico para vigilância de presos em regime de semiaberto, tendo em vista que o uso deve ser apenas para presos do regime aberto, conforme legislação vigente. Esse discurso não recebeu repercussão no sentido de ser chamada de capa nesse dia, sendo situado apenas na página 34 da seção policial.

A reportagem 3 corresponde à terceira publicação do ZH sobre o assunto, no dia 08 de maio de 2013, que noticia a rejeição dos presos com relação ao uso do dispositivo eletrônico, de forma que a falta de adesão está atrelada ao descontrole dos estabelecimentos penais. O discurso salienta a fragilidade do controle de presos em albergues, o que favorece a circulação deles nas ruas para a prática de crimes, sem vigilância. Esse discurso, além de constar na página 34 da seção policial, também foi assunto de chamada de capa nesse dia.

Estabelecendo uma relação entre as abordagens apresentadas em cada publicação sobre a implantação de monitoramento eletrônico de presos no RS, pode-se perceber que se trata de uma construção discursiva dialógica, uma vez que a reportagem 1 inicia uma discussão que resulta nas réplicas constituídas pelas reportagens 2 e 3. A primeira publicação apresenta a efetivação do sistema de monitoramento no RS afirmada pelo governo, enquanto que as publicações seguintes dão continuidade ao tema, trazendo outras vozes que contrapõe tal afirmação, indicando que a efetivação ainda está avaliada por outros segmentos sociais.

Inicialmente, será analisada a diagramação das reportagens. A reportagem 1 é constituída da seguinte forma: traz a notícia na coluna da esquerda da página; apresentação do funcionamento do sistema de monitoramento, com imagens e elementos linguísticos na parte central; e dados quantitativos com relação à fase de testes do dispositivo na parte inferior da página. A reportagem 2 apresenta: a notícia na coluna da esquerda da página; discurso sobre o funcionamento do sistema eletrônico de vigilância, com imagens e elementos linguísticos, na parte central; informações sobre o processo de implantação do sistema no RS, trazendo dados em ordem cronológica na parte superior à direita; entrevista com o professor Carlos Gadea na parte inferior à direita; e citações diretas do discurso do Juiz Sidinei Brzuska e do Promotor Medina em destaque na parte inferior à esquerda da página.

A reportagem 3 apresenta: a notícia, que inicia na coluna da esquerda e estende-se até a parte inferior da página; imagem da reportagem publicada em janeiro que mostrou o descontrole no semiaberto na parte superior; e discurso sobre a torzeleira, constituído por imagem e elementos linguísticos. Considerando o modo de diagramação, observa-se que o locutor-jornalista, em todas as reportagens, parece priorizar a notícia na construção discursiva, tendo em vista sua disposição constante na coluna da esquerda, que corresponde à visualização comum entre os leitores no que tange ao processo de leitura.

Além disso, observa-se também que a centralização do discurso referente ao sistema de monitoramento repete-se entre as reportagens, seja na descrição de seu funcionamento e das etapas de implantação, organizadas cronologicamente, ou da relação entre a implantação do sistema e a abertura de vagas nos presídios. O discurso, nesta parte da página, aparece constituído por imagens e por elementos linguísticos em todas as reportagens. Essa constatação parece apontar efeitos de objetividade na construção discursiva, caracterizando a estrutura composicional do gênero reportagem. Isso porque se trata de um gênero que, conforme define Dittrich (2003), propõe certa preocupação argumentativa, na medida em que, através da imposição de fatos, procura influenciar o leitor, direcionando a formação de sua opinião a partir da visão refratada do locutor-jornalista.

Em contrapartida, ao retomar as características do sistema de monitoramento eletrônico no centro da página, o discurso parece apontar uma marca do locutor-jornalista, bem como uma projeção do interlocutor. Isso porque, na medida em que os aspectos positivos com relação ao funcionamento do sistema são enfatizados em todas as reportagens, supõe-se que o discurso parece indicar certa posição avaliativa do locutor-jornalista. Concomitantemente, a disposição de tais aspectos, de modo repetitivo, o discurso parece projetar mais de um interlocutor.

A reportagem 1 parece apontar um interlocutor que desconhece o tema, por isso a importância de apresentar muitas informações sobre o assunto. A reportagem 2 parece indicar a projeção de mais de um interlocutor: um que já reconhece o tema, de modo que, ao enunciar “sob contestação: 400 presos serão monitorados”, não há necessidade de inteirá-lo de todo o contexto do discurso; e outro que ainda não está ciente do assunto, o que parece justificar a retomada das características do sistema no centro da página. E, na reportagem 3, o interlocutor parece reconhecer o assunto, parecendo estar

acompanhando os acontecimentos referentes à implantação do sistema, o que dispensa maiores detalhes na construção do discurso.

Nessa perspectiva, entende-se que o discurso, em sua completude, propõe a projeção de interlocutores que, gradativamente, foram tomando ciência dos acontecimentos sobre o tema, haja vista que são leitores assíduos do ZH. Logo, no decorrer das reportagens, seria desnecessária a repetição de informações sobre o mesmo assunto, o que também prejudicaria a expectativa da novidade acerca da leitura de um jornal de circulação diária.

Reconhecendo que as reportagens 1 e 3 apresentam chamadas de capa, considera-se relevante analisar a diagramação de tais chamadas. A chamada de capa publicada no dia 09 de janeiro de 2013, referente à reportagem sobre a implantação do sistema de monitoramento, situa-se na parte superior da página, formatada em negrito, com letras maiores que as demais chamadas dispostas. Esse mesmo modo de diagramação é observado na chamada de capa publicada no dia 08 de maio de 2013, o que ratifica a ideia de que, em ambas, o tema monitoramento eletrônico parece merecer destaque no ZH. Em face disso, surge o questionamento do porquê de a reportagem 2, que aborda a contestação do Ministério Público acerca da implantação do sistema eletrônico, não apresentar chamada de capa. Nesse sentido, espera-se que se encontre uma resposta a partir da análise dos elementos linguísticos constitutivos dos discursos, que será apresentada a seguir.

A fim de estabelecer uma organização na análise dos elementos linguísticos, primeiramente, serão observados os enunciados que dão título às chamadas de capa, depois, os enunciados que dão título às reportagens, e, por fim, a construção do discurso destas. A chamada de capa publicada no dia 09 de janeiro, referente à reportagem 1, constitui-se do seguinte título: “presos do semiaberto vão usar tornozeleiras”. Abaixo deste, há uma chamada: “quase três anos depois de realizar testes, governo do Estado assina contrato com empresa que irá locar equipamentos. Inicialmente, 400 detentos terão o deslocamento monitorado”. A chamada de capa publicada no dia 08 de maio, referente à reportagem 3, apresenta este título: “presos preferem facilidades do semiaberto a tornozeleira”, o qual vem acompanhado deste enunciado: “dos 400 apenados que poderiam usar o equipamento na região Metropolitana, apenas 30 aceitaram. Para o Juiz da Vara de Execuções Criminais, detentos acham melhor o frágil controle dos albergues do que ter liberdade vigiada nas ruas”.

Na construção dos enunciados de ambas as chamadas de capa, pode-se reconhecer relações dialógicas, pois a primeira chamada apresenta uma afirmação feita pelo governo acerca do futuro monitoramento de 400 detentos; enquanto que a segunda chamada apresenta uma réplica ao discurso passado, informando que tal projeção do governo não se realizou, uma vez que somente 30 detentos aderiram ao uso do equipamento. Ainda, em ambas, nota-se certa subjetividade na construção do discurso. Na primeira chamada, o locutor-jornalista enuncia o tempo no qual o sistema está em testes. Ao dizer: “quase três anos depois de realizar testes”, marca sua posição avaliativa negativa, a qual suscita uma voz compartilhada socialmente que critica a morosidade na realização dos compromissos de governo.

Também, na segunda chamada, o locutor-jornalista, ao dizer: “dos 400 apenados que poderiam usar o equipamento [...], apenas 30 aceitaram”, sinaliza sua marca no discurso, pois uso de “apenas” enfatiza a pouca adesão dos presos ao uso da tornozeleira eletrônica. Em contrapartida, nesta mesma chamada de capa, o locutor-jornalista parece marcar certo distanciamento em outra construção enunciativa. Isso é percebido em: “para o Juiz da Vara de Execuções Criminais, detentos acham melhor o frágil controle dos albergues do que ter liberdade vigiada nas ruas”. Sob esse viés, observa-se que o locutor-jornalista procura eximir-se da responsabilidade enunciativa sobre o motivo pelo qual os presos não quiseram aderir ao monitoramento, dando a voz ao Juiz.

A partir da análise dos enunciados de chamadas de capa, já se pode delinear a tensão de vozes que surtirá no decorrer do discurso como um todo: de um lado, a voz do governo em defesa do sistema de monitoramento como meio de solucionar problemas do sistema prisional; de outro, a voz do Poder Judiciário questionando o sucesso de tal implantação, uma vez que põe em xeque a eficiência do governo em resolver o caos das prisões. Além dessas, o discurso ecoa outras vozes de segmentos sociais, que também demonstram certa descrença nas promessas do governo. Esse emaranhado de vozes é constituído por meio de estratégias de construção discursiva do locutor-jornalista, o qual inevitavelmente, sempre acaba indicando acentos valorativos.

A seguir, serão analisados os elementos linguísticos que constituem os enunciados dos títulos e das chamadas das reportagens. A reportagem 1 traz o seguinte título: “Liberdade vigiada”. Abaixo deste, há uma chamada: “Apenados devem receber tornozeleiras em fevereiro. Depois de testes iniciados em 2010, equipamentos serão usados por detentos do regime semiaberto”. A reportagem 2 traz o seguinte título: “Sob contestação”. Abaixo, segue a chamada: “400 presos serão monitorados. Apenados do

semiaberto usarão tornozeleiras, mas Ministério Público teme que equipamento seja empregado no regime fechado”. E a reportagem 3 traz este título: “Cadeia, doce cadeia”, vindo acompanhado da seguinte chamada: “Depois de testes iniciados em 2010, equipamentos serão usados por detentos do regime semiaberto”.

O título “Liberdade vigiada” evoca o discurso do governo, o qual reflete uma proposta de custódia de detentos em espaços extramuros. Em “Sob contestação”, percebe-se a voz do Poder Judiciário, que critica o uso de equipamento eletrônico como mecanismo capaz de resolver o caos prisional. Através de “cadeia, doce cadeia” ouve-se a voz da massa carcerária que compara o ambiente prisional com o próprio “lar, doce lar”, onde se sentem mais livres que no convívio em sociedade.

Analisando esses títulos, torna-se visível a existência de relações dialógicas. Isso porque os enunciados parecem constituir sentidos que se complementam, podendo-se supor a formação de outros dizeres a partir dos já-ditos: *a liberdade vigiada está sob contestação, pois é melhor viver aprisionado a ter uma falsa liberdade*. Nesse sentido, compreende-se que, na rua, os indivíduos estarão fisicamente livres, mas serão sempre vistos como presos; enquanto que, nos albergues, são vistos como de fato são: presos, podendo assumir sua identidade em um ambiente no qual são aceitos, como se estivessem em família.

Observando as chamadas das reportagens, percebe-se que existe uma distinção entre os modos verbais utilizados, o que parece sinalizar marcas de subjetividade no discurso. Nas reportagens 2 e 3, as chamadas são construídas por meio do uso de verbos no modo indicativo, como se pode ver: “400 presos *serão* monitorados” (... mas, sob contestação), “apenados [...] *usarão* tornozeleiras”, mas “Ministério Público *teme* que equipamento seja empregado no [...] fechado”, (presos rejeitam tornozeleiras, o que causa incerteza se...) “equipamentos *serão* usados por detentos” (grifo nosso). De maneira diferente, na reportagem um, há o uso de modalizadores, como se pode ver: “apenados *devem receber* tornozeleiras em fevereiro” (grifo nosso).

Fazendo uma relação entre tais enunciados, é possível reconhecer que essa distinção dá-se em razão de que a reportagem 1 sinaliza a afirmativa do governo, cuja voz suscita o discurso da sociedade que desconfia das palavras dos governantes. No entanto, as reportagens 2 e 3 apresentam os entraves, os quais vão de encontro ao já-dito, orientando para o ponto de vista do Poder Judiciário e dos próprios presos com relação à implantação do sistema eletrônico de vigilância. Em face disso, é viável supor que o locutor-jornalista, por meio das vozes suscitadas no discurso, parece indicar um

acento valorativo negativo no sentido de ratificar que a efetivação do sistema de monitoramento eletrônico de presos no RS está solidificada. Trata-se, porém, de um tema que está em discussão entre a sociedade.

A partir dessa perspectiva, no decorrer dos discursos, percebe-se um posicionamento avaliativo do locutor-jornalista, através de escolhas lexicais e de vozes evocadas por meio da alternância entre citações diretas e indiretas. Entre as escolhas lexicais, algumas merecem destaque.

Na reportagem 1, cabe salientar o seguinte enunciado: “*idealizado em 2007*, o projeto no qual é depositada a *esperança do governo* do Estado de atenuar a superlotação do sistema penitenciário *promete, finalmente*, engrenar a partir deste mês” (grifo nosso). Na reportagem 2, destaca-se este enunciado: “*após uma década de idas e vindas*, o programa [...] deverá ser anunciado pelo governo gaúcho, semana que vem, com a liberação inicial de 400 apenados do regime semiaberto” (grifo nosso). Também, na reportagem 3, há um enunciado que deve ser salientado: “*depois de 10 anos de promessas, atrasos, adiamentos, testes, críticas de especialistas e até contestação judicial*, surge um novo impasse para o monitoramento de presos do semiaberto por meio de tornozeleiras eletrônicas: a maioria não aceita usar o equipamento” (grifo nosso).

As expressões destacadas nos enunciados citados acima sinalizam a voz do locutor-jornalista, o qual assume a responsabilidade enunciativa a respeito da avaliação negativa compartilhada socialmente acerca da realização das propostas feitas pelo governo. Observa-se que, em todo o discurso, é reiterado que há muito tempo o projeto de monitoramento está para ser implantado, compreendendo um período de 10 anos entre idealização, testes e trâmites legais. Contudo, ainda que haja confirmação do governo que o projeto vai se concretizar, existem novos entraves que podem impedi-la.

No entanto, por meio de outras escolhas lexicais, nota-se que o locutor-jornalista parece acreditar na eficiência do sistema eletrônico. Entre as reportagens, cabe salientar alguns enunciados que elucidam essa posição avaliativa positiva. Na reportagem 1, vale analisar estes enunciados: “a *expectativa* é de que *até* mil presos sejam monitorados ainda este ano”, “*à prova d’água*, o modelo a ser utilizado no RS é *semelhante a um relógio de pulso e pesa menos de 300 gramas*”, e “*três* apenados que usavam a tornozeleira são presos em flagrante por crimes [...]. À época, *151* detentos eram monitorados” (em outubro 2010) (grifo nosso).

Na reportagem 2, estes enunciados devem ser observados: “conforme dados de dezembro, o Estado tem *29,2 mil presos* _ *5,8 mil* deles no semiaberto _ para *21,4 mil vagas*”, e “ao *total de 276* apenados que utilizaram a tornozeleira, *quatro* se envolveram em alguma irregularidade” (em abril de 2011) (grifo nosso). Na reportagem 3, são estes os destacados: “como o uso de tornozeleiras não é obrigatório, *até o momento* apenas 30 [...] concordaram em acoplar o equipamento no corpo”; “no Instituto Penal de Viamão, considerado um dos piores albergues do Estado, de 250 apenados, apenas cinco se candidataram a usar o equipamento”; e “as tornozeleiras *podem ajudar a desafogar presídios*” (grifo nosso).

As escolhas lexicais destacadas nos enunciados citados acima indicam marcas de subjetividade no discurso, as quais levam a compreensão de que o locutor confia e espera que seja implantado o sistema de monitoramento no Estado. Trata-se de uma expectativa, que, finalmente, parece que sairá da fase de projeto. É um equipamento que apresenta vantagens quanto ao custo e ao modelo. Também, pelo que foi apresentando na fase de testes, o sistema gera pouca infração de presos, se comparado aos casos de violação de regras em estabelecimentos penais. Além disso, parece contribuir para amenizar a superlotação dos presídios. Nesse viés, entende-se que o discurso orienta para a compreensão de que o sistema é eficiente e pode ajudar a atenuar vários problemas com relação à segurança pública. Contudo, não indica que irá solucioná-los.

A alternância entre citações diretas e indiretas também evocam vozes que orientam o discurso para o sentido de que o locutor-jornalista parece avaliar positivamente o uso do equipamento eletrônico no controle de presos. Compreendendo que as citações diretas propõem o distanciamento do locutor-jornalista de maneira mais explícita, cuja posição infere um acento valorativo, cabe observar quais delas constituem o discurso das reportagens do ZH sobre o assunto em questão. As citações diretas compreendem os discursos do governo, através da voz do Superintendente da Susepe; do Poder Judiciário, através da voz de juízes; do Ministério Público, através da voz do promotor; e da comunidade acadêmica, através da voz do Professor Doutor em Sociologia Carlos Gadea.

Entre tais citações, algumas devem ser mencionadas. Na reportagem 1, o Superintendente manifesta-se a fim de explicar o atraso da efetivação do projeto, dizendo: “passamos por um período de estágio, de seis meses. Entendemos que era viável. Optamos pela licitação, que teve uma série de embargos e recursos. Somente agora ficou disponível” (a implantação do sistema). Na reportagem 2, o Promotor David

Medina da Silva, discute a contestação do MP, explicando que: “não é unânime que seja possível substituir [...] semiaberto por prisão domiciliar [...]. Temos um recurso no STF para discutir isso, porque a aplicação do monitoramento por falta de vagas não é prevista legalmente”.

Ainda na reportagem 2, o Professor Gadea, fala sobre a necessidade de o governo oferecer não só o dispositivo, mas também outros recursos para que os presos possam voltar a viver em sociedade, afirmando que: “é preciso evitar a estigmatização”. Por fim, na reportagem 3, o Juiz Sidinei Brzuska, comenta o motivo da falta de interesse dos presos em aderir ao uso do equipamento eletrônico, dizendo que: “se o sistema de segurança funcionasse, todos iriam querer as tornozeleiras. Como não funciona, o preso prefere ficar no albergue de onde pode sair sem ser vigiado do que ficar em casa com a tornozeleira”.

Em todas as citações diretas evidenciadas, percebe-se o emaranhado de vozes que se entrecruzam na construção dos sentidos do discurso sobre o tema discutido nas reportagens. Considerando que, para cada um desses segmentos sociais, o tema monitoramento eletrônico de presos no RS é entendido de maneira adversa, parece viável identificar que cada ponto de vista cria outro objeto. Para o governo, o sistema é bom, sendo percebido como um meio de solução para o sistema prisional; e para o Promotor de Justiça, o sistema ainda deve ser analisado com cautela, pois representa um modo de contravenção à Lei de Execução Penal (LEP).

Sob o ponto de vista do Poder Judiciário, o sistema serve apenas para os casos previstos na LEP, reprovando a ideia do governo em usar desse artifício para eximir-se da responsabilidade quanto às condições de aprisionamento no Estado. Enfim, na visão da esfera acadêmica, o uso do dispositivo em presos representa um meio de amenizar as questões conflituosas da segurança pública, todavia somente isso não basta para que o indivíduo não volte a delinquir.

Após o exposto, pode-se concluir que as reportagens do ZH publicadas no início do ano de 2013, ao mesmo tempo em que noticiam o surgimento de um novo meio de vigilância de presos no RS, parecem propor uma leitura crítica acerca das diversas consequências que a efetivação do uso desse sistema pode acarretar para a sociedade. Em face disso, o locutor-jornalista apresenta elementos que sinalizam a defesa de uma tese em favor da efetivação da tecnologia, ratificando o discurso do governo acerca da eficiência do equipamento.

Em contraponto, o locutor-jornalista parece corroborar com a ideia que circula entre os dizeres de outras instâncias sociais, dando a entender que a implantação do ‘sistema de monitoramento eletrônico representa uma alternativa positiva no sentido de poder amenizar o caos prisional. Entendendo que seja utilizado para o devido fim, consoante determinações legais, o uso de tornozeleira pode ajudar na ressocialização do indivíduo encarcerado, assim como diminuir a superlotação e os gastos do Estado com o aprisionamento. Todavia, sua efetivação não significa o fim da reincidência de presos, tampouco da violência que assola a sociedade gaúcha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por finalidade propor uma análise de construção dos sentidos do discurso de reportagens sobre o monitoramento eletrônico de presos no Rio Grande do Sul impressas no Jornal Zero Hora, entre os meses de janeiro e maio do ano de 2013. Fundamentada na teoria enunciativa bakhtiniana, a pesquisa foi delineada a partir dos seguintes objetivos específicos: identificar vozes discursivas que compõem o discurso, reconhecer elementos composicionais do gênero reportagem da esfera jornalística e verificar marcas do locutor da enunciação através dos acentos de valoração que circulam nos enunciados, de modo a compreender como todos esses aspectos se entrecruzam para a produção de sentidos.

Considerando a concepção dialógica da linguagem abordada pela teoria bakhtiniana, foram selecionadas reportagens da esfera jornalística como objeto de investigação da pesquisa. Esse gênero é percebido pelo senso comum de maneira simplista, entendendo que a reportagem representa um discurso neutro. Em razão disso, o estudo proposto foi norteado, inicialmente, pela análise do embate entre duas vozes socioideológicas: a do senso comum e a de Bakhtin. O discurso do senso comum discorre sobre o entendimento de que o gênero reportagem é caracterizado pela objetividade, cuja finalidade consiste apenas em informar o leitor sobre assuntos que circulam na sociedade. Sob esse viés, o jornalista mantém-se imparcial diante dos fatos, de maneira que o discurso do jornal não reflete na formação da opinião do leitor.

Em contrapartida, o discurso de Bakhtin abrange a ideia de que a linguagem constrói sentido na intersubjetividade, em situações concretas de uso da língua, de forma que o discurso representa uma relação tensa. Sob esta perspectiva, a realidade linguística é percebida pelo sujeito como um universo de vozes sociais, sendo o discurso representado por sua ação. Através do discurso, o sujeito, de modo participativo e responsivo, age em determinada situação social, destacando seu aspecto particular.

Nesse sentido, entendendo que o discurso é sempre marcado pelo locutor-jornalista, seja através de escolhas lexicais ou sintáticas, defende-se a tese de que a neutralidade discursiva é inexistente. Uma vez que esse locutor-jornalista é um sujeito dialógico, cuja memória discursiva está associada à relação entre a própria voz e a vozes de outros sujeitos evocadas na enunciação, é viável o reconhecimento de que seu discurso traz uma réplica a discursos anteriores. A partir disso, esta pesquisa buscou demonstrar que as reportagens que constituem o discurso da esfera jornalística são

repletas de marcas de valores socioideológicos, apesar de predominar o distanciamento do locutor-jornalista. Através da seleção dos elementos linguísticos e visuais, da alternância entre citações diretas e indiretas, da forma de diagramação, o locutor-jornalista acaba sinalizando um acento valorativo sobre o tema monitoramento eletrônico de presos no RS, o qual representa o contexto em que está inserido o discurso analisado.

A discussão em torno desse tema contribuiu significativamente para exemplificar a natureza dialógica da linguagem, pois suscitou diversas manifestações da opinião pública, no início de 2013, configurando uma enunciação constituída por um emaranhado de vozes sociais. Isso porque o uso do sistema eletrônico não foi visto como algo positivo por todos os segmentos sociais, já que gerou muitos questionamentos, relacionando-o à garantia da segurança pública, às condições dignas de cumprimento de pena e à ressocialização de presos.

Como a implantação das tornozeleiras eletrônicas foi anunciada pelo governo em janeiro de 2013, pode-se presumir que o tema causou certa repercussão na mídia nesse período. Trata-se de um fato da realidade que foi apresentado através de visões refratadas de locutores, que, neste caso, refere-se ao locutor-jornalista marcado no discurso do Jornal Zero Hora. Tendo em vista que o locutor “penetra no horizonte alheio de seu ouvinte, constrói a sua enunciação no território de outrem, sob o fundo apreciativo do seu ouvinte” (BAKHTIN, 2010, p. 91), foi possível identificar que o discurso do ZH sobre monitoramento eletrônico foi construído a partir da antecipação de dizeres, projetando o interlocutor. Isso é observado pelos enunciados que parecem responder aos questionamentos deste.

No decorrer do discurso, nota-se a projeção de mais de um interlocutor, os quais parecem fazer parte dos segmentos sociais que põe em xeque a efetivação do sistema de vigilância no RS, assim como sua eficiência na solução dos problemas da segurança pública. Por essa razão, o discurso parece direcionar-se a interlocutores que demonstram interesse no assunto, procurando a formação do próprio discurso através dos já-ditos ZH.

Além da antecipação de dizeres, foi observado que o discurso do ZH também se constituiu por já-ditos, evocando outras vozes que se entrecruzaram com a voz do locutor-jornalista. Estas marcaram a responsabilidade enunciativa das seguintes esferas sociais: o governo do Estado, através do discurso do Superintendente dos Serviços Penitenciários; o Poder Judiciário, através do discurso de juízes; o Ministério Público,

pelo discurso do promotor; e o meio acadêmico, pelo discurso do doutor em sociologia. Outros já-ditos aparecem nas relações dialógicas. Assumindo a responsabilidade enunciativa, o locutor-jornalista evoca vozes em seu discurso que compartilham valores socioideológicos. Entre os valores, foram destacadas a descrença com relação às promessas de governo e a credibilidade nas concepções defendidas pela esfera acadêmica, atribuindo a última certo status social.

Além das vozes mencionadas, o discurso também suscitou a voz da massa carcerária, sendo marcada pelo enunciado “cadeia, doce cadeia”. Tal enunciado dialoga com discurso “lar, doce lar”, que elucida valores sociais que compartilham sentidos acerca da esfera familiar. Em vista disso, pode-se reconhecer uma tensão entre valores socioideológicos no discurso, na medida em que a estratégia utilizada pelo locutor-jornalista estabeleceu uma relação dialógica conflituosa no que tange à construção de sentidos.

Outras estratégias merecem destaque, pois contribuíram significativamente para a construção de sentidos do discurso sobre monitoramento eletrônico de presos no RS. Entre elas, cabe discorrer sobre as chamadas de capa das reportagens. Durante a análise, surgiu o questionamento acerca do motivo pelo qual somente a reportagem 2, de título “Sob contestação”, não recebeu chamada de capa do ZH. Após a discussão dos resultados, finalmente, pode-se pensar que isso não aconteceu porque a discussão abordada nessa reportagem vai de encontro à tese que o ZH parece defender.

Na reportagem 2, o discurso é construído em torno das vozes do Ministério Público e do Poder Judiciário que apresentam críticas que enfatizam os aspectos negativos do sistema de monitoramento; ao passo que as marcas do locutor-jornalista parecem orientar para uma valoração positiva. Ratificando esse embate de valores socioideológicos, foi observado que o discurso da reportagem 2 trouxe à tona a voz da esfera acadêmica sobre o tema, o que pode ser percebido como uma estratégia para contrapor os dizeres que enfatizam somente aspectos negativos do sistema. Em face disso, pode-se considerar que a reportagem 2, se comparada com a reportagem 1, sob o título “Liberdade vigiada”, e com a reportagem 3, intitulada “Cadeia, doce cadeia”, não foi chamada de capa, pois representou uma escolha do locutor-jornalista em evitar a influência na construção de outros discursos sob uma valoração negativa a respeito do monitoramento eletrônico.

Após tais considerações, pode-se evidenciar que o discurso do ZH sobre o tema referente às primeiras reportagens publicadas a respeito, foi construído a partir de outras

vozes sociais, as quais estabelecem um diálogo no sentido de embate de valores socioideológicos. Essa tensão de valores orienta para a compreensão de que o ZH reconhece o tema como um objeto em análise, de forma que a efetivação do uso de tornozeleiras para o controle de presos não representa uma medida definitiva, incontestável. No entanto, a construção do discurso parece indicar um acento valorativo positivo do ZH sobre a possibilidade de presos serem monitorados a distância.

Embora o discurso seja delineado por meio de efeitos de objetividade, cujo estilo caracteriza o gênero, foi possível identificar as marcas do locutor-jornalista no discurso, seja através da responsabilidade enunciativa ou da busca pelo distanciamento. A busca pelo distanciamento também sinaliza uma marca do locutor, haja vista que seu deslocamento na construção enunciativa aponta para deslocamentos de acentos valorativos. Tal constatação corrobora com a concepção de que objetividade “não pode ser entendida como sinônimo de neutralidade” (KOVACH; ROSENSTIEL apud MELO; ASSIS, 2010, p. 48), cujos indícios ratificam a tese defendida nesta pesquisa.

Concluindo este trabalho, compreende-se que sua realização representa uma réplica a dizeres passados, com a perspectiva de promover a construção de novos dizeres. Por meio desta pesquisa, foi reconhecido que o gênero reportagem, refutando a tese do senso comum, representa um embate de vozes socioideológicas, marcado pelo acento valorativo do locutor, contribuindo, assim, para defesa da tese de que a linguagem é, por natureza, dialógica, constituída através das relações intersubjetivas.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Estética da criação verbal*. Trad. de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. *Estética da criação verbal*. Trad. de Maria Ermantina Galvão Gomes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. *Questões de Literatura e Estética*. Trad. de Aurora F Bernardini et alli. São Paulo: Hucitec Editora, 2010.

BAKHTIN, Mikhail (V.N.Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. de M. Lahud e Y. F. Vieira. 13ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

_____. *Discurso na vida e na arte: sobre a poética sociológica*. Trad. de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza da edição inglesa de TITUNIK, I. R. "Discourse in life and discourse in art – concerning sociological poetics". In: VOLOSHINOV, V. N. *Freudism*. New York: Academic Press, 1976 (Texto originalmente publicado em 1926).

BARBISAN, Leci B.; DI FANTI, Maria da Glória. Estudos da enunciação: bases epistemológicas e perspectivas atuais. In. *Cadernos de pesquisas em linguística*. Porto Alegre, Vol. 5, número 1, novembro de 2010.

BARROS, Diana L. Pessoa. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: TEZZA, Cristóvão; CASTRO, Gilberto de. (org); FARACO, Carlos Alberto (Et al). *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

BRAIT, Beth (org). *Bakhtin e o Círculo*. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. 2 Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

BRAIT; Beth; MELO, Rosineide de. Enunciado/enunciado concreto/enunciação. In. BRAIT; Beth. *Bakhtin: conceitos-chave*. 4 Ed. São Paulo: Contexto, 2007.

BRASIL. Art. 33 do Código Penal - *Decreto Lei 2848/40 de 07 de Dezembro de 1940*. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10636569/artigo-33-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>. Acesso em 05.05.2014.

_____. Artigo 26 do Código Penal - *Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940*. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/busca?q=artigo+26+CP> Acesso em 05.05.2014.

_____. *Lei de Execução Penal nº 7210 de 11 de Julho de 1984*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em 05.05.2014.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *CNJ pesquisará reincidência criminal*. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/18527-ipea-pesquisara-reincidencia-criminal-no-brasil>. Acesso em 05.04.2014.

COSTA, José Luís. *Cadeia, doce cadeia: presos rejeitam as tornozeleiras*. Jornal Zero Hora. Porto Alegre, 08/05/2013, p. 34.

COSTA, Lailton Alves. Gêneros jornalísticos. In. MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

DI FANTI, Maria da Glória C. Mikhail Bakhtin. In. FLORES, Valdir Nascimento (Et al.). *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

DITTRICH, Ivo José. *Linguística e jornalismo: dos sentidos à argumentação*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

ETCHICHURY, Carlos. *Liberdade vigiada: apenados devem receber tornozeleiras em fevereiro*. Jornal Zero Hora. Porto Alegre, 09/01/2013, p. 36.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Decreto nº 20768 de 07 de dezembro de 1970*. Dispõe sobre a reorganização dos serviços penitenciários.

_____. Superintendência dos Serviços Penitenciários. Escola do Serviço Penitenciário. *Informe Técnico nº 5*. Porto Alegre: Corag, 1998.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. Autor e autoria. In. BRAIT, Beth (org). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2013.

FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. *Literatura Brasileira*. São Paulo: Editora Scipione, 1998.

FLORES, Valdir Nascimento (Et al.). *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

GAIO, Antônio Carlos. *Rússia de todos os czares: versão comentada da Rússia à União Soviética*. Rio de Janeiro: Editora Vermelho Marinho, 2013.

GONZATTO, Marcelo. *Sob contestação: 400 presos serão monitorados*. Jornal Zero Hora. Porto Alegre, 30/04/2013, p. 34.

GRILLO, S.V. de C. Esfera e Campo. In. BRAIT, Beth. *Bakhtin: outros conceitos - chave*. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCUSCHI, Luiz A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela P.; MACHADO, Anna R.; e BEZERRA, Maria A. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

MARCUSCHI, Luiz A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Sistema Penitenciário no Brasil: dados consolidados*. Disponível em:

<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMID364AC56ADE924046B46C6B9CC447B586PTBRNN.htm> Acesso em: 05.04.2014.

NERY, Tânia Regina Armany e outros. *Informe Técnico – SUSEPE: Porto Alegre - RS: GPL – Gráfica Popular Ltda., 1998, p. 7 - 8.*

OLIVEIRA, Nelza. *Monitoramento eletrônico de presos começa a ser adotado no Brasil*. Maio de 2011. Disponível em:

<http://infosurhoy.com/cocoon/saii/xhtml/pt/features/saii/features/main/2011/05/17/feature-02> Acesso em 10.05.2014.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *A revolução farroupilha*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

PINTO, Joana Plaza Pinto. Pragmática. In. MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. Vol. 2, 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PONZIO, Augusto. *A revolução bakhtiniana: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2011.

POPPER, Karl R. *Conhecimento Objetivo: Uma Abordagem Evolucionária*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1975.

PRUDENTE, Moretti Neemias. *Sistema prisional brasileiro: desafios e soluções*. Disponível em:

<http://atualidadesdodireito.com.br/neemiasprudente/2013/03/06/sistema-prisional-brasileiro-desafios-e-solucoes/> Acesso em: 05.04.2014.

SILVA, Mozart L. *Do império da lei às grades da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SOBRAL, Adail. *Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do círculo de Bakhtin*. 1 Ed. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2009.

_____. Ato/atividade e evento. In. BRAIT, Beth (org). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2013.

SUSEPE. *Superintendência dos Serviços Penitenciários*. Disponível em: http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=136. Acessos em 05 e 14.05.2014.

WOLFF, Maria Palma. Prisões no Rio Grande do Sul: Aspectos de sua Evolução e Problemática 1953-1986. In: LEWGOY, Alzira et al. *Marginalidade e Controle Social*. Porto Alegre: Secretaria da Justiça, 1991.

ANEXOS**ANEXO A**

Capa do ZH: Presos do semiaberto vão usar tornozeleira eletrônica

PORTO ALEGRE, QUARTA-FEIRA, 9 DE JANEIRO DE 2013 – ANO 49 – Nº 17.259 – 2ª EDIÇÃO

Presos do semiaberto vão usar tornozeleira eletrônica

Quase três anos depois de realizar testes, governo do Estado assina contrato com empresa que irá locar equipamentos. Inicialmente, 400 detentos terão o deslocamento monitorado. Página 36

www.zerohora.com

ZERO HORA



NÃO SE ATRASE
Cuidados que o vestibulando deve ter antes de sair para as provas da UFRGS
PÁGINA 30

BOWIE VOLTOU
Após 10 anos, camaleão do rock anuncia novo disco
Segundo Caderno



MUSEU DE COMUNICAÇÃO SOCIAL HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA

PORTO ALEGRE, QUARTA-FEIRA, 9 DE JANEIRO DE 2013 - ANO 49 - Nº 17.259 - 2ª EDIÇÃO SC/PR - R\$ 3,00/ DEMAIS REGIÕES - R\$ 4,50/ URUGUAI - 5 48 R\$ 2,50

Presos do semiaberto vão usar tornozeleira eletrônica

Quase três anos depois de realizar testes, governo do Estado assina contrato com empresa que irá locar equipamentos. Inicialmente, 400 detentos terão o deslocamento monitorado. **Página 36**

Setor elétrico Planalto tenta hoje afastar racionamento

Encontro em Brasília debate solução para nível crítico dos reservatórios. **Página 14**



NO CORAÇÃO DA ANTÁRTICA

Aventureiros vão atravessar o continente gelado em pleno inverno, usando apenas esquis.
PÁGINA 26

EM BUSCA DE EXPLICAÇÕES



Peritos dizem que portão e toda a grade de prédio na Capital onde mulher morreu ao levar choque estavam energizados. **Págs. 4 e 5**

Manobra Governo adia a posse de Hugo Chávez na Venezuela

Em meio a impasse, oposição pressiona Suprema Corte por definição. **Página 27**

QUER VENDER
O SEU VEÍCULO?
ANUNCIE NO
PENSE CARROS
DE QUINTA-FEIRA!
32 139 139
zhclassificados.com.br

INTER
Mais com menos é lema de 2013

Em entrevista a ZH, diretor de futebol colorado admite orçamento limitado.

GRÊMIO
Operação pela grama da Arena

Clube e OAS tentam fortalecer o campo prejudicado pelo calor.

ENTREVERO
Os centenários medem força

São José, Cruzeiro, Ju e Santa Cruz começam torneio em Porto Alegre.

ESPORTES

ANEXO B

Reportagem um: Liberdade vigiada (dia 09 de janeiro de 2013)

Carlos Etchichury

Página 36

Polícia

LIBERDADE VIGIADA

Apenados devem receber tornozeleiras em fevereiro

Depois de testes iniciados em 2010, equipamentos serão usados por detentos do regime semiaberto

Idealizado em 2007, o projeto no qual é depositada a esperança do governo do Estado de atenuar a superlotação do sistema penitenciário promete, finalmente, engrenar a partir deste mês.

O treinamento de funcionários da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) que vão monitorar o uso das tornozeleiras em apenados do regime semiaberto começa no dia 20. A partir de fevereiro, 400 tornozeleiras devem ser colocadas em detentos do regime semiaberto com trabalho externo.

A intenção da Susepe é fazer um acordo com o Judiciário para que os presidiários com o dispositivo passem a cumprir prisão domiciliar. A expectativa é de que até mil presos sejam monitorados ainda este ano.

O Contrato com a empresa paulista vencedora da licitação foi assinado em dezembro. Cada tornozeleira será locada por R\$ 260 mensais. À prova d'água, o modelo a ser utilizado no RS é semelhante a um relógio de pulso e pesa menos de 300 gramas. É a metade do peso das unidades utilizadas em 2010, na primeira tentativa de monitoramento eletrônico no Estado.

_ Passamos por um período de estágio, de seis meses. Entendemos que era viável. Optamos pela licitação, que teve uma série de embargos e recursos. Somente agora ficou disponível _ explica o superintendente da Susepe, Gelson Treiesleben.

Segundo o superintendente, a tornozeleira possibilita uma economia para o Estado, já que o custo com o detento do semiaberto é de cerca de R\$ 1 mil por mês. E representaria o cumprimento de pena mais justo para o detento que já está trabalhando.

Primeiramente, será feito um projeto piloto apenas em Porto Alegre, explica o juiz da Vara de Execuções Criminais Paulo Augusto Oliveira Irion. Serão buscados

apenados que aceitem as condições e firmem um termo de compromisso, sujeito a punições que podem chegar à regressão de regime em caso de descumprimento das regras.

_ É uma boa iniciativa. O sistema é bem melhor do que o da outra vez, mas, ao mesmo tempo que serve para controlar onde está o apenado, ele não impede que a pessoa rompa a tornozeleira e saia do local onde está limitado a transitar, podendo até cometer crimes _ pondera Irion.

PASSOS MONITORADOS

Deslocamento do preso é acompanhado pelas autoridades de segurança:

1 O apenado recebe a tornozeleira, cadastrada em uma central de monitoramento da Susepe, e instruções sobre o manuseio do equipamento. A tornozeleira, à prova d'água, é lacrada depois de fixada no detento.

2 O equipamento funciona com sinal semelhante ao de sinal de celular e é alimentado por baterias com até 18 horas de autonomia. O recarregamento é parecido com o do celular, com carregador conectado a uma tomada, e dura cerca de três horas. O apenado não pode se deslocar enquanto aguarda a recarga.

Horas antes de a bateria descarregar, um sinal vibratório avisa ao apenado. Se o equipamento desligar por falta de energia, o apenado pode virar foragido.

3 Por meio de comutadores, a Susepe pode acompanhar os deslocamentos do apenado, que, no sistema eletrônico, é representado por um ponto em um mapa.

4 Para cada preso é definida uma rota de circulação permitida, incluindo determinadas vias (e não bairros ou regiões inteiras).

5 Se algum dos monitorados violar as regras do sistema, um alarme sonoro e visual é emitido pelo computador.

OS TESTES

2008 – Tem início os estudos técnicos para o uso do equipamento nos presos gaúchos.

Junho de 2010 - Um grupo de 14 presos concorda em fazer experimento de 30 dias com as tornozeleiras.

Outubro de 2010 – Três apenados que usavam a tornozeleira são presos em flagrante por crimes depois de terem saído de albergues prisionais sob o contexto de trabalhar. À época, 151 detentos eram monitorados, e a Susepe diz que o episódio não compromete a confiabilidade do sistema.

Novembro de 2010 – Um preso monitorado é considerado foragido.

Abril de 2011 – Termina a fase de teste com 200 presos escolhidos pela Vara de Execuções Criminais. Quatro se envolveram com delitos e irregularidades (duas prisões por tráfico, uma fuga e uma tentativa de assalto).

Final de 2011 – Uma empresa vence a licitação para fornecer as tornozeleiras no Estado. Os testes começam o início de 2012.

Final de 2012 – É assinado documento entre a empresa paulista vencedora da licitação e o Estado.

LIBERDADE VIGIADA Apenados devem receber tornozeleiras em fevereiro

Depois de testes iniciados em 2010, equipamentos serão usados por detentos do regime semiaberto

Idealizado em 2007, o projeto no qual é depositada a esperança do governo do Estado de atenuar a superlotação do sistema penitenciário promete, finalmente, engrenar a partir deste mês. O treinamento de funcionários da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Suspep) que vão monitorar o uso das tornozeleiras em apenados do regime semiaberto começa no dia 20. A partir de fevereiro, 400 tornozeleiras devem ser colocadas em detentos do regime semiaberto com trabalho externo.

A intenção da Suspep é fazer um acordo com o Judiciário para que os presidiários com o dispositivo passem a cumprir prisão domiciliar. A expectativa é de que até mil presos sejam monitorados ainda este ano.

O contrato com a empresa paulista vencedora da licitação foi assinado em dezembro. Cada tornozeleira será locada por R\$ 240 mensais. A prova d'água, o modelo a ser utilizado no RS é semelhante a um relógio de pulso e pesa menos de 300 gramas. É a metade do peso das unidades utilizadas em 2010, na primeira tentativa de monitoramento eletrônico no Estado.

Passamos por um período de estágio, de seis meses. Entendemos que era viável. Optamos pela licitação, que teve uma série de embargos e recursos. Somente agora ficou disponível - explica o superintendente da Suspep, Gelson Treisleben.

Segundo o superintendente, a tornozeleira possibilita uma economia para o Estado, já que o custo com um detento do semiaberto é de cerca de R\$ 1 mil por mês. E representaria o cumprimento de pena mais justo para o detento que já está trabalhando.

Primeiramente, será feito um projeto piloto apenas em Porto Alegre, explica o juiz da Vara de Execuções Criminais Paulo Augusto Oliveira Irion. Serão buscados apenados que aceitem as condições e firmem um termo de compromisso, sujeito a punições que podem chegar à regressão de regime em caso de descumprimento das regras.

É uma boa iniciativa. O sistema é bem melhor do que o da outra vez, mas, ao mesmo tempo que serve para controlar onde está o apenado, ele não impede que a pessoa rompa a tornozeleira e saia do local onde está limitado a transitar, podendo até cometer novos crimes - pondera Irion.

Passos monitorados

Deslocamento do preso é acompanhado pelas autoridades de segurança:

1 O apenado recebe a tornozeleira, cadastrada em uma central de monitoramento da Suspep, e instruções sobre o manuseio do equipamento. A tornozeleira, à prova d'água, é lacrada depois de fixada no detento.



2 O equipamento funciona com sinal semelhante ao de um celular e é alimentado por baterias com até 18 horas de autonomia. O recarregamento é parecido com o do celular, com carregador conectado a uma tomada, e dura cerca de três horas. O apenado não pode se deslocar enquanto aguarda a recarga.

Horas antes de a bateria descarregar, um sinal vibratório avisa ao apenado. Se o equipamento desligar por falta de energia, o apenado pode virar foragido.

3 Por meio de computadores, a Suspep pode acompanhar os deslocamentos do apenado, que, no sistema eletrônico, é representado por um ponto em um mapa.



4 Para cada preso é definida uma rota de circulação permitida, incluindo determinadas vias (e não bairros ou regiões inteiras).



5 Se algum dos monitorados violar as regras do sistema, um alarme sonoro e visual é emitido pelo computador.



OS TESTES

• **2008** - Tem início os estudos técnicos para o uso do equipamento nos presos gaúchos.

• **Junho de 2010** - Um grupo de 14 presos concorda em fazer experimento de 30 dias com as tornozeleiras.

• **Outubro de 2010** - Três apenados que usavam a tornozeleira são presos em flagrante por crimes depois de terem saído de albergues prisionais sob o pretexto de trabalhar. À época, 151 detentos eram monitorados, e a Suspep diz que o episódio não compromete a confiabilidade do sistema.



• **Novembro de 2010** - Um preso monitorado é considerado foragido.

• **Abril de 2011** - Termina a fase de teste com 200 presos escolhidos pela Vara de Execuções Criminais. Quatro se envolveram com delitos e irregularidade (duas prisões por tráfico, uma fuga e uma tentativa de assalto).

• **Final de 2011** - Uma empresa vence a licitação para fornecer as tornozeleiras no Estado. Os testes começam no início de 2012.

• **Final de 2012** - É assinado documento entre a empresa paulista vencedora da licitação e o Estado.

DE OLHO NA VISITA

Cadeias têm novos detectores de metal

Quinze detectores de metais abdominais adquiridos ontem pela Superintendência dos Serviços Penitenciários (Suspep) devem reforçar o controle de segurança nas penitenciárias gaúchas. Os equipamentos são os mais modernos entre os cerca de 430 detectores de diversos tipos (manuais, portais e raio X) que existem nos presídios gaúchos.

Em formato de U, o detector de metais abdominal será instalado nas principais unidades prisionais do Rio Grande do Sul para reforçar a revista a visitantes dos apenados. Desde o ano passado, um aparelho do tipo vem sendo utilizado como piloto na Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (Pasc). Segundo o diretor substituído do Departamento de Segurança e Execuções Penais (Dsep) da Suspep, Alberi Pereira, os novos equipamentos serão utilizados na Pasc, no Presídio Central e nas demais penitenciárias do Complexo de Charqueadas, Arroxos, dos Ratos e Estadual de Santa Maria. O objetivo é que outras cadeias recebam a novidade futuramente.

Doze portais e 12 banquetas recebidos pela Suspep em dezembro já estão em uso nas penitenciárias. Com os equipamentos recebidos ontem, o investimento em detectores chega a R\$ 283 mil. Segundo a agente penitenciária Patrícia Praxedes, responsável pelas revistas na Pasc, o detector abdominal funciona muito bem:

- É o que mais usamos.

A Suspep voltou a apostar no detector de metais em junho de 2010, depois de descartar o uso de bloqueadores de celulares como principal esperança para acabar com a farra dos telefones nas cadeias. Na ocasião, falhas na tecnologia levaram o órgão a desistir de instalar os futurísticos bloqueadores para voltar a apostar nos detectores de metais e no velho e conhecido aparelho de raio X.



Equipamento abdominal

ANEXO C

Reportagem dois: Sob contestação

TERÇA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2013.

Página 34

Polícia

SOB CONTESTAÇÃO

400 presos serão monitorados

Apenados do semiaberto usarão tornozeleiras, mas Ministério Público teme que equipamento seja empregado no regime fechado.

Marcelo Gonzatto

Após uma década de idas e vindas, o programa de monitoramento eletrônico de presos deverá ser anunciado pelo governo gaúcho, semana que vem, com a liberação inicial de 400 apenados do regime semiaberto.

Mas a medida entrará em vigor sob contestação. Embora o Piratini pretenda utilizar o sistema para desinchar as prisões, o Ministério Público não concorda com a substituição da pena pela tornozeleira. Promotores deverão analisar caso a caso enquanto um recurso é apreciado pelo Supremo tribunal Federal (STF).

Mesmo em vias de entrar em vigor, ainda terá de enfrentar a contrariedade do MP. O problema, segundo o promotor do Centro de Apoio Operacional Criminal David Medina da Silva, é que o Estado contemplará detentos do semiaberto, permitindo que durmam em casa em vez de ocupar vaga em estabelecimento penal.

_ Não é unânime que seja possível substituir uma pena no semiaberto por prisão domiciliar, como seria o caso. Temos um recurso no STF para discutir isso, porque a aplicação do monitoramento por falta de vagas não é prevista legalmente _ sustenta Silva.

Para o MP, a medida só poderia ser aplicada em condições como a de presos provisórios (sem condenação definitiva) ou em casos em que é permitida a prisão domiciliar, como devido a problemas de saúde.

O governo estadual só deverá se manifestar após o lançamento do programa, a ser feito pelo governador Tarso Genro terça ou quarta-feira da próxima semana. A Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) confirma que serão contemplados de início 400 apenados do regime semiaberto na Região Metropolitana. A

medida será estendida para o Interior. Conforme dados de dezembro, o Estado tem 29,2 mil presos _ 5,8 mil deles no semiaberto _ para 21,4 mil vagas.

O juiz Sidinei Brzuska, da Vara de Execuções Criminais, entrou em acordo com o Estado para amenizar a falta de espaço nas cadeias.

_ Não temos vagas, e todos os dias deixamos presos soltos sem controle. Houve concordância para o uso (*da tornozeleira*) em determinadas pessoas, em determinadas condições, como substituição à prisão _ afirma Brzuska, referindo-se a necessidade de ter trabalho regular.

Tecnologia para vigiar criminosos

1 O apenado recebe a tornozeleira, cadastrada em uma central de monitoramento da Susepe, e instruções sobre o manuseio do equipamento. A tornozeleira, à prova d'água, é lacrada depois de fixada no detento.

2 O equipamento funciona com sinal semelhante ao de um celular e é alimentado por baterias. O recarregamento é parecido com o do celular, com carregador conectado a uma tomada. O apenado não pode se deslocar enquanto aguarda a recarga.

Horas antes de a bateria descarregar, um sinal vibratório avisa ao apenado. Se o equipamento desligar por falta de energia, o apenado pode virar foragido.

3 Por meio de computadores, a Susepe pode acompanhar os deslocamentos do apenado, que, no sistema eletrônico, é representado por um ponto em um mapa.

4 Para cada preso é definida uma rota de circulação permitida, incluindo determinadas vias (e não bairros ou regiões inteiras).

5 Se algum dos monitorados violar as regras do sistema, um alarme sonoro e visual é emitido pelo computador.

SIDINEI BRZUSKA

Juiz de Vara de Execuções Criminais

A precisão é de uso para controle de presos em saídas temporárias, não para abertura de vagas. Acertamos com o governo que seria beneficiado o preso com trabalho, porque já circula na rua, só que sem tornozeleira.

DAVID MEDINA DA SILVA

Promotor de Justiça

O uso será implantado para pessoas que deveriam ficar presas no regime semiaberto, por falta de vagas. Nosso receio é de que a medida acabe aplicada no regime fechado pela mesma razão.

IDAS E VINDAS

O Estado tenta implantar um programa permanente de monitoramento eletrônico de apenados há uma década. Confira um resumo das principais etapas:

2003 – O Departamento Penitenciário Nacional (Depen) começa a estudar a implantação no país de um sistema inédito de monitoramento eletrônico, e o Rio Grande do Sul anuncia a intenção de ser pioneiro devido à superlotação das cadeias.

2008 – A Assembleia gaúcha aprova uma lei que institui o monitoramento eletrônico. Têm início os estudos técnicos para o uso do equipamento nos presos no Rio Grande do Sul, mas o projeto não chega a sair do papel.

2010 – Em junho, um grupo de 14 presos concorda em fazer uma experiência de 30 dias com as tornozeleiras. A partir de setembro, começa uma nova etapa de monitoramento com 96 voluntários.

Abril 2011 – Termina uma nova fase de testes com presos escolhidos pela Vara de Execuções Criminais (VEC). Ao total, de 276 apenados que utilizaram a tornozeleira, quatro se envolveram em alguma irregularidade.

Final de 2011 – Uma empresa vence a licitação para fornecer as tornozeleiras no Estado. Os testes começam no início de 2012

Julho de 2012 – O Estado anuncia que entrou em fase final de testes dos equipamentos, o que inclui resistência a frio, calor e choques.

ENTREVISTA Carlos Gadea, doutor em Sociologia**“É preciso cuidado para evitar a estigmatização”**

Para o professor de Sociologia da Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos) Carlos Gadea, que realiza pesquisas na área de violência urbana, o controle à distância de apenados pode ter impacto positivo para reduzir a ocupação dos presídios e recuperar apenados _ desde que não seja a única medida. Para o especialista, o Estado precisa oferecer apoio ao apenado além de tornozeleira. Confira trechos da entrevista:

Zero Hora – Como o senhor avalia a implantação do monitoramento a ser anunciada pelo Estado?

Carlos Gadea – Acho que terá um impacto positivo. É uma política que pode ser considerada como humanização de pena. Tem a ver com uma questão estratégica, também, para enfrentar a superlotação dos presídios. É uma alternativa para penas menores, ou para apenados que têm boa conduta. Em outros lugares onde se está aplicando, como no Uruguai, a receptividade é boa.

ZH – Já faz uma década que se fala em implantar esse tipo de programa no Estado. Por que é tão difícil tirá-lo do papel?

Gadea - Acho que é principalmente pela burocracia, pela forma para distribuir verbas, esse tipo de coisa, tudo envolve processos longos burocráticos. Muitas vezes, essas coisas demoram até de maneira independente da vontade política. Não acredito que exista resistência popular à ideia. O importante é ver os dados concretos, e o índice de reincidência é baixo.

ZH – Há preocupações como a estigmatização. Quais os riscos do monitoramento eletrônico?

Gadea - É preciso acompanhar essa política com cuidado para evitar a estigmatização. O monitoramento deve ser um caminho para reinserção social, com controle, mas com ajuda do Estado para dar oportunidades ao preso. Dar capital social a ele, ajudá-lo a construir uma rede de relações para que se dê bem na vida. Se não ocorrer isso, vai bater contra a parede e voltar à prisão.

ANEXO D**Capa do ZH:** Presos preferem facilidades do semiaberto a tornozeleira

PORTO ALEGRE, QUARTA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 2013 – ANO 50 – Nº 17.378

Presos preferem facilidades do semiaberto a tornozeleira

Dos 400 apenados que poderiam usar o equipamento na Região Metropolitana, apenas 30 aceitaram. Para juiz da Vara de Execuções Criminais, detentos acham melhor o frágil controle dos albergues do que ter liberdade vigiada nas ruas. Pág. 37

www.zerohora.com.br

ZERO HORA

AVALIAMOS OS SETE
SMARTPHONES TOP
DO MERCADO

DIGITAL

TELA
PROCESSADOR
SISTEMA
CÂMERA
BATERIA
CONEXÃO
PREÇO

PORTO ALEGRE, QUARTA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 2013 - ANO 58 - Nº 11.206

9779 - R\$ 0,000 SEMBL NEGÓCIOS - R\$ 4,000 UNIDADE - 2 44 - R\$ 2,50

Presos preferem facilidades do semiaberto a tornozeleira

Dos 400 apenados que poderiam usar o equipamento na Região Metropolitana, apenas 30 aceitaram. Para juiz da Vara de Execuções Criminais, detentos acham melhor o frágil controle dos albergues do que ter liberdade vigiada nas ruas. Pág. 37

Concutare

Tarso garante que Fepam está fora do jogo político

Após encerrado das licenças, governador diz que controle da fundação não dependerá da indicação de partidos.

PÁGINA 6

Desafio

Um brasileiro no comando do comércio global

Recupera protagonismo da OMC será missão do brasileiro Roberto Azevêdo. Página 16

ESTADOS UNIDOS

Três mulheres em uma casa de horrores

Jovens são localizadas após 10 anos de ostracismo. Pág. 28

COM CARA DE INVERNO



Memo no outono, temperatura baixou a 2,7°C no Estado e houve garoa em São José dos Ausentes (DM). Hoje, trio será mais intenso. Pág. 32

ESCOLHA DE ÚLTIMA HORA

Como fugir do óbvio no presente do Dia das Mães

De uma panela hi-tech a horas de telas no spa, dicas para surpreender no próximo domingo. Página 22

ATLÂNTIDA BRASILEIRA

De olho na riqueza do continente perdido

Região no fundo do mar, a 1,3 mil quilômetros do RS, pode provocar mudanças no mapa e na economia. Págs. 4 e 5

PenseCarros
ANUNCIE HOJE
SEU VEÍCULO
NO PENSE CARROS.
32.139.117

ANEXO E

Reportagem três: Cadeia, doce cadeia (dia 08 de maio de 2013)

Página 34

Polícia

CADEIA, DOCE CADEIA

Presos rejeitam as tornozeleiras

Apenas 30 de 400 apenados aceitaram o equipamento oferecido pela Susepe

José Luis Costa

Depois de 10 anos de promessas, atrasos, adiamentos, testes, críticas de especialistas e até contestação judicial, surge um novo impasse para o monitoramento de presos do semiaberto por meio de tornozeleiras eletrônicas: a maioria não aceita usar o equipamento.

Detentos preferem ficar em albergues com reduzido controle humano do que a liberdade vigiada virtualmente. É mais um sintoma do caos prisional.

Como o uso de tornozeleiras não é obrigatório, até o momento apenas 30 na Região Metropolitana concordaram em acoplar o equipamento no corpo. O desinteresse poderá comprometer a meta do governo do Estado de implantar tornozeleiras em 400 apenados a partir da semana que vem (*com previsão de chegar a mil até o final do ano*). Preocupado, o titular da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), Gelson Treiesleben, estuda medidas para contornar mais esse entrave.

_ Estamos conversando com o secretário (da Segurança Pública, Airton Michels)
_ resume o superintendente da Susepe.

Uma das alternativas estudadas pela Susepe seria condicionar o uso das tornozeleiras ao trabalho. Só poderia sair para trabalhar o apenado que aceitasse usar as algemas eletrônicas. Mas não há garantia de que essa regra aumente o interesse. Em razão da vigilância precária dos albergues, presos sem trabalho externo também saem às ruas para assaltar, matar e traficar.

_ Se o sistema de segurança funcionasse, todos iriam querer as tornozeleiras. Como não funciona, o prese prefere ficar no albergue de onde pode sair sem ser vigiado do que ficar em casa com a tornozeleira _ analisa o juiz Sidinei Brzuska, da Vara de Execuções Criminais de Porto Alegre.

No Instituto Penal de Viamão, considerado um dos piores albergues do Estado, de 250 apenados, apenas cinco se candidataram a usar o equipamento.

Além do número reduzidos de presos do semiaberto interessados na vigilância eletrônica, a Susepe enfrenta outro problema: a contrariedade do MP. No entendimento de promotores e procuradores, a manobra configuraria a concessão de prisão domiciliar para presos do semiaberto, benefício que só existe para casos especiais de presos do regime aberto (doentes ou idosos, por exemplo).

MAIS VAGAS NAS PRISÕES

Além de abrir vagas, sistema permite controle de apenados

As tornozeleiras podem ajudar a desafogar presídios. Como presos do semiaberto poderão ser vigiados, essas vagas poderiam ser preenchidas por apenados que já tem o direito à progressão, mas permanecem trancafiados em presídios em razão da superlotação dos albergues.

